

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

THIAGO DA COSTA LOPES

SOCIOLOGIA E PUERICULTURA NO PENSAMENTO DE GUERREIRO
RAMOS: DIÁLOGOS COM A ESCOLA DE CHICAGO (1943 – 1948)

Rio de Janeiro
2012

THIAGO DA COSTA LOPES

**SOCIOLOGIA E PUERICULTURA NO PENSAMENTO DE GUERREIRO
RAMOS: DIÁLOGOS COM A ESCOLA DE CHICAGO (1943 – 1948)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Chor Maio

Rio de Janeiro
2012

L864 Lopes, Thiago da Costa
Sociologia e puericultura no pensamento de Guerreiro Ramos: diálogos com a escola de Chicago (1943-1948) / Thiago da Costa Lopes – Rio de Janeiro: [s.n.], 2012.
166 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde)
-Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2012.
Bibliografia: 125-140 f.

1. Cuidado da Criança . 2. Saúde da Criança. 3. Sociologia . 4. Bibliografias. 5. História. 6. Brasil.

CDD 618.92

THIAGO DA COSTA LOPES

SOCIOLOGIA E PUERICULTURA NO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS: DIÁLOGOS COM A ESCOLA DE CHICAGO (1943 – 1948)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em 01 de Junho.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. Marcos Chor Maio (Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz) - Orientador

Prof.Dr. Gláucia Kruse Villas Bôas (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais –
Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof.Dr. Robert Wegner (Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Suplentes

Prof.Dr. Nara Margareth Silva Azevedo (Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz)

Prof.Dr. Helga da Cunha Gahyva (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais -
Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Rio de Janeiro
2012

*A Georgina, minha mãe,
e a Dilce, a vovó guria.*

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho intelectual é coletivo.

As indagações que aos poucos foram surgindo e estruturaram esta dissertação surgiram no contexto de um projeto de pesquisa coordenado pelo prof. Marcos Chor Maio na Casa de Oswaldo Cruz acerca da interface entre Ciências Sociais e Saúde Pública no pensamento de Guerreiro Ramos. Sou-lhe grato pelo contato que então tive com textos deste sociólogo irrequeto, até hoje pouco conhecidos, e também pela descoberta deste universo instigante que é a História das Ciências Sociais no Brasil. Devo mencionar ainda o quão importante foi sua orientação, marcada pelo debate franco e incessante de ideias, pela solicitude e atenção incansável, e pelos comentários sempre argutos e críticos ao trabalho, com os quais certamente pude amadurecer intelectualmente.

Agradeço também aos professores Gláucia Villas Bôas e Robert Wegner pelo diálogo que se construiu por ocasião do exame de qualificação, fundamental para a realização deste trabalho. Estudos da prof^a. Gláucia acerca da recepção da sociologia alemã no Brasil serviram de inspiração na formulação do projeto desta dissertação. O prof. Robert foi um interlocutor importante. Com a gentileza que lhe caracteriza, sempre se prontificou a me auxiliar com ideias e sugestões de leitura das quais me beneficiei para a escrita da dissertação.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, cujas aulas serviram de estímulo intelectual, despertaram inquietações e foram sempre um espaço para a troca de ideias. Também nelas aprendi muito a respeito do ofício do historiador, pelo qual passei a manter vivo interesse. Destaco ainda a contribuição da disciplina “História das Ciências Sociais no Brasil”, a cargo dos professores Marcos Chor Maio, Nísia Trindade Lima (COC/ Fiocruz) e André Botelho (IFCS/ UFRJ), cuja aulas repercutiram positivamente neste trabalho.

Agradeço aos colegas da turma e do Programa, com os quais compartilhei preocupações, dúvidas, mas também sugestões, ideias e os momentos imprescindíveis de descontração. Sou grato especialmente a Luciana Pinheiro, Miguel Oliveira, Mônica Cruz, Leandro Felício e Nemuel Oliveira.

Agradeço aos amigos de longa data, verdadeiros companheiros de vida: Pablo Spinelli, Felipe Cezar, Matheus Souza, Bruna Maranhão, Carolina Gomes, Louise

Negri, Ana Lúcia Queiroz, Gabriel Souza e Bento Mota. Neles sempre encontrei apoio – e a compreensão de algumas ausências no período da dissertação.

Sou grato ainda às companhias enriquecedoras de Alana Moraes, Josué Medeiros, Mateus Donato e Matias López, verdadeiros cientistas sociais “em flor” e, com toda razão e afeto, a Thiago Azeredo, com quem sempre mantive debates intermináveis sobre “a vida, o universo e tudo mais”.

Agradeço a toda a minha família e especialmente à minha mãe, Georgina, pelo carinho, pelo afeto, por tudo e talvez mais um pouco; à guerreira tia Thaís, mulher de fibra, e à minha avó, Dilce, com quem tive as primeiras aulas de História, quando eu era apenas uma criança que gostava de balançar na rede.

Agradeço à equipe do PRODES/UFRJ, que disponibilizou uma parcela do Arquivo da Faculdade Nacional de Filosofia para consulta.

Sem o financiamento do CNPq por meio de bolsa de estudo, este trabalho não teria sido possível.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 - O Departamento Nacional da Criança e a formação do Puericultor.....	12
1.1. História da Proteção à infância no Brasil e o Primeiro Governo de Vargas.....	13
1.2. Ideias e Políticas para a Infância no Departamento Nacional da Criança	20
1.3. A formação do puericultor: “higienista, sociólogo e pedagogo”	32
Capítulo 2 - Por uma Sociologia Científica	39
2.1. A reflexão sociológica no Brasil.....	40
2.2. De Chicago a São Paulo: as atividades de Donald Pierson no Brasil.....	45
2.2.1. Ciência e reforma social na Escola Sociológica de Chicago	49
2.2.2. A “Ciência da Sociologia” de Donald Pierson	59
2.3. Ciências Sociais no Rio de Janeiro	68
2.4. A sociologia de Guerreiro Ramos: ciência como “instrumento de ação”	78
2.5. Redefinindo fronteiras disciplinares	88
Capítulo 3 - Uma Sociologia para médicos	90
3.1. Uma sociologia do comportamento infantil.....	92
3.2. Comportamento desviante, mortalidade infantil e desorganização social	99
3.3. Um inquérito sobre quinhentos menores	110
3.4. Profilaxia e clínica do comportamento	114
3.5. Sociologia e perspectiva médica.....	118
Considerações Finais	120
Referências.....	125
Fontes Primárias.....	125
Fontes Secundárias.....	131
Anexo 1 – Artigos de Guerreiro Ramos no Boletim do DNCr.....	141
Anexo 2 – Curso de Donald Pierson no DASP (1942).....	143
Anexo 3 – Fotografias.....	145

RESUMO

Este trabalho investiga a produção intelectual de Alberto Guerreiro Ramos decorrente de sua atuação como professor no Departamento Nacional da Criança (DNCr). Entre 1943 a 1948, o sociólogo foi responsável pela cadeira “Problemas Econômicos e Sociais do Brasil” do Curso de Puericultura e Administração, destinado à formação do médico puericultor. Este técnico atuaria nos serviços estaduais e municipais de proteção materno-infantil distribuídos pelo país. A produção sociológica de Guerreiro Ramos acerca da Saúde e da Infância esteve marcada pela apropriação de referenciais teórico-metodológicos das Ciências Sociais norte-americanas, oriundos, mais especificamente, da Universidade de Chicago. Ao remeter os trabalhos do sociólogo tanto ao conjunto de questões presentes no DNCr quanto aos debates intelectuais engendrados pelo processo de profissionalização das Ciências Sociais no Brasil, este trabalho busca analisar os critérios que nortearam sua apropriação daquelas abordagens sociológicas. Explora-se a hipótese de que a utilização, por parte de Guerreiro Ramos, de perspectivas teóricas e metodológicas norte-americanas, ocorrendo de forma seletiva, serviu ao seu esforço de legitimação da cientificidade da Sociologia frente aos quadros do DNCr e à sociedade mais ampla. Afirma-se ainda que Guerreiro entrevistou no saber-fazer da pesquisa empírica que o sociólogo norte-americano Donald Pierson vinha divulgando no país a possibilidade para que os estudiosos entrassem em contato com os fatos conformadores da realidade social brasileira, de modo que estivessem aptos a tratar eficazmente de seus problemas. Assim, Guerreiro Ramos conferiu sentido fundamentalmente prático-normativo ao afazer sociológico proposto por Pierson, em um movimento que significou a redefinição das fronteiras disciplinares da Sociologia. O trabalho trata também de espaços ainda pouco explorados nos quais atuaram cientistas sociais à época de consolidação da Sociologia no país, a saber, aqueles diretamente vinculados ao Estado. Neste caso, este estudo objetiva aprofundar as análises acerca das Ciências Sociais tais como eram praticadas no Rio de Janeiro e que, como indica o caso em tela, tiveram na Saúde importante material para a construção de seus objetos. Busca-se, neste movimento, lançar luzes sobre os processos de circulação e recepção de ideias sociológicas estrangeiras no país ou, mais precisamente, sobre a incorporação de novos padrões de cientificidade às análises do social no contexto intelectual brasileiro.

ABSTRACT

The author investigates Alberto Guerreiro Ramos' intellectual work stemming from his activity as a professor in Departamento Nacional da Criança (DNCr). From 1943 to 1948, the sociologist was responsible for the subject "Brazil's Social and Economic Problems" in the Puericulture and Administration Course, for the training of puericultores (child physicians). These professionals were expected to work in state and local child welfare services throughout the country. Guerreiro Ramos' sociological work on Health and Child Welfare was marked by the appropriation of theoretical and methodological frameworks from U.S. Social Sciences, deriving, more specifically, from the University of Chicago. By referring the work of the sociologist to both the set of questions presented in DNCr and the intellectual debates engendered by the process of professionalization of the Social Sciences in Brazil, the author seeks to examine the criteria that guided his appropriation of those sociological approaches. One of our hypotheses is that Guerreiro Ramos' use of U.S. theoretical and methodological perspectives, occurring selectively, served his effort to legitimize the scientificity of Sociology for DNCr's staff and society at large. It is also claimed that Guerreiro saw in the know-how of empirical research that the American sociologist Donald Pierson was spreading in the country the opportunity for students to get in touch with the facts constituting Brazilian social reality in order to effectively treat its main problems. Thus, Guerreiro Ramos interpreted in an essentially practical-normative sense the kind of Sociology Pierson was proposing, in a process that meant the redefinition of Sociology's disciplinary boundaries. This work is also about unexplored fields in which social scientists worked at the time of Sociology consolidation in Brazil, namely, those directly linked to the state. It aims to deepen our analysis of the Social Sciences such as were practiced in Rio de Janeiro. It also seeks to shed light on the processes of circulation and reception of foreign sociological ideas in Brazil or, more precisely, on the incorporation of new standards of social scientific analysis in Brazilian intellectual context.

Introdução

Este trabalho se propõe a investigar a produção intelectual de Alberto Guerreiro Ramos decorrente de sua atuação como professor no Departamento Nacional da Criança (DNCr). Entre 1943 a 1948, o sociólogo foi responsável pela cadeira “Problemas Econômicos e Sociais” do Curso de Puericultura e Administração, destinado à formação do médico puericultor, técnico que estaria habilitado a atuar nos serviços estaduais e municipais de proteção materno-infantil. A produção sociológica de Guerreiro Ramos acerca da Saúde e da Infância esteve marcada pela apropriação de referenciais teórico-metodológicos das Ciências Sociais norte-americanas, oriundos, mais especificamente, da Universidade de Chicago. Ao remeter os trabalhos do sociólogo tanto ao conjunto de questões presentes no DNCr quanto aos debates intelectuais engendrados pelo processo de profissionalização das Ciências Sociais no Brasil, este trabalho busca analisar os critérios que nortearam sua apropriação daquelas abordagens sociológicas.

O DNCr foi o órgão federal criado durante o Estado Novo tendo em vista à coordenação e fiscalização das políticas de saúde e assistência à infância em todo o país no contexto de crescente investimento do Estado em um aparato institucional destinado aos setores de Educação e Saúde. A instituição foi dirigida por médicos puericultores responsáveis por um programa de proteção e assistência à infância centrado no combate à mortalidade infantil, ao abandono de menor e à delinquência juvenil. Em seus cursos no DNCr, ficou patente o esforço de Guerreiro Ramos em demonstrar o caráter científico da Sociologia, o que significava fundamentalmente evidenciar sua aplicabilidade ou eficácia enquanto “instrumento de ação” em Saúde e Puericultura (Guerreiro Ramos; Garcia, 1949, p. 9).

No período em que o sociólogo atuou no DNCr, a prática das Ciências Sociais se institucionalizava no país no âmbito das universidades. As primeiras experiências nesse sentido datam de meados dos anos 1930, tais como a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) (1933), a Universidade de São Paulo (USP) (1934), a Universidade do Distrito Federal (UDF) (1935) e a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi) (1939). Foi preocupação constante dos atores envolvidos neste processo a delimitação de um campo científico próprio, destacando-se, nesse caso, o debate acerca do valor epistêmico da Sociologia, ou ainda, dos critérios que

garantiriam sua cientificidade, o que implicava, ao mesmo tempo, a definição das normas orientadoras da prática dos cientistas sociais, dos papéis que poderiam legitimamente desempenhar e dos espaços nos quais deveriam atuar. Portanto, o processo de autonomização das Ciências era incipiente neste momento.

Durante os anos 1940, a compreensão de Guerreiro Ramos acerca do amadurecimento cognitivo das Ciências Sociais esteve marcada pelas lições do sociólogo norte-americano Donald Pierson, professor responsável pelas cadeiras de Sociologia e Antropologia Social na ELSP desde 1939. Pierson havia ministrado um “Curso de Sociologia” no Rio de Janeiro sob patrocínio do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), do qual Guerreiro participara. A ênfase de Pierson recaía sobre o *status* científico que as Ciências Sociais estariam finalmente galgando, fundamentalmente a partir da instituição da pesquisa empírica sistemática, em um movimento que procurava delimitar suas fronteiras disciplinares, sinalizando suas diferenças em relação a outras análises de cunho social, como o pensamento social, a filosofia social, a ética, o trabalho social, etc. (Pierson, 1962 [1945]).

Em entrevista a Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira realizada anos mais tarde, em 1981, Guerreiro Ramos se referiu ao contato com Donald Pierson da seguinte forma:

[Donald Pierson] *teve uma importância muito grande na minha formação cultural [...] ele apareceu aqui, contratado por uma organização dessas [Escola Livre de Sociologia e Política] e deu umas aulas sobre sociologia americana, com que eu não tinha contato [...]. Pois bem, aquela coisa do Donald Pierson me deu um impacto. Ele citava o nome dos autores, dava conceitos de sociologia... Eu tive um affair com a sociologia americana e resolvi estudá-la profundamente* (Guerreiro Ramos, 1995, pp. 139 – 140).

Em que consistiu precisamente o impacto das lições de Pierson sobre a reflexão de Guerreiro neste período? Como este último se apropriou das ferramentas teóricas e metodológicas que aquele buscava difundir no país? Como será indicado no presente trabalho, não obstante ter empregado a expressão “*affair*” para qualificar sua relação com a sociologia norte-americana, esta teve amplas repercussões na produção intelectual de Guerreiro Ramos nos anos 1940. Certamente a reflexão retrospectiva do sociólogo transcrita acima não é destituída de certa tensão ou ambivalência. Isto porque a avaliação da contribuição da tradição norte-americana – inclusive de seus padrões de cientificidade – para as Ciências Sociais no Brasil sofreu revisões por parte de Guerreiro ao longo de sua trajetória intelectual, marcadamente a partir do início dos

anos 1950 (Maio, 1997)¹. De todo modo, ao longo dos anos 1940, na elaboração de uma abordagem sociológica para os problemas da infância no país, o sociólogo mobilizou obras de autores como William Thomas, Florian Znaniecki, Robert Park, Ernest Burgess, Clifford Shaw, Henry Mckay e Lawrence Guy Brown, pesquisadores cuja produção científica esteve associada à Universidade de Chicago.

Note-se que as reflexões de Guerreiro Ramos sobre puericultura, delinquência juvenil e mortalidade infantil não foram alvo de análise sistemática. Isto se aplica tanto a interpretações que têm sido elaborados nas últimas décadas a respeito do desenvolvimento histórico das Ciências Sociais no Brasil (Miceli, 2001; Almeida, 2001; Oliveira, 1995a; Vianna, 1997; Lima, 1998; Villas Bôas, 2007) quanto à literatura dedicada mais especificamente ao exame de suas perspectivas sociológicas, políticas e filosóficas (Oliveira, 1995; Abranches, 1997; Cruz, 2002; Azevêdo, 2006; Bariani Junior, 2008). Exceção feita aos trabalhos de Maio (1997) e Abranches (2006). Maio (1997, p. 264), ao observar que a produção sociológica de Guerreiro Ramos no DNCr havia sido marcada pela sociologia norte-americana, chamou a atenção tanto para o debate do sociólogo com os puericultores quanto para seu projeto de uma sociologia autóctone. Estes foram importantes pontos de partida para o presente estudo. Ainda nesse sentido, o autor também indicou que, em sua apreciação do processo de desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, Guerreiro Ramos havia conferido relevo tanto a seus marcos institucionais, com a criação dos cursos em âmbito universitário, quanto ao trabalho de Donald Pierson no estabelecimento de padrões de produção sociológica calcados em pesquisa (Maio, 1997, pp. 231 – 232).

Da mesma forma, Abranches (2006), ao analisar alguns dos elementos constitutivos da formação intelectual de Guerreiro Ramos nos anos 1940, destacou a importância de suas reflexões em Saúde, principalmente sobre mortalidade infantil, no processo de elaboração de uma abordagem macrosociológica do desenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, Abranches também sugere a continuidade, no pensamento de Guerreiro, de noções e abordagens metodológicas associadas à sociologia de Chicago, como a ecologia humana, e a compreensão geográfica ou espacial da nação que, segundo a autora, faz-se presente em sua sociologia nos anos 1950 e 1960 (Abranches, 2006, pp. 145 – 7).

¹ Sobre as circunstâncias e debates que marcaram a guinada no pensamento de Guerreiro Ramos em relação ao desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil e à atuação de pesquisadores como Pierson no âmbito universitário, ver Maio (1997).

Têm-se destacado o matiz nacionalista da produção intelectual de Guerreiro Ramos: suas reflexões no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) sobre o papel da intelectualidade na transformação social do país (Abranches, 1997); sua contribuição para o arcabouço ideológico do nacionalismo desenvolvimentista dos anos 1950 e 1960 bem como sua proposta de uma revolução brasileira (Cruz, 2002); a “nação” como categoria-chave em sua teorização sobre a sociedade brasileira (Abranches, 2006); e ainda os impasses em suas formulações acerca de uma sociologia afeita à realidade nacional e comprometida com a consolidação de um capitalismo autônomo no país (Bariani Junir, 2008)².

Tendo como fio condutor o debate acerca das relações raciais no país, Maio (1997) apontou a centralidade da questão do negro na formulação de Guerreiro Ramos acerca de uma sociologia engajada e de base autóctone. Também a esse respeito, o autor chamou a atenção para a proximidade entre as reflexões de Pierson e Guerreiro em meados da década de 1940, alguns anos antes deste último se tornar membro do Teatro Experimental do Negro (TEN) e refazer sua perspectiva sociológica sobre as relações raciais. Naquele caso, à semelhança da análise desenvolvida por Donald Pierson sobre as relações entre negros e brancos na Bahia, Guerreiro observou a diferença entre preconceito racial e preconceito de classe em relação à população negra, afirmando o predomínio deste último no Brasil em comparação aos Estados Unidos (Maio, 1997).

Considerando obras de Guerreiro produzidas em diferentes momentos de sua trajetória, Azevedo (2006) buscou identificar as convicções ético-religiosas e filosóficas de corte humanista que teriam servido de alicerce para suas reflexões em literatura, sociologia, epistemologia, política e administração (Azevedo, 2006).

Os trabalhos de Guerreiro Ramos sobre Saúde e Infância revelam, por sua vez, aspectos importantes de sua perspectiva sociológica nos anos 1940, notadamente no que diz respeito ao caráter aplicado que buscou imprimir à prática das Ciências Sociais no país ou, em um sentido mais geral, às concepções que sustentou acerca da cientificidade desses saberes. Mesmo estudiosos interessados mais especificamente em qualificar o posicionamento de Guerreiro em relação à natureza do conhecimento sociológico detiveram-se mais em suas intervenções ao debate em torno do tema nas

² Dentre as obras do sociólogo geralmente referenciadas encontram-se: *O processo da sociologia no Brasil (esquema de uma história das ideias)* (1953); *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo: prefácio a uma sociologia nacional* (1954), republicado em 1957 em *Introdução crítica à sociologia brasileira* e *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica* (1958).

décadas de 1950 e 1960 do que em sua perspectiva em relação à cientificidade das Ciências Sociais nos anos 1940 (Oliveira, 1995; Vianna, 1997; Bariani Junior, 2003; Villas Bôas, 2006a; Martins, 2008; Shiota, 2010). Esta literatura, geralmente mobilizando como contraponto as concepções de Florestan Fernandes sobre o fazer sociológico, tem enfatizado a defesa, por parte de Guerreiro Ramos, de uma “sociologia de intervenção” (Vianna, 1997), comprometida com um projeto político de construção nacional bem como crítica em relação à transplantação mecânica de modelos cognitivos estrangeiros no estudo da realidade brasileira.

Ainda a esse respeito, Oliveira (1995) comparou os distintos padrões de produção sociológica propugnados por Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes nos anos 1950: o primeiro, enfatizando sua dimensão prática e normativa, concebeu o saber sociológico como forma de autoconsciência nacional; o segundo, buscando manter sob controle a interferência de elementos extra-científicos no artesanato acadêmico, definiu a cientificidade da sociologia a partir da adesão a normas, parâmetros e procedimentos investigativos de caráter universal. Vianna (1997) notou que ambos os sociológicos constituíram uma geração de “mannheimianos”, tendo Guerreiro Ramos conferido centralidade ao desenvolvimento socioeconômico do país por meio do processo de industrialização alavancado pelo Estado (Vianna, 1997). Villas Bôas (2006a) apontou para os esforços dessa geração tanto no sentido de consolidar a prática científica da Sociologia como no sentido de “fazer história”, influenciando sobre os processos de mudança social no país. Bariani Junior (2003) explorou o debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos acerca do papel da sociologia e dos sociólogos no Brasil indicando diferentes projetos políticos em jogo para a sociedade brasileira nos anos 1950 e 1960. De modo semelhante, Martins (2008) analisou o debate entre aqueles sociólogos a respeito da definição do fazer sociológico enfocando os projetos de desenvolvimento nacional que se entrevêm em suas obras, buscando reconstituir o contexto léxico disponível no período. Shiota (2010) aproximou as perspectivas de Florestan e Guerreiro ao compreender ambas como modelos críticos de teorização sociológica, isto é, preocupados em responder aos impasses do processo de modernização da sociedade brasileira ou formular diagnósticos deste período.

A análise dos trabalhos de Guerreiro Ramos oriundos de sua experiência no DNCr poderá contribuir ainda para as interpretações da história das Ciências Sociais ao tratar de espaços ainda pouco explorados nos quais transcorreram as atividades de cientistas sociais à época de consolidação destes saberes no país, a saber, aqueles

diretamente vinculados ao Estado. Neste caso, este estudo objetiva aprofundar as análises acerca das Ciências Sociais tais como eram praticadas no Rio de Janeiro e que, como indica o caso em tela, tiveram na Saúde importante material para a construção de seus objetos. Trata-se igualmente de lançar luzes sobre os processos de circulação e recepção de ideias sociológicas estrangeiras no país ou, mais precisamente, sobre a incorporação de novos padrões de cientificidade às análises do social no contexto intelectual brasileiro.

Nesse sentido, algumas considerações metodológicas são necessárias. Ao invés de julgar a validade das ideias e práticas de atores históricos envolvidos em atividades científicas a partir de critérios pré-fixados, este estudo busca interpretar como os próprios atores compreenderam seu fazer científico e quais critérios utilizaram para destacar o campo de suas atividades do restante da cultura. As críticas do historiador Steven Shapin a respeito da oposição entre “internalismo” e “externalismo”, que balizou grande parte das discussões em História das Ciências ao menos até a década de 1980, são indicadoras da orientação que se busca seguir. Segundo aquele autor,

Delimitar uma prática é uma forma de definir o que ela é, de protegê-la de interferências indesejadas e de excluir participantes indesejáveis, de dizer aos praticantes como se comportar apropriadamente em seu interior e como tal comportamento difere da conduta comum, e de distribuir valor através de suas fronteiras (Shapin, 1992, p. 335)³.

Shapin argumenta que a suposta falta de cientificidade atribuída a algumas das práticas pretéritas não poderia ser explicada simplesmente em função da ingerência de fatores externos (políticos, sociais, ideológicos, etc.) à racionalidade científica, uma vez que o objetivo da análise deveria residir precisamente na indicação de *como* as demarcações entre o “político” ou o “social” e o “propriamente científico” foram estabelecidas. Em outros termos, as análises calcadas na dicotomia entre “ciência” e “sociedade” tomariam como pressuposto ou dado processos sociais que caberia ao historiador investigar. O problema em se diferenciar fatores externos e internos torna-se ainda mais agudo em ocasiões nas quais os próprios atores envolvidos não tenham manifestado um consenso acerca do escopo de sua disciplina (Shapin, 1992). Deste modo, análises envolvendo elementos “internos” e “externos” apresentariam o risco de imputar à história critérios de demarcação científica anacrônicos, isto é, que dizem

³ No original: “Bounding a practice is a way of defining what it is, of protecting it from unwanted interference and excluding unwanted participants, of telling practitioners how it is proper to behave within it and how that behaviour differs from ordinary conduct, and of distributing value across its borders”.

respeito a regras e práticas que se observam – ou que se supõe que sejam observadas – no presente.

No que concerne à História das Ciências Sociais, pode-se afirmar que não seria possível subscrever, como parecem fazer análises institucionais que trabalham com uma rígida divisão cronológica entre fases *pré-científica* e *científica*, uma essência definidora da cientificidade das práticas sociológicas se, historicamente, este foi um ponto problemático e em disputa entre os atores sociais envolvidos no estabelecimento daquelas disciplinas. Estas análises conformam aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos denominou “matriz institucional de interpretação” (2002), atualizada por Sergio Miceli (2001; 2001a [1989]).

Nos trabalhos de Miceli, a experiência universitária, notadamente a paulista, foi entendida como principal marco de periodização na medida em que teria dotado aqueles saberes de uma dinâmica acadêmica, ao abrigo de fatores estranhos à lógica científica, promovendo ainda a formação de profissionais com possibilidade de atuação e dedicação exclusiva na área. A ciência social teria sido “uma ambição e um feito paulista”, para usar expressão de Miceli (2001, p. 23), enquanto as instituições universitárias no Rio de Janeiro, próximas que estavam dos centros de decisão do país, não lograram instituir critérios e regras próprias a uma comunidade científica, reproduzindo em seu interior as contendas que se desenrolavam no cenário político-ideológico e, por consequência, dotando as ciências sociais de uma feição mais política e intervencionista (Miceli, 2001).

Ainda que seja fundamental compreender os processos de institucionalização universitária, a sobrevalorização deste marco tem reforçado uma divisão radical entre uma fase *pré-científica* e outra *científica* da produção em ciências sociais, o que acaba por negligenciar possíveis elementos comuns tanto com relação ao esquema cognitivo das reflexões sociais anterior à década de 1930 (Santos, 1978) quanto àquelas práticas sociológicas e antropológicas que transcorreram em outros espaços no período de institucionalização (Oliveira, 1995a). Têm sido apontados ainda os riscos de naturalização do processo de institucionalização, por meio da qual certas instituições passam a ser vistas como que gerando automaticamente uma única forma de se fazer ciência (Vilhena, 1995; Lima, 1998; Bariani Junir e Sagtto, 2009). Procura-se, nesse caso, rever esquemas dualistas opondo São Paulo e Rio de Janeiro na produção sociológica (Oliveira, 1995a; Vianna, 1997; Lima, 1998; Villas Bôas, 2006a).

Como argumentou Villas Bôas (2007), quando se prioriza o estudo das

características das instituições destinadas às Ciências Sociais, procura-se em geral avaliar seu grau de autonomia em relação ao campo das ações, ideias e ideais políticos. No entanto, ao se destacar a maior ou menor interferência daqueles fatores no processo de conhecimento, essas abordagens normalmente operam “sob o prisma de um ‘padrão ideal’ de ciência” (Idem, p. 185), ignorando seus diferentes desdobramentos históricos concretos. Assim, ao considerar a circulação de modelos de investigação sociológica norte-americanos no contexto brasileiro da década de 1940, este trabalho buscará tratá-los sob a ótica de um padrão de cientificidade emergente, que passava a disputar espaço com uma tradição ou cultura sociológica pré-existente (Oliveira, 1995, p. 237), e não simplesmente como fator externo desencadeador do amadurecimento cognitivo das Ciências Sociais no país. Como assinalou Santos (1978), à luz daquela cientificidade, a tradição brasileira preexistente foi considerada atrasada pelas primeiras análises acerca do desenvolvimento das Ciências Sociais.

Ressalte-se, ademais, que tais padrões de cientificidade, onde quer que tenham sido bem estabelecidos, não foram simplesmente impostos nem reproduzidos passivamente no país a partir da atuação de professores estrangeiros, figurando como cópias “periféricas” de modelos produzidos no “centro” da ciência social. As práticas e saberes sociológicos que surgiram deste encontro podem ser entendidos como resultado de negociações marcadas pela apropriação criativa das técnicas, procedimentos e teorias estrangeiras, sempre em diálogo, portanto, com os contextos locais. Esta orientação pode ser mais bem compreendida à luz de recentes estudos historiográficos que criticam a reificação das dicotomias centro-periferia, original-cópia, ou ainda, modelo-desvio na análise da circulação de saberes e práticas científicas, intelectuais e políticas (Palti, 2006). Tais estudos ainda revisam as imagens tradicionais acerca do desenvolvimento da ciência moderna enquanto *corpus* coerente e unívoco de enunciados que se universalizaria por uma espécie de superioridade epistemológica intrínseca, difundindo-se a partir de centros hegemônicos, a saber, a Europa e os Estados Unidos (Raj, 2007).

Em se tratando das Ciências Sociais no Brasil, é possível aproximar tais observações da pesquisa de Villas Bôas (2006) acerca da recepção da Sociologia Alemã por parte de cientistas sociais brasileiros a partir da década de 1940. A autora analisa elementos intelectuais peculiares às Ciências Sociais no país que teriam atuado seletivamente nas formas de contato com a tradição alemã, ou ainda, como se constituíram as “lógicas de leitura e reelaboração” de conceitos, perspectivas e obras

de autores estrangeiros conforme os valores, critérios e regras identificados ao contexto brasileiro. É válida para o presente trabalho sua crítica a respeito do emprego da noção de “influência” na análise da circulação internacional de ideias sociológicas, uma vez que supõe uma hierarquia “entre os mestres estrangeiros e os sociólogos nativos, na qual os primeiros figuram em plano mais destacado/superior” e, ainda, porque “não se reconhecem as influências recebidas como possibilidades de escolhas e, muito menos, o exercício de reelaboração das influências como parte do exercício intelectual” (2006, p. 65). A noção de “recepção”, como argumenta a autora, privilegia, ao contrário, a “interpretação de leitores localizados histórica e socialmente, que podem ou não, em certos momentos, encontrar na leitura de uma obra ‘resposta’ para suas perguntas e expectativas” (Idem, p. 66). Destarte, ao se propor a análise do contato do sociólogo Guerreiro Ramos com as Ciências Sociais norte-americanas praticadas por Donald Pierson e por seus pares da Universidade de Chicago, o presente trabalho procura atentar para o caráter ativo e seletivo das apropriações locais de saberes e práticas científicos estrangeiros.

Este trabalho explora a hipótese de que a utilização, por parte de Guerreiro Ramos, de perspectivas teóricas e metodológicas norte-americanas, ocorrendo de forma seletiva, serviu ao seu esforço de legitimação da cientificidade da prática sociológica frente aos quadros do DNCr e à sociedade mais ampla – cientificidade que, em sua concepção, seria garantida em última análise pela relevância prática das Ciências Sociais na solução de problemas sociais prementes do país. Afirma-se ainda que o sociólogo entreviu no saber-fazer da pesquisa empírica que Donald Pierson vinha divulgando a possibilidade para que os estudiosos entrassem em contato com os fatos conformadores da realidade social do país, de modo que estivessem aptos a tratar eficazmente daqueles problemas. Isto é, Guerreiro conferiu sentido fundamentalmente prático-normativo ao fazer sociológico propugnado por Pierson, em um movimento que significou a redefinição das fronteiras disciplinares da Sociologia.

Tendo-se essas questões em mente, será importante analisar a conformação dos cursos de Puericultura e Administração do DNCr para a compreensão tanto da inserção das Ciências Sociais na formação do médico puericultor quanto do lugar dos fenômenos sociais nas explicações que os médicos desenvolveram acerca dos problemas da criança. Da mesma forma, serão cotejadas as perspectivas de Guerreiro Ramos e de Donald Pierson acerca da cientificidade das Ciências Sociais, da relação entre ciência e problemas sociais e dos papéis que caberia ao sociólogo desempenhar.

Será importante ainda identificar os elementos (autores, obras, conceitos, métodos e técnicas) associados à “Escola Sociológica de Chicago” que foram apropriados por Guerreiro Ramos e os sentidos que este lhes atribui.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo se concentra na análise da inserção de Guerreiro Ramos no Departamento Nacional da Criança (DNCr) enquanto professor da cadeira “Problemas Econômicos e Sociais do Brasil” do Curso de Puericultura e Administração. Para tanto, são levados em consideração a organização institucional do DNCr, seus programas de proteção materno-infantil e a forma como seus idealizadores estruturaram os cursos dedicados à formação do médico puericultor, situando tais elementos no contexto de incorporação de políticas sociais às funções do Estado nos anos 1930 e 1940. Objetiva-se sobretudo avaliar a importância e o significado que os médicos puericultores atribuíram à análise dos fenômenos sociais para a compreensão dos problemas da infância no país bem como tornar inteligível os temas e objetos abordados nos estudos de Guerreiro Ramos a partir dos debates na área da saúde e assistência infantil, envolvendo os problemas da mortalidade infantil, do “menor abandonado” e do “menor infrator”. Registra-se também como os puericultores atribuíam aos sociólogos o papel de reflexão sobre os grupamentos sociais existentes no país e suas condições de vida.

A legitimação das Ciências Sociais, implicando sua aplicabilidade ou caráter prático, foi uma constante nas aulas e palestras de Guerreiro Ramos direcionadas ao público de médicos puericultores. O segundo capítulo busca compreender tais elementos a partir da análise do contexto de institucionalização das Ciências Sociais nos anos 1930 – 1940, considerando-se mormente as experiências institucionais dos cursos superiores no Rio de Janeiro (Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil), onde Guerreiro Ramos se graduou, e em São Paulo (Escola Livre de Sociologia e Política) – esta última experiência avaliada positivamente pelo sociólogo em função da prática de treinamento do alunado em técnicas e métodos de investigação empírica. Ao retomar o debate dos atores históricos a respeito da delimitação de seu campo científico-disciplinar, o capítulo se detém no movimento de recepção dos padrões de cientificidade norte-americanos que se entrevê nos estudos de Guerreiro Ramos sobre Saúde e Puericultura. Para tanto, são abordados inicialmente tanto o período de desenvolvimento da Sociologia norte-americana enquanto disciplina acadêmica na Universidade de Chicago quanto o trabalho de Donald Pierson em torno da divulgação no Brasil de práticas sociológicas afeitas àquela instituição. Em seguida,

considera-se a trajetória intelectual de Guerreiro Ramos enfocando as principais características de sua produção sociológica em Saúde e Puericultura. Dessa forma, será possível confrontar suas concepções acerca da cientificidade da Sociologia, da extensão de sua aplicabilidade e dos espaços de atuação do cientista social profissional com aquelas sustentadas por Donald Pierson, de modo a identificar as diferentes expectativas e significados atribuídos à “Sociologia Científica” que a tradição sociológica norte-americana, na opinião de ambos, vinha conseguindo estabelecer.

O terceiro capítulo investiga aspectos da lógica que presidiu a apropriação, por parte de Guerreiro, de abordagens sociológicas norte-americanas, oriundas principalmente da Universidade de Chicago. Nesse sentido, examina o instrumental analítico e metodológico, as principais obras e autores mobilizados pelo sociólogo no processo de construção de seus objetos de estudo e de formulação de soluções para os problemas da criança. Note-se, a este respeito, que o problema da delinquência juvenil foi compreendido na chave da “desorganização social”, noção articulada a esquemas conceituais específicos (“interação social”) que orientaram as investigações dos cientistas sociais de Chicago acerca do ambiente urbano e da socialização dos indivíduos. As sugestões de Guerreiro Ramos relativas ao mapeamento das principais áreas dos centros urbanos e à estruturação de “clínicas sociológicas do comportamento” também podem ser referidas a experiências de cientistas sociais norte-americanos nas décadas de 1930 e 1940, como Clifford Shaw, Lawrence Guy Brown e Lowell Juilliard Carr. Trata-se de identificar os usos e significados que Guerreiro Ramos atribuiu às obras e conceitos associados a esses autores na elaboração de sua abordagem sociológica para os problemas da infância no Brasil. Deste modo, será possível compreender a posição que a Sociologia de Guerreiro assumia em relação aos discursos e perspectivas mantidos pelos próprios médicos puericultores.

Capítulo 1 - O Departamento Nacional da Criança e a formação do Puericultor

Este capítulo objetiva compreender a inserção do sociólogo Guerreiro Ramos no Departamento Nacional da Criança como professor do curso da disciplina “Problemas Econômicos e Sociais do Brasil”, do Curso de Puericultura e Administração. Para tanto, será preciso analisar o processo de estruturação institucional do órgão, seus programas de proteção materno-infantil e a forma como seus idealizadores organizaram os cursos dedicados à formação do médico puericultor, situando tais elementos no contexto de incorporação de políticas sociais às funções do Estado nos anos 1930-1940. Objetiva-se sobretudo avaliar a importância e o significado que os médicos puericultores atribuíram à análise dos fenômenos sociais para a compreensão dos problemas da infância no país, apontando os temas e objetos que elegeram como centrais.

Inicialmente, analisa-se a conformação das ações governamentais nas áreas de saúde e assistência infantil, situando-as na estruturação dos serviços e políticas de saúde no país no primeiro governo Vargas. São abordados, nesse caso, os esforços de organização de serviços de proteção materno-infantil na Primeira República e seu desenrolar nas décadas de 1930 e 1940, desde a criação da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância no interior do Departamento Nacional de Saúde até sua autonomia administrativa e burocrática proveniente da criação do Departamento Nacional da Criança no ano de 1940.

Em seguida, destacam-se a organização, programas, serviços e ações efetivas levadas a cabo pelo DNCR na década de 1940 bem como os principais atores nele envolvidos. A atenção recai sobre a formulação das políticas de proteção materno-infantil e sobre as concepções que nortearam a ação em puericultura e saúde infantil propugnada pelos médicos puericultores. Trata-se de se considerar as explicações dos problemas da criança elaboradas por médicos puericultores e outros especialistas, principalmente no que diz respeito à mortalidade infantil e à delinquência juvenil, analisando-se em que medida estas se valeram igualmente de interpretações mais gerais sobre a sociedade brasileira.

Por fim, aborda-se tanto a estruturação dos cursos de formação do médico puericultor quanto a forma como foi compreendido e firmado o escopo de sua atuação. Assim, será possível compreender a relevância que os puericultores atribuíram à consideração dos aspectos sócio-econômicos do país e, conseqüentemente, a relevância de seu estudo nos cursos do DNCr.

1.1. História da Proteção à infância no Brasil e o Primeiro Governo de Vargas

Até o fim do século XIX, as práticas em torno do amparo à infância no Brasil estiveram pautadas pelos valores e preceitos da caridade, ligados ao imaginário cristão católico. Neste caso, as Santas Casas de Misericórdia despenhavam papel central. Eram as responsáveis pela manutenção de Asilos ou Rodas de Expostos, que recebiam crianças abandonadas, em geral provenientes das camadas populares (Pereira, 1992; Monteiro, 2011). Tais instituições eram mantidas mediante doações de membros da elite interessados na conquista de bens simbólicos como a “salvação da alma” (Monteiro, 2011, p. 16)⁴.

Nas primeiras décadas do século XX, as formas de ação caritativa passaram a dividir espaço com um modelo de assistência que aliava filantropia a saberes médicos – oriundos notadamente de especialidades em processo de institucionalização no país, como a Pediatria e a Puericultura⁵ (Sanglard; Ferreira, 2010, pp. 439 – 440). Dentre as instituições filantrópicas deste período ganhou projeção o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, fundado em 1899 por iniciativa do médico pediatra Carlos Arthur Moncôrvo de Figueiredo Filho.

A instituição se tornou referência para o estabelecimento de organizações congêneres em outras cidades do país (Pereira, 1992; Wadsworth, 1999; Monteiro, 2011)⁶. Seus serviços, destinados fundamentalmente às classes baixas, estiveram concentrados no atendimento médico a recém-nascidos e gestantes; na divulgação de princípios de higiene materno-infantil e na assistência social por meio do provimento

⁴ O funcionamento da Roda de Expostos é abordado em Pereira (1992, pp. 44 – 49).

⁵ O estabelecimento do ensino pediátrico no currículo das Faculdades de Medicina data de 1882, estimulado pela Reforma de Ensino Leôncio de Carvalho (Monteiro, 2011, pp. 16 – 17). Sanglard e Ferreira (2010) analisam a institucionalização da Pediatria e da Assistência Pública à Infância durante a Primeira República a partir da trajetória e atuação profissionais de dois expoentes do ensino pediátrico no Brasil, Antônio Fernandes Figueira e Luiz Barbosa. No período, as instituições filantrópicas constituíram o espaço por excelência desse tipo de prática médica.

⁶ Para uma análise do Instituto de Proteção e Assistência à Infância implementado na Bahia, ver Monteiro (2011), especialmente o capítulo I.

de leite, alimentação e vestimenta às famílias. Para tanto, além do dispensário anexo ao Instituto, seus médicos contavam com o auxílio das “Damas de Assistência à Infância”, organização complementar formada pelas esposas dos associados, membros da elite política. Eram promovidos ainda, periodicamente, “Concursos de Robustez” entre recém-nascidos, ocasião na qual prêmios em dinheiro eram distribuídos a fim de estimular a alimentação correta dos filhos por parte das mães pobres (Wadsworth, 1999). Os planos de ação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância previam ainda metas consideradas ambiciosas, tais como: inspeção de amas de leite; estudo das condições de vida das crianças pobres; combate ao abandono e abuso de menores; inspeção de escolas; fiscalização do trabalho feminino e de menores na indústria (Idem).

Monteiro (2011, pp. 25 – 26) observa que uma das principais estratégias do modelo assistencial do Instituto consistiu no “atendimento médico curativo prestado às crianças”. Moncôrvo Filho, em sua campanha em prol da proteção infantil, definiu como prioritária a criação de dispensários e clínicas infantis. Tal mobilização entre médicos e filantropos, que caracterizou as ações de proteção materno-infantil na Primeira República, acompanhava a crescente atenção em torno dos cuidados com a infância em foros internacionais⁷, ao mesmo tempo que constituía reação a problemas vistos como graves no cenário nacional, como a mortalidade infantil (Maes, 2011; Monteiro, 2011).

Moncôrvo Filho pleiteou sem sucesso uma maior participação do Estado na promoção da assistência infantil no sentido de que fossem viabilizados programas de escopo nacional a partir do modelo fornecido por seu instituto (Pereira, 1992; Wadsworth, 1999)⁸. No entanto, relativamente à iniciativa filantrópica, as ações do poder público mantiveram-se limitadas durante a Primeira República. A este respeito,

⁷ Em 1916 havia sido organizado o Primeiro Congresso Pan-Americano da Criança e, em 1924, a Declaração dos Direitos da Criança havia sido adotada pela Liga das Nações (Maes, 2011, pp. 27 – 28). Note-se que, durante a Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1922, por ocasião da comemoração do Centenário da Independência, Moncôrvo Filho organizou o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, concomitante ao Terceiro Congresso Pan-Americano, também sediado na cidade. Ainda neste contexto, o médico organizou a Exposição ou Museu da Infância, com finalidade propagandística e educativa. As discussões, concepções e planos de ação em torno dos problemas da infância que vieram à lume na ocasião são exploradas em Wadsworth e Marko (2001) e Maes (2011), especialmente o capítulo II.

⁸ Inspirado no “Children’s Bureau”, repartição governamental norte-americana responsável pelas políticas para a infância fundada em 1912, Moncôrvo Filho financiou a criação de um “Departamento da Criança”, com o intuito de esboçar um programa filantrópico e social “que preenchesse as lacunas existentes na proteção à criança e fosse também órgão consultivo dos poderes públicos federais, estaduais e municipais” (Fonseca, 1990, p. 55).

deve ser mencionada a criação da Inspetoria de Higiene Infantil no interior do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) em 1923 (Pereira, 1992), a cargo do médico pediatra Antonio Fernandes Figueira. Sua atuação esteve restrita ao Distrito Federal e foi marcada pela falta de recursos (Pereira, 1992, pp. 78 – 80; Maes, 2011, p. 120).

Note-se ainda que a regulamentação do Código de Menores em 1927, resultado de debates no meio jurídico desde o início do século XX, significou o reconhecimento oficial da importância da proteção social à criança proletária, abandonada e infratora. O Código pretendia regulamentar e fiscalizar o trabalho infantil na indústria bem como conferir tratamento jurídico diferenciado a crianças menores de dezoito anos que transgrediam leis penais. Buscava-se, nesse caso, a substituição das medidas tradicionais, de caráter punitivo, por outras, de ordem médica e educativa. A partir de então, as categorias “menor abandonado” e “menor delinquente” se tornaram recorrentes no discurso de diferentes profissionais, como médicos, juristas, psicólogos, psiquiatras, etc., que, ao torná-las objeto específico de análise, contribuíram para sua naturalização (Silva, 2003, p. 29).

As ações em saúde e assistência materno-infantil no âmbito do Estado foram expandidas e fortalecidas ao longo dos anos 1930 e 1940. Este impulso fez parte do processo de incorporação das políticas sociais dentro das funções do Estado a partir da Revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder (1930 – 1945). A nova configuração político-administrativa se caracterizou por uma crescente centralização em torno do governo federal, acentuando o papel do executivo, bem como pela atenção a demandas sociais e políticas dos setores populares e médios dos centros urbanos. No plano discursivo, intelectuais e grupos dirigentes atrelados ao poder central reagiram ao liberalismo do período precedente, destacando a necessidade de uma atuação do Estado em benefício da coletividade ou da “nação” como um todo e, portanto, capaz de se sobrepôr aos interesses privados locais, associados às antigas oligarquias, que até então haviam pautado o exercício da política. No plano institucional, foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em 1930, ambos responsáveis pela implementação de políticas sociais voltadas para as áreas de saúde e assistência (Fonseca, 2007)⁹.

⁹ Fonseca (2007), ao analisar o desenvolvimento da saúde pública no primeiro governo Vargas, estabelece uma articulação entre atores e grupos de interesse envolvidos no jogo político, o processo de definição das políticas de saúde e algumas ideias que influíram sobre os novos perfis político-

Cristina Fonseca (2007) observou que o primeiro Governo Vargas marcou a consagração de um “dualismo institucional” no setor Saúde, que foi se estruturando em modelos distintos de inclusão social, representados pelo MTIC e pelo MESP (Fonseca, 2007). No caso do MTIC, os serviços de saúde se dirigiram exclusivamente aos indivíduos inseridos no mercado de trabalho formalizado – conforme a lógica corporativa que pautava as relações de trabalho e garantia direitos às categorias profissionais reconhecidas oficialmente – e estiveram centradas na prestação de assistência médica individualizada no âmbito da previdência, por meio das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensão. As políticas em Saúde Pública, por seu turno, buscaram desenvolver ações voltadas à população em geral, distribuída por todo o território brasileiro, inclusive aqueles vivendo no interior do país, desprovidos de assistência médica previdenciária, e que contemplassem diversos serviços, dentre os quais sobressaíram a medicina preventiva e o combate a doenças endêmicas em certas regiões, como a malária e a febre amarela.

Ainda segundo a autora, na raiz da conformação de serviços públicos de saúde visando aos diferentes segmentos da sociedade, portanto, de caráter mais universalista, não residia a noção de direito social. O que estava em jogo era o esforço do governo central em expandir e consolidar a presença do Estado brasileiro em todo o território nacional, de modo a viabilizar seu projeto de construção nacional, em um movimento que implicava desenvolvimento do aparelho burocrático e centralização administrativa (Fonseca, 2007). Note-se ainda que, na área da Saúde Pública, “não houve rompimento com que vinha sendo realizado”, mas, sim, a “incorporação, tanto das instituições como dos seus atores/agentes ao novo processo de *state building* definido para o país, empreendido por meio da normatização, centralização, formação e especialização profissional” (Idem, p. 29). Continuidade que pode ser observada no caso do processo de interiorização dos serviços em saúde pública com vistas à população rural, cujos primeiros esforços estiveram associados ao movimento sanitaria da Primeira República¹⁰.

institucionais do setor. Nos seus primeiros anos de funcionamento, as ações do MESP em Saúde Pública limitaram-se aos serviços do antigo Departamento Nacional de Saúde Pública, estruturado na Primeira República e incorporado ao ministério quando de sua criação (Hochman, 2005, p. 130).

¹⁰ Data dos anos 1910 e 1920 o movimento que mobilizou escritores, médicos, cientistas, etc., por uma reforma sanitária que estendesse os serviços de saúde às zonas rurais, calcado na visão de suas populações como desassistidas pelo poder público e vitimadas por doenças endêmicas. Nesse caso, é possível destacar a criação, em 1918, da Liga Pró-Saneamento do Brasil, organização civil liderada pelo cientista Belisário Penna. Uma das repercussões do movimento foi a criação, em 1919, do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), cujo primeiro diretor foi Carlos Chagas, cientista de prestígio do

A estruturação de um sistema de proteção social neste período teve repercussões na área da assistência materno-infantil. Dentro do escopo de ações em saúde de caráter mais universalista, mulheres e crianças foram alvo de atenção especial (Fonseca, 2007, p. 49). Isto se evidenciou em modificações institucionais do setor. Em 1934, a antiga Inspetoria de Higiene Infantil, chefiada desde 1930 pelo médico pediatra e puericultor Olympio Olinto de Oliveira, deu lugar a uma repartição federal no interior do Departamento Nacional de Saúde (DNS), isto é, um órgão que estendia sua jurisdição a todo o país: a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, que permaneceu sob a direção daquele médico (Pereira, 1992; Maes, 2011)¹¹. Suas atividades foram limitadas, destacando-se, nesse caso, a realização de uma campanha nacional pela alimentação da criança em 1934. A fim de “chamar a atenção da opinião pública para o assunto”, o grupo de médicos instalado na nova repartição “divulgou ensinamentos, promoveu a organização de associações de proteção à infância e de instituições especiais, consultórios, lactários, cantinas, merendas escolares, etc.”¹²

A ideia de estimular a articulação dos serviços de puericultura em torno de um programa nacional veio a público na Conferência Nacional de Proteção à Infância, realizada em 1933 no Rio de Janeiro. Esta reuniu médicos, juízes, políticos e administradores dos serviços públicos oriundos do Distrito Federal e demais estados. A convocação havia sido feita por Getúlio Vargas, em mensagem dirigida aos interventores dos estados no Natal de 1932. Valendo-se da retórica em torno do sentido patriótico da causa, o presidente fez um apelo para que se prestasse maior atenção aos problemas da criança no país, como a mortalidade infantil (Pereira, 1992; Maes, 2011). Na ocasião, a Comissão Executiva, presidida por Olinto de Oliveira, acentuou tanto o papel do governo federal no provimento de recursos, fiscalização e orientação técnico-científica dos serviços distribuídos pelo país quanto a necessidade de cooperação social das elites, notadamente por meio de associações e instituições privadas (Pereira, 1992). O debate em torno da “questão federativa”, concernente à autonomia administrativa e à atribuição

Instituto Oswaldo Cruz. O DNSP marcou um primeiro movimento em direção à ampliação geográfica das atividades em saúde, principalmente a partir do Serviço de Profilaxia Rural a ele integrado (Lima; Hochman, 1996).

¹¹ Oriundo de Porto Alegre, Olinto de Oliveira havia se formado em Pediatria na Universidade do Brasil em 1887. Entre 1906 e 1917, ele foi diretor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. No Rio de Janeiro, envolveu-se com os serviços de proteção materno-infantil de caráter filantrópico a cargo de médicos como Fernandes Figueira (Maes, 2011, pp. 132 – 133).

¹² Informação retirada de documento sem autoria apresentando breve histórico da organização do Departamento Nacional da Criança, constante do Arquivo Gustavo Capanema. Ver Arquivo Gustavo Capanema, Microfilmagem, rolo 61: fot. 338, p. 2.

de funções entre as instâncias federais, estaduais e municipais, veio à tona, mobilizando principalmente médicos representantes do Estado de São Paulo. Estes se mostraram resistentes a qualquer ímpeto centralizador, em se tratando de políticas para a infância e a saúde pública, levantando críticas à possibilidade de ingerência do poder central nos serviços estaduais (Pereira, 1992; Maes, 2011)¹³.

Com efeito, o problema envolvendo a definição da relação entre União e estados da federação perpassou as discussões em torno da reorganização dos serviços públicos de saúde no decorrer da década de 1930. Tratava-se de questão-chave, inscrita no cenário político da época (Fonseca, 2007). Note-se, ainda a esse respeito, que em 1932 o poder central havia contido a Revolução Constitucionalista deflagrada pelas elites e camadas médias paulistas, descontentes com a interferência federal e a ausência de perspectivas em relação a um novo regime constitucional (Idem).

O movimento no sentido de maior participação do governo federal e centralização administrativa nos serviços públicos de saúde foi reforçado com a aprovação do projeto de reforma do Ministério da Educação e Saúde Pública, de autoria de Gustavo Capanema, responsável pela pasta entre 1934 e 1945 (Fonseca, 2007).¹⁴ Esta tendência encontrou condições políticas e institucionais ainda mais favoráveis para se efetivar a partir da instauração do regime ditatorial de Vargas em 1937. A reforma Capanema implementada a partir de 1937, modificando o nome do órgão para Ministério da Educação e Saúde (MES), ampliou a presença dos serviços federais de saúde nos estados. Por seu intermédio, foram criadas as Delegacias Federais de Saúde, distribuídas por regiões do país e funcionando como órgãos intermediários entre o Departamento Nacional de Saúde e os estados, e instituídas as Conferências Nacionais de Saúde, visando à integração e à normatização dos serviços distribuídos pelo país.

No início dos anos 1940, novas modificações sugeridas por Capanema instituíram ainda serviços de escopo nacional destinadas ao combate de doenças específicas, como febre amarela, malária, peste, tuberculose, etc. (Idem). Em 1942, também veio à luz o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), resultado de uma parceria dos governos brasileiro e norte-americano. Concebido inicialmente para atuar no combate à febre amarela e à malária na Amazônia e no Vale do Rio Doce, regiões

¹³ A estruturação, discussões e desdobramentos desta conferência foram abordados por Pereira (1992, pp. 94 – 111) e Maes (2011, pp. 117 – 124). Para uma análise das tensões políticas em torno da “questão federativa”, que permeou o processo de construção das políticas de Saúde Pública durante a Primeira República, ver Hocham (1998).

¹⁴ O processo de encaminhamento e decisão da proposta de reforma do MESP no Congresso Nacional, entre 1935 e 1937, foi analisado em detalhes por Fonseca (2007).

estratégicas nos esforços de guerra, o SESP expandiu posteriormente seus serviços para outras regiões do país, conjugando combate a doenças, educação sanitária e pesquisa sócio-antropológica em saúde no Brasil (Campos, 2006).¹⁵

No contexto da reforma ministerial, a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância foi substituída pela Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, o que dotou de mais recursos o novo órgão, composto por um Serviço de Puericultura do Distrito Federal; um Serviço de Cooperação com os Estados e um Serviço de Estudos e Inquéritos (Fonseca, 1990). A Divisão se extinguiu em 1940, com a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr). Para os serviços federais de proteção materno-infantil, a medida significou ganhos em termos de autonomia administrativa uma vez que agora se punham no mesmo nível hierárquico do Departamento Nacional de Saúde no organograma do MES e ficavam subordinados diretamente ao ministro Capanema (Fonseca, 1990; Pereira, 1992; Souza, 2000).

É possível mencionar ainda a criação de outros serviços governamentais centrados nos problemas da infância nos anos 1930. É o caso do Instituto de Puericultura, organizado em 1937 por sugestão de Olinto de Oliveira, que indicou para sua direção Martagão Gesteira, médico que atuava na área de assistência materno-infantil na Bahia e detinha reconhecimento nacional. A instituição se destinava fundamentalmente à pesquisa, “ao estudo de problemas da puericultura, ensino e divulgação dos princípios elementares da higiene infantil”, tendo em vista tornar obrigatório o ensino de puericultura ao público feminino nas escolas primárias (Pereira, 1992, p. 121). No ano seguinte, ela foi incorporada à Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, onde Martagão Gesteira ocupava a cátedra de clínica da primeira infância (Idem, p. 122).

Em 1936 também foi criado, por estímulo do desembargador José Burle de Figueiredo, o Laboratório de Biologia Infantil, estabelecimento vinculado ao Juizado de Menores do Distrito Federal, instituição vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O laboratório recebia menores sob responsabilidade do judiciário a fim de investigar as causas da delinquência juvenil no país e propor medidas de controle e correção, prevenção e cura (Silva, 2003).

Segundo Fonseca (1990), essas e outras iniciativas do poder público indicam a

¹⁵ A respeito das modificações no campo da Saúde Pública ocorridas no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, ver também Hochman (2005); Escorel e Teixeira (2008, pp. 361-2) e Faria (2007, pp. 47 – 76).

relevância, e mesmo a centralidade, que a infância e a maternidade assumiram durante o governo Vargas, e particularmente no Estado Novo, como parte do projeto de construção nacional, cujas bases residiam no desenvolvimento pleno e sadio das novas gerações, isto é, pautado pela técnica e pela ciência modernas. Assim, à época que o DNCr foi criado, crescia o investimento do Estado no desenvolvimento de um arcabouço institucional e legal destinado à proteção social da infância.

1.2. Ideias e Políticas para a Infância no Departamento Nacional da Criança

O Departamento Nacional da Criança (DNCr) veio à luz por meio do decreto-lei n. 2.024 de 17 de fevereiro de 1940, que o definia como órgão supremo de organização das atividades ligadas à proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país. Tal como expressos em lei, seus objetivos envolviam a garantia de uma maternidade segura e sadia às mulheres (desde a concepção até a criação dos filhos) bem como a promoção do bem-estar e do desenvolvimento físico e psíquico da criança, por meio da conservação da saúde, preservação moral e preparação para a vida¹⁶.

Cabiam ao órgão as seguintes atividades: a) realizar inquéritos e estudos relativos à situação do problema social da maternidade, infância e adolescência no país; b) divulgar informações sobre os problemas da criança de modo a formar “uma viva consciência social” entre a opinião pública; c) estimular e orientar a organização de estabelecimentos estaduais, municipais e particulares destinados à proteção materno-infantil; d) promover a cooperação entre União e Estados; e) promover a cooperação entre União e instituições particulares por meio de subvenção federal para manutenção e desenvolvimento dos seus serviços; f) fiscalizar, em todo o território nacional, as atividades destinadas à proteção da maternidade, infância e adolescência.

Previa-se ainda a cooperação do DNCr e dos demais serviços de proteção materno-infantil com a Justiça de Menores, de modo a assegurar “proteção à criança sob vigilância judiciária”. O decreto também estabeleceu a criação de um Fundo Nacional de proteção à criança para o recebimento de donativos particulares, “ficando tudo à disposição do Departamento Nacional da Criança, para o fim de serem atendidas as despesas de reforma, melhoramento ou ampliação [...] construção e instalação de

¹⁶ BRASIL. Decreto-lei n. 2.024 de 17 de Fevereiro de 1940.

novos estabelecimentos particulares [...]”. O DNCr também seria responsável pelo levantamento de “minucioso censo dos estabelecimentos ou serviços públicos e particulares destinados à proteção à maternidade, à infância e à adolescência” no país¹⁷.

O funcionamento do órgão foi regulamentado somente um ano depois, pelo decreto-lei n. 3.775, que o dividiu entre os seguintes setores: Divisão de Proteção Social da Infância, Divisão de Cooperação Federal, Instituto Nacional de Puericultura (INP) e Serviço de Administração. O Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil foi incorporado ao INP, que funcionaria como centro de ensino e pesquisa em puericultura.¹⁸

Os médicos que traçaram os planos governamentais para a proteção da criança se valeram, em um esforço de legitimação do DNCr, do discurso oficial varguista, cuja atenção recaía sobre a construção da nação e a valorização do trabalhador. A criança representava o próprio futuro da pátria, o “homem novo” garantidor do progresso nacional (Fonseca, 1990; Pereira, 1992; Souza, 2000). Assim, afirmava-se que políticas sociais para a infância com bases na Puericultura, por repercutirem positivamente sobre o perfil demográfico brasileiro, assumiam centralidade nas tarefas de ocupação do território e de formação de uma força de trabalho produtiva, e estavam, desse modo, intimamente relacionadas ao crescimento econômico do país¹⁹.

Por ocasião do decreto-lei que criava o DNCr, seu diretor, Olinto de Oliveira, discursou nas emissoras de rádio durante a “hora do Brasil”, reforçando aquelas que deviam ser suas principais diretrizes:

Não se trata, com efeito, como pensam alguns, de uma simples questão de saúde pública. Nem, como pensam outros, talvez a maioria, de uma questão de assistência: socorrer a criança pobre ou a mãe necessitada. O objetivo da lei é bem mais alto e assim deveria ser. Trata-se de fazer criar, desde o berço, desde a concepção, crianças sadias e fortes, desenvolvê-las, prepará-las para a vida, para que delas se venha compor a nacionalidade. [...] todos precisam de orientação, das regras, do exemplo, do auxílio, da boa direção, que os conduzam ao padrão ideal que a Pátria reclama, ou dele se aproximem o mais possível (Oliveira, 1940, p. 7).

Neste mesmo contexto, o diretor do DNCr identificou o conjunto de questões a serem abordadas pelo novo órgão, das quais se destacavam a mortalidade infantil e a proteção ao menor abandonado, da qual dependia intimamente a “profilaxia da

¹⁷ Idem.

¹⁸ BRASIL. Decreto-lei n. 3.775 de 30 de Outubro de 1941.

¹⁹ Ver, por exemplo, Figueiredo (1942; 1943) e Sampaio (1942).

vagabundagem e da delinquência” (Idem, p. 8). Foram estes os temas que Guerreiro Ramos explorou sociologicamente, questão que será abordada no capítulo III. Por ora, cabe analisar mais detidamente a forma pela qual os “problemas da criança” foram interpretados pelos médicos e demais profissionais envolvidos com os programas governamentais em puericultura, isto é, a que causas foram atribuídos e que ações deviam ser empreendidas no seu equacionamento.

Desde o início do século XIX, a elevada mortalidade infantil vinha sendo apontada por políticos, médicos e intelectuais como um dos grandes problemas da criança brasileira. Nos anos 1920 e 1930, ela foi apontada como um dos marcadores do atraso do país, cujo quadro sanitário seria similar aos de países africanos e asiáticos. Assim, resolver o problema era medida importante se o Brasil quisesse fazer parte do concerto das nações civilizadas (Maes, 2011, p. 49 – 50).

Como notou Cari Maes, não estava ausente o componente retórico quando se mencionavam os índices alarmantes de mortalidade infantil no Brasil. E isto porque neste período também constituiu problema técnico ou metodológico a determinação mais precisa desses valores nos centros urbanos do país e, especialmente, em seu vasto e inexplorado *hinterland*. Nesse caso, os médicos puericultores contavam com estudos circunscritos a pequenas localidades que eles mesmos desenvolviam ou com dados oficiais provenientes do registro civil, estes últimos, ainda assim, considerados com reserva (Maes, 2011, pp. 59 - 60).²⁰

É interessante observar que, nesse caso, as feições assumidas pela mortalidade infantil no discurso dos médicos foram tanto informadas por sua experiência profissional a serviço do Estado ou em instituições filantrópicas – que os punha em contato direto com segmentos das classes subalternas – quanto por relatos de viagens de cientistas e médicos ao interior, somados a textos de escritores célebres que haviam contribuído para a consolidação, no imaginário das elites, de certos retratos do país e de sua gente (Lima, 1998). Nesse sentido, é válida a transcrição a seguir, trecho de um discurso de Olinto de Oliveira dirigido às autoridades políticas municipais durante a campanha nacional pela alimentação da criança de 1942, iniciativa do DNCr:

²⁰ O coeficiente de mortalidade infantil era geralmente calculado pelo número de óbitos entre 0 e 1 ano de idade multiplicado por 1.000 e dividido em seguida pelo número de nascidos vivos numa determinada localidade dentro do intervalo de um ano. Os médicos do DNCr levantavam dúvidas acerca do nível de precisão do registro civil para medir a taxa de nascimentos no Brasil, argumentando que era elevada a incidência de crianças não registradas em cartório, principalmente em se tratando de populações do interior, com pouco ou nenhum contato com o poder público. Ver, nesse caso, Maes (2011, p.59).

As fatalidades geográficas e históricas acumularam em nossa terra, mais talvez que em quaisquer outras, graves fatores nocivos à formação de uma raça numerosa, forte e sadia. [...] Dois fatos brutais avultam [...]. O primeiro é a nossa mortalidade infantil, excepcionalmente alta, verdadeira hecatombe permanente, cega e implacável, arrebatando anualmente aqui no Rio um quinto, em outras grandes cidades um terço, a metade da sua população de tenra idade! E localidades há do interior onde, como já o observou o eminente Belisário Penna, se não encontram crianças, morrem pequeninas todas as que aí nascem! Ora, o fator principal dessa mortalidade são as moléstias da nutrição por deficiência, impropriedade e má qualidade da alimentação./ O segundo fato impressionante é o aspecto doentio da maior parte das nossas populações rurais e mesmo das cidades, a começar pelas crianças, magras, anêmicas, raquíticas, apáticas, sem vivacidade e sem a alegria de viver. São as que escaparam da ceifa sinistra. Resistiram à morte, mas diante da persistência da mesmas causas, deficiência e má qualidade da alimentação, arrastam-se depauperadas, enfermças e vão morrendo aos poucos, presa das endemias, das secas e outras misérias, deixando o resíduo heróico dos caboclos e dos jecas, que é a gente com que temos de contar para constituir amanhã a massa da população brasileira. Mas esses mesmos grandemente desfalcados! E quantos deles ainda tarados, ainda diminuídos na sua valia intrínseca pela ignorância e pelas contingências com que teem [sic] de lutar perenemente. Ah! Pudessem eles desenvolver todas as suas possibilidades, pudéssemos nós adicionar-lhes uma parte do centos de mil crianças que estamos perdendo cada ano por incúria e inércia, como povoaríamos rápida e magnificamente o nosso território! (Oliveira, 1942, pp. 8 – 9).

Na caracterização social feita por Olinto de Oliveira evidenciam-se fortes imagens literárias sobre o homem brasileiro consagradas por autores como Euclides da Cunha e Monteiro Lobato. Sua interpretação sobre os problemas da criança também se aproxima da perspectiva sanitarista que ganhou relevo durante a Primeira República (Lima; Hochman, 1996). Associada a médicos como Belisário Penna, mencionado no discurso de Oliveira, esta perspectiva assumiu papel de denúncia do quadro sanitário precário e da situação de abandono das populações rurais (Idem)²¹. Nesse sentido, o diretor do DNCr argumentava que os recém-nascidos e a população infantil, vivendo em circunstâncias marcadas pela doença e pela carência alimentar, tendiam mais facilmente à morte. Ainda segundo a visão do médico, o fato de que, a despeito das condições adversas, algumas crianças sobrevivessem e alcançassem a idade adulta só comprovava a “valia intrínseca” dessas populações como um todo, cujas “possibilidades” eram, em sua grande parte, impedidas de se desenvolver.

O trecho também é revelador de uma das causas fundamentais da mortalidade infantil na perspectiva dos puericultores, a saber, o problema da “má alimentação” ou “deficiência nutricional”, que afetava o desenvolvimento pleno da criança. O problema

²¹ As relações entre Olinto de Oliveira e Belisário Penna datam da Primeira República (Sanglard; Ferreira, 2010). Cabe lembrar que Oliveira foi convidado por Penna para chefiar a Inspetoria de Higiene Infantil em 1930, época em que o sanitarista estivera à frente da direção do Departamento Nacional de Saúde Pública. Cf. Arquivo Gustavo Capanema, rolo 61, foto. 731, p.1.

respondia consideravelmente pelo quadro negativo da população brasileira e estava, inclusive, na raiz daquilo que por vezes foi identificado como sua “degeneração” ou “degradação”. Isto porque, em um contexto intelectual ainda marcado por diferentes discursos eugênicos²², a necessidade de formação de uma “raça numerosa, forte e sadia”, para retomar a expressão de Olinto de Oliveira, não esteve ausente das preocupações dos médicos puericultores. Note-se, contudo, que as medidas mais freqüentemente preconizadas nesse caso eram de natureza sanitária, educativa e assistencial. Tratava-se da perspectiva eugênica predominante no país, que se confundia com princípios de Higiene e Saúde Pública (Hochmam *et alli*, 2010). Alguns trechos de discursos e artigos de caráter informativo retirados do *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança* são significativos nesse sentido.

Flammarion Costa, técnico da Divisão de Proteção Social, tratando da importância do ensino da Puericultura, teceu a seguinte observação a respeito do desenvolvimento infantil:

Pela hereditariedade a criança herda qualidades boas ou más, pela educação adquire outras tantas; o predomínio das boas qualidades sobre as más depende do meio em que ela vive, dos alimentos, do cuidado que lhe dispensam, das pessoas com quem aprende, dos conhecimentos que adquire durante os primeiros meses e do conforto e alegria que encontra no lar (Costa, 1940, p. 15).

O médico Dante Costa, dos quadros do DNCr, ao elencar medidas de “proteção alimentar” à infância, afirmou:

Realmente, os índices de nutrição da nossa infância são muito baixos. Comparando-se as tabelas de peso e altura de crianças estrangeiras [sic] e brasileiras da mesma idade, observam-se menor altura e menor peso nas nossas, e a alimentação defeituosa – ao lado de possíveis fatores raciais, que terão também na sub-alimentação, secularmente estabelecida, uma causa – deve ser apontada como a força maléfica responsável. Os nossos índices de mortalidade infantil aí estão também a afirmar uma situação angustiosa, pois têm nos erros e nas deficiências alimentares um dos seus fatores primordiais (Costa, 1941, p. 10).

²² Ideias sobre eugenia começaram a circular no país a partir dos anos 1920. Em 1929 havia sido realizado o Congresso Brasileiro de Eugenia, no qual se discutiu, dentre outras, a questão da mestiçagem. Estava em jogo, nesse caso, a viabilidade do projeto de construção de uma nação civilizada a partir dos contingentes populacionais do país. Na ocasião, diferentes perspectivas eugênicas foram apresentadas: tanto as que enfatizavam questões ambientais e sociais, apostando em ações governamentais capazes de melhorar as condições de vida da população, quanto outras que, lançando uma visão negativa sobre a miscigenação, sinônimo de degeneração, implicavam o controle reprodutivo, a discriminação racial e a seleção de imigrantes (Hochmam *et alli*, 2010). Ver também nesse caso Stepan (1991).

Durante a inauguração do Serviço de Assistência Infantil *Prof. Olinto de Oliveira* na cidade de Porto Alegre em 1942, o médico Orlando Seabra Lopes, na qualidade de representante do DNCr, referiu-se diretamente a medidas eugênicas da seguinte forma:

O aperfeiçoamento de um povo como o nosso, em plena evolução etnológica, só pode partir realmente da criança – esse pequenino ser que acumula as reservas físicas e morais da nacionalidade [...]. Perigos alimentares, infecciosos, congênitos, não devem mais ameaçar a preciosa vida dos pequeninos e se nos aprofundarmos mais na verdadeira arte eugênica da Caron, teremos que evitar muitas outras causas que podemos chamar predisponentes e que se apóiam principalmente em bases educacionais e econômicas (Lopes, 1942, p. 53)²³.

Essas passagens são indicativas de como a questão do aprimoramento ou tratamento eugênico da população, quando se evidenciava no discurso dos puericultores, vinha associada a intervenções em saúde e educação, ou mais especificamente, à higiene materno-infantil. Isto porque as causas mais diretamente ligadas à mortalidade infantil resultavam da “ignorância” e da “pobreza”, binômio repetido com frequência pelos médicos puericultores. Ele equacionava o problema da alimentação acima referido, que ora podia ser insuficiente por falta de recursos, ora podia ser mal conduzida pelas mães, inclusive por aquelas pertencentes à elite econômica. Aplicava-se igualmente a outras questões concernentes a hábitos, comportamentos e condições de vida que contribuíam para o quadro sanitário negativo da criança. Era o caso, por exemplo, entre as classes baixas, da realização de partos por “curiosas”, designação dos médicos para parteiras ou mulheres tidas como experientes nas comunidades locais, mas desprovidas do saber apropriado, de caráter técnico-científico.

Era possível, portanto, regenerar a nação (Lima; Hochman, 1996) se fossem investidos cuidados especiais durante a geração dos novos indivíduos, o que exigia atenção profissional a todas as fases deste processo: pré-nupcial, intra-uterina e extra-uterina. Um programa de puericultura devia incluir: a realização de exames pré-nupciais; a divulgação de preceitos higiênicos e alimentares à gestante; o acompanhamento da gestação, do parto e da saúde do recém-nascido e da criança, seguido da divulgação de preceitos básicos de puericultura para as mães. Dadas as condições precárias de vida de grande parte da população brasileira, ganhava importância a assistência social, por meio do provimento de leite, alimentação,

²³ Segundo Maes (2011, p. 89), os médicos franceses do século XIX Alfred Caron e Adolphe Pinard eram considerados pelos puericultores brasileiros como os fundadores dessa especialidade médica.

vestimenta, abrigo, etc., a mães e crianças pobres, a “famílias desamparadas”. Note-se que, nesse caso, os puericultores apelavam para a cooperação da “sociedade”, isto é, das elites e figuras sociais que exerciam alguma forma de autoridade no nível local, como o prefeito, o juiz de menores, o médico e a professora primária. Estes podiam se organizar em torno de associações destinadas à promoção de serviços de puericultura, iniciativa em relação à qual o Estado devia prestar auxílio financeiro e orientação técnico-científica (Pereira, 1992).

Dentre os serviços propugnados pelo DNCr, assumiram centralidade os Postos de Puericultura, que deviam ser instalados nas diferentes regiões do país mediante a ação do poder público ou da iniciativa filantrópica, sendo que sua organização e funcionamento ficariam a cargo do suporte técnico do DNCr. Os postos seriam compostos de consultórios de higiene infantil, pré-natal, lactários, cantinas maternas, etc., criando-se um ambiente onde mulheres pudessem ser instruídas a como criar devidamente os filhos (Fonseca, 1990, p. 81). Antes de serem dispensários clínicos ou ambulatórios, locais para o atendimento de crianças doentes, eles deviam se pautar pela ação médica profilática, no intuito de “manter sadia a criança sadia”, no dizer dos puericultores (Idem). Para que funcionassem convenientemente, inclusive nas zonas rurais desprovidas de recurso, bastaria inicialmente a ação do médico da localidade (Pereira, 1992, p. 216). O Posto de Puericultura surgia como forma de intervenção sobre práticas envolvendo gestação, criação dos filhos e saúde infantil, consideradas prejudiciais e atrasadas. Um dos pontos centrais do programa dos puericultores se coadunava, assim, com os sentidos geralmente atribuídos às ações em Saúde Pública no período: forças que atuavam no sentido da integração dos contingentes do interior e da modernização do país. Foi o que se evidenciou nas palavras do médico responsável pela Divisão de Coordenação Federal do DNCr, Gastão de Figueiredo, ao afirmar que “[o]nde surge o médico desponta a civilização” (Figueiredo, 1941, p. 11)²⁴.

As questões referentes ao menor abandonado e ao menor infrator também foram alvo de atenção dos médicos puericultores. Renato Silva observa que intelectuais e autoridades ligados ao Estado nos anos 1930 e 1940 concebiam a delinquência infantil como “uma ameaça à futura ordem social, econômica e política

²⁴ Foge ao escopo deste trabalho investigar a implementação do programa referente aos Postos de Puericultura, que os estudiosos têm considerado tarefa difícil pela natureza das fontes disponíveis. Para uma discussão a esse respeito, ver Maes (2011, p. 161). Para análises mais detidas sobre os objetivos e funcionamento estipulados para os Postos de Puericultura, ver Pereira (1992, pp. 229 – 233) e Maes (2011, pp. 158 – 203).

do país, embora, ao contrário dos criminosos adultos, os pequenos infratores pudessem ser regenerados pela ciência” (2011). A perspectiva dos puericultores, nesse caso, aproximou-se de interpretações então vigentes no meio jurídico. O abandono do menor estava associado ao esfacelamento da família – compreendida como união matrimonial formalizada entre uma mulher, que devia assumir o papel de mãe no âmbito doméstico, e um homem, a quem cabia a função de provedor. O abandono refletia desajustamentos cuja explicação se encontrava muitas vezes no binômio ignorância – pobreza (Pereira, 1992, pp. 254 – 259).

Em painéis intitulados “Infância Abandonada – seus remédios”, expostos para o grande público da capital federal na Semana da Criança de 1943, evento organizado anualmente pelo DNCr, lia-se: “A grandeza da nação repousa na família bem organizada”. E ainda: “No lar, onde imperam a miséria, o vício e a ignorância, a desarmonia, e onde a criança exerce trabalho incompatível com a sua idade, ela fica sem o amparo moral de que tanto necessita” (Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança, n. 14, pp. 17 – 32). Por sua vez, os jovens que viviam desamparados nas ruas, verdadeira “escola do vício e da malandragem”, acabavam enveredando pelo crime e pela delinquência (Rezende, 1943a, p. 20). Nesses casos, as soluções propaladas pelo DNCr pretendiam ser sobretudo de caráter preventivo: “O ambiente bondoso e honesto, a educação, o trabalho e a recreação adequada, aí está em quatro palavras, o meio de evitar o abandono e a criminalidade infantil” (Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança, n. 14, pp. 17 – 32). Tratava-se de traçar planos que conjugassem ações em educação e assistência, visando a manutenção ou restauração do ambiente familiar, o encaminhamento profissional do jovem e a regulação das atividades de lazer. Nas palavras de Olinto de Oliveira,

É preciso organizar por toda parte associações de proteção à infância e às mães necessitadas, abrir creches e casas da criança, instituir serviços de colocação familiar, fundar asilos de novos moldes e modernizar, orientar e amparar os existentes, multiplicar os patronatos agrícolas e profissionais, criar parques de recreio infantil, formar milícias da juventude, desenvolver o escotismo, patrocinar a frequência à escola, o aprendizado profissional, o trabalho do menor, edificar reformatórios modernos e modificar radicalmente os existentes, para um e outro sexo./ Mas antes de tudo convencer-nos de que o menor abandonado é o mais infeliz dos infelizes, e que os pequenos vagabundos, o pivete, o delinquente de menor idade precisam mais de compreensão, simpatia, de amparo e educação do que de repressão e castigos. E que, se um pequeno número dentre eles é irreduzível, a maior parte é suscetível de se corrigir e vir a formar bons cidadãos, membros úteis da comunidade” (Oliveira, 1943, p.16).

Em um contexto ideológico marcado pela valorização do trabalhador, o trabalho foi enxergado como uma das principais vias de tratamento dos “indivíduos socialmente doentes” (Silva, 2011). A ideia de instruir o menor para o trabalho ganhava, deste modo, sentido terapêutico e regenerador. Assim, durante os anos 1930 e 1940, a solução para muitos profissionais envolvidos com o problema da delinquência infantil residia na educação de cunho profissionalizante (Idem). Os puericultores se aproximaram destas políticas ao propor a organização de “milícias da juventude”. Em 1942, o DNCr informava por meio de seu boletim que o diretor Olinto de Oliveira havia submetido ao presidente Vargas um plano neste sentido, destinado a “agrupar, proteger e educar os inúmeros adolescentes abandonados nas capitais e grandes cidades, com enorme prejuízo para eles próprios e para a população” (BTDNCR, 1942, vol. II, n. 8, pp. 9 – 12). Os menores “desocupados” seriam arregimentados para trabalhar em serviços públicos “ao seu alcance”, permanecendo sob a orientação de um oficial do exército e recebendo orientação de técnicos de educação e saúde (Idem). Note-se que durante o Estado Novo foram elaborados projetos de organização e mobilização juvenil de caráter paramilitar que deveriam influir na formação dos jovens com base nas ideias de disciplina e dever cívico, como a Organização Nacional da Juventude²⁵.

O trecho transcrito acima também confirma a ideia de que os técnicos do DNCr planejavam atuar sobre reformatórios e demais instituições para onde os menores eram encaminhados pelo juiz. Com efeito, o decreto-lei de criação do DNCr havia previsto sua colaboração com a Justiça de Menores. Assumiu destaque, nesse caso, a aproximação entre puericultores, juízes de menores e médicos ligados ao Sistema de Assistência ao Menor (SAM), vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores²⁶. Em mais de uma oportunidade, como eventos e campanhas promovidas pelo DNCr, esses profissionais foram convidados a se pronunciar acerca dos problemas do abandono e da delinquência (Pereira, 1992, p. 254). Em certa medida, suas perspectivas contribuem para iluminar as discussões do período em torno do problema do menor.

Em sessão especial no Instituto Nacional de Puericultura, durante a Semana da Criança de 1943, o pediatra Meton de Alencar Neto, diretor do SAM, observou que os

²⁵ Ver, nesse caso, Schwartzman et alii (1984).

²⁶ O órgão havia sido criado em 1941 tendo em vista a coordenação e normatização dos serviços de distribuição e internação de menores nos estabelecimentos do país (Silva, 2003, p. 99).

menores recolhidos pela instituição provinham de famílias “cujo desajustamento, via de regra, [eram] de ordem econômica”, isto é, não detinham recursos para sustentar os filhos (Neto, 1943, p. 5). O médico ressaltou que a situação do menor devia ser examinada “em seus vários ângulos: físico, mental, escolar e social” (Idem). Comentando informação levantada pela próprio SAM, Alencar Neto afirmou ser de conhecimento geral que “os fatores mesológicos, de modo geral exerc[iam] uma influência maior que os hereditários, em relação à saúde física e mental, e que entre aqueles ressaltava[m] a pobreza, a aglomeração e a ignorância” (Idem, p. 8). Elencando dados provenientes de inquéritos sociais, o médico observou que a situação da família, as condições de habitação e a carência material influíam em maior ou menor grau sobre o abandono e o desajustamento do menor (Idem, p. 10).

O juiz de menores Sabóia Lima, por seu turno, observou que o problema da delinquência não podia “escapar à consideração dos fatores de ambas as ordens; os que afetam aos indivíduos e que estão contidos em sua bagagem hereditária, e os que influem sobre o meio, em que o adolescente vive” (Lima, 1943, p. 40). A herança, nesse caso, podia estar relacionada a “anormalidades físicas, da inteligência e do caráter, a deficiência mental, a epilepsia e outras modalidades” (Idem, p. 42). Os descendentes de “pais nervosos, alcoólicos, tuberculosos e luéticos” nasceriam “doentes e degenerados; sua resistência física e psíquica [...] apoucadas, desequilibradas, degeneradas” (Idem). Os fatores negativos ligados ao “meio social” diziam respeito ao “lar indigente”, “incompleto” ou “imoral”, expressões que indicavam, segundo o juiz, desajustamentos no âmbito familiar provenientes da falta de recursos, da ausência ou negligência dos pais, da ocorrência de maus tratos, etc. (Idem, pp. 41 – 42).

Em palestra pelo rádio, por ocasião da Semana da Criança de 1943, Oscar da Cunha Melo, do Juízo de Menores do Distrito Federal, afirmou que as “reações anti-sociais entre os menores” se associavam a diversos fatores: “uns de ordem bio-psíquica, como as oligofrenias, as psicopatias, etc...; outros, nitidamente econômico-sociais, tais como a constituição ilegal do lar, o alfabetismo [*sic*], a precariedade dos meios de subsistência, etc.” (Melo, 1943, p. 43). Nesse caso, fez notar ainda que os “menores transviados” eram em sua maioria vítimas da separação dos pais, da orfandade e do trabalho precoce (Idem, p. 44).

No discurso de puericultores sobre os problemas do menor, também coexistiam ou complementavam-se, de um lado, fatores de ordem social, econômica e moral e, do

outro, fatores biológicos, relativos a doenças congênitas, predisposições hereditárias, transtornos psíquicos, etc.. A fronteira entre esses elementos ou causas por vezes era pouco nítida. Doenças e perturbações psíquicas se mesclavam a vícios e práticas vistas como moralmente condenáveis. Note-se, a esse respeito, trecho da palestra do médico Orlando Seabra Lopes, chefe do Serviços de Puericultura do DNCr da sétima região, compreendendo os Estados de Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo:

Rara é a cidade do país em que não sejam encontradas crianças perambulando pelas ruas, corrompidas por todos os vícios, portadoras de doenças que reclamam tratamento imediato e muitas delas possuidoras de taras e vícios congênitos ou acentuados distúrbios endocrinológicos, os quais só o internamento, o tratamento médico e a re-educação mental poderão corrigir. São pobres e infelizes adolescentes que estão, aos poucos, criando uma mentalidade forjada na malandragem, mãe de todos os vícios (Lopes, 1942a, pp. 37 – 38).

Em palestra sobre o menor abandonado na cidade de Porto Alegre, o mesmo médico enfatizou alguns elementos que caracterizavam seu meio social e suas circunstâncias de vida. Seabra Lopes observou que não era necessário “desbrav[ar] sertões incultos para localizar os casos dolorosos [da] tragédia humana” (Lopes, 1944, p. 29):

Aqui mesmo em Porto Alegre, onde o ritmo do progresso é acelerado e surpreendente, os nossos olhos apreciam, a cada passo, o espetáculo degradante, confrangedor, de centenas de crianças que, com suas famílias, formam a população de um exército de trapos humanos atirados à beira das estradas, nos terrenos baldios, em todas as áreas devolutas, dentro de malocas repugnantes, cumprindo o trágico destino de, expostas às intempéries, confundirem-se com o próprio lixo da cidade (Idem, pp. 29 – 30).

Nota-se também que o problema do menor infrator foi frequentemente associado aos centros urbanos, embora as razões para tal nem sempre fossem exploradas sistematicamente. O “ritmo do progresso” acelerado, na expressão do médico Seabra Lopes, ganhou ainda outras definições na fala do juiz de menores Sabóia Lima, para quem a “necessidade da proteção aos menores [havia se tornado] um gravíssimo problema social com a complicação contemporânea da vida e o desenvolvimento do urbanismo, do industrialismo e pauperismo que a caracterizam” (Lima, 1943, p. 39). Em suas palavras:

A mudança sobrevinda nas condições de vida econômica, cujo fenômeno capital é o que se tem chamado industrialismo, caracterizado pelo incremento da grande indústria a expensas da pequena indústria e da doméstica, a invasão das classes laboriosas e da população rural para as

grandes cidades, causando a superpopulação destas, determinam grandes dificuldades da vida e conseqüente miséria das classes menos favorecidas da fortuna. A falta de recursos para suprir as necessidades elementares da vida, leva os filhos dessas famílias miseráveis à vadiagem, à mendicância, à prostituição, e à criminalidade [...]. Os efeitos da pobreza são maiores no lar numeroso. A vivenda pobre e insalubre, principalmente a habitação coletiva, vem completar a ruína desses infelizes. A imoralidade, o vício, os excessos de aberrações sexuais, a embriaguez são, umas vezes, causa, e outras, resultado, desse pomo indecente de vida comum (Lima, 1943, p. 41).

Estabelecendo relações entre os problemas do menor, o crescimento urbano e a vida nas cidades, os médicos puericultores esboçaram planos de intervenção em determinados espaços, de modo a garantir condições mais adequadas ao desenvolvimento de jovens e crianças. Pereira (1992, pp. 243 – 244) sublinha, nesse caso, o projeto, acalentado por técnicos do DNCr, voltado para a construção de “Parques Infantis”. Instalados de preferência em bairros de elevada densidade populacional, eles seriam locais reservados às atividades de lazer tecnicamente orientadas, de modo a cumprir funções educativas e higiênicas (Idem). Propunha-se igualmente a reforma de locais percebidos como degradantes, cujas condições precárias de habitação tornavam-se propícias ao desajustamento. O médico Mário Guimarães Ramos, chefe do quarto Distrito de Puericultura do Distrito Federal, mencionava, em palestra pelo rádio, o caso das favelas, que contribuía para aumentar o número de crianças abandonadas, “desde recém-nascidas [...] até a criança na idade em que deveria estar na escola, e, no entanto perambula pelas ruas, nos pontos dos ônibus, nas portas dos cinemas e das confeitarias, etc., solicitando auxílio, que longe de solucionar o seu caso social, mais o agrava” (Guimarães Ramos, 1943, p. 22). Esses ambientes deviam ser reestruturados de modo que suas populações recebessem “assistência social, moral, higiênica, educacional, etc., desde os primeiros dias de vida até a velhice”, o que contribuiria para a “melhoria do padrão social do povo” (Idem)²⁷.

Entre os planos postos efetivamente em prática pelo DNCr neste período, destacam-se a realização de inquéritos sobre mortalidade infantil, sobre menores abandonados e delinquência infantil; censo de estabelecimentos de assistência à maternidade, à infância e à adolescência distribuídos pelo país; instrução e orientação para a execução de serviços de proteção materno-infantil; estudos de projetos de postos de puericultura e hospitais infantis (Fonseca, 1990, pp. 83 – 84). Cabe ressaltar ainda a

²⁷ Para uma discussão sobre a evolução das representações em torno da favela carioca, considerada tanto como objeto de pesquisa quanto espaço alvo de intervenção, ver Valladares (2005a).

mobilização social na qual o DNCr investiu ao organizar campanhas, eventos e comemorações dedicados à criança. Essas ocasiões instituíram uma ritualística por meio da qual, além da divulgação de preceitos básicos de puericultura, reafirmava-se o compromisso entre Estado e sociedade na proteção e amparo à criança brasileira²⁸.

1.3. A formação do puericultor: “higienista, sociólogo e pedagogo”

Ao se analisar as políticas delineadas pelos médicos do DNCr nos anos 1940, nota-se que esses profissionais pretenderam estabelecer um largo campo de atuação para a Puericultura, que devia lançar uma visão a mais completa possível sobre o desenvolvimento da criança, considerando seus diferentes aspectos: físico-biológico, intelectual, psíquico, social, etc.. Nas palavras de Gastão de Figueiredo, médico responsável pela Divisão de Cooperação Federal:

Proteger a criança, como tem sido repetido, não é problema exclusivamente sanitário. É problema muito vasto, interessando à saúde do corpo e do espírito, ao ajustamento social, à defesa moral, a todo o conjunto de fatores que influem no nascimento, no crescimento e no desenvolvimento do ser infantil (Figueiredo, 1941, p. 12).

Em nota ao interventores dos Estados veiculada pelo boletim do DNCr, o diretor Olinto de Oliveira observou que o conceito de proteção à infância havia evoluído, “não somente na extensão, mas, principalmente, em sua natureza e complexidade” (Oliveira, 1942a, p. 6). Assim, não se tratava apenas de preservar e garantir a saúde infantil, mas também de assistir a “criança abandonada, a oprimida, o adolescente em perigo moral, as mães em infortúnio social” (Idem, p. 5). Na mesma nota, Oliveira observava que alguns Estados já haviam organizado, conforme essa compreensão, suas “repartições autônomas de proteção à maternidade e à infância”, como era o caso de Rio de Janeiro, Goiás e Ceará; outros, contudo, ainda conservavam, “por continuidade administrativa, ou por motivos outros ainda menos justificáveis, a antiga subordinação dos serviços da criança às repartições de saúde pública” (Idem).

A insistência dos puericultores sobre a natureza complexa da questão infantil deve ser compreendida à luz de um momento específico de institucionalização da Puericultura no país. Cabe lembrar que saberes e práticas associados à especialidade ganharam um novo impulso a partir da autonomia de seus serviços federais no âmbito do Estado, até então vinculados ao Departamento Nacional de Saúde (DNS). No

²⁸ Ver, nesse caso, Pereira (1992, pp. 274 – 278).

entanto, a independência administrativa em relação ao campo da Saúde Pública, cujo marco foi a criação do próprio DNCr, não ocorreu sem atritos e resistências por parte de outros profissionais, mormente de médicos sanitaristas vinculados a outras repartições (Fonseca, 1990; Pereira, 1992). Segundo Fonseca (1990, p. 84), João de Barros Barreto, então diretor do DNS, afirmou que os serviços de proteção materno-infantil poderiam seguir as diretrizes estipuladas pelo DNCr e, no entanto, continuar sendo executados nos Centros de Saúde e Postos de Higiene, estabelecimentos atrelados ao DNS. Além de afirmarem que as atividades de proteção materno-infantil tinham um escopo mais abrangente bem como finalidade eminentemente profilática, os puericultores apontavam para os riscos de “promiscuidade” entre crianças sadias e enfermos no caso dos serviços de saúde infantil instalados em estabelecimentos como os Centros de Saúde (Idem)²⁹.

O movimento de reafirmação da autonomia do DNCr em face da Saúde Pública também se fez acompanhar pelo esforço de conformação de um campo profissional próprio ao médico puericultor, ao que se buscou regulamentar sua carreira no âmbito do funcionalismo público. Note-se que, com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) em 1938, instituído a fim de racionalizar o aparelho burocrático do Estado, o governo buscou promover a ocupação de funções públicas segundo aferição de mérito e competência, de modo que a execução dos serviços de Estado se pautassem por critérios exclusivamente técnicos e se tornassem mais eficientes (Warlich, 1983, pp. 430 – 437). Fonseca (2006, p. 196) observa que a profissionalização em saúde pública neste período contou com o processo de burocratização do Estado e constituiu elemento-chave na viabilização da proposta de centralização administrativa das políticas de saúde que se projetavam para todo o país. Tratava-se de garantir a formação de quadros técnicos capazes de responder de forma mais ou menos homogênea aos programas de saúde do governo central.

A proposta de criação da carreira de “Médico Puericultor” nos quadros do Ministério da Educação e Saúde, submetida pelo diretor do DNCr ao Ministro Capanema em 1940, fornece indícios importantes a respeito das concepções que deveriam nortear a prática do médico puericultor a serviço do Estado. Olinto de

²⁹ Em 1941, o DNS foi alvo de “importante reformulação, que procurou concentrar as atividades de execução e coordenação da saúde pública no país, atividades que anteriormente eram exercidas por órgãos individualizados” (Fonseca, 1990, p. 86). Neste momento, as atividades dos Centros de Saúde foram estruturadas em treze serviços, dentre eles o serviço de higiene pré-natal, o serviço de higiene infantil e o serviço de higiene escolar (Idem, p. 87). Para uma análise das mudanças no DNS neste período, ver Fonseca (2007, pp. 209 – 255).

Oliveira argumentava que as funções de médico sanitaria ou de clínico não qualificavam o profissional para “atender plenamente à execução técnica dos serviços” de proteção materno-infantil (Arq. Gustavo Capanema, rolo 61, fot.153, p.1). O puericultor devia expandir seu conhecimento para além da higiene, da clínica e da psiquiatria, e dedicar-se à pediatria e à obstetrícia. O desenvolvimento da criança dependia de “inúmeros fatores médico-sociais”, e aquele especialista devia tomar conhecimento das “questões econômicas e educacionais, de forma a possibilitar-lhe amplo desenvolvimento de ação, independente das condições do meio em que atuar” (Arq. Gustavo Capanema, rolo 61, fot.163, p.2). Nessa ocasião, a Sociologia foi apontada como uma das disciplinas necessárias à formação multidisciplinar do puericultor. Citando o pediatra Luís Morquio, fundador da Sociedade de Pediatria do Uruguai, Olinto de Oliveira observou que o puericultor devia ser “médico, higienista, sociólogo e pedagogo, ou em outras palavras, representar a mais preciosa das combinações: um homem de ação temperado pelo idealismo e auxiliado pelo saber” (Idem)³⁰.

Esses médicos não estavam tão distantes dos sociólogos quando afirmavam a importância de se compreender tanto as bases sociais e históricas da formação da população brasileira quanto suas condições de vida atuais. Foi o que se entreviu, afinal, nas representações sobre o país mantidas por médicos como Olinto de Oliveira, muito próximas, nesse caso, da perspectiva do movimento sanitaria da Primeira República. Ademais, há indícios significativos de que, na perspectiva dos médicos puericultores, a atividade do sociólogo coincidissem com reflexões sobre a sociedade brasileira, ou ainda, que se tratasse de indivíduos conhecidos por pensar a nação. Em conferência sobre o problema da mortalidade infantil, realizada em Juiz de Fora em 1937, Olinto de Oliveira afirmou tratar-se de “um verdadeiro estigma” para o país, “que começa[va] já a inquietar os governos, os sociólogos e todos quantos se ocupam seriamente com os destinos de nossa raça e da nossa terra” (Oliveira, 1941, p. 15).

No intuito de capacitar tecnicamente indivíduos para o gerenciamento, a orientação ou a supervisão dos serviços de Puericultura distribuídos pelo país, conforme as determinações do programa central, o DNCR instituiu em 1942 cursos de especialização. Nas palavras de Olinto de Oliveira, os puericultores a serem formados

³⁰ No original: “[...] médico, higienista, sociólogo y pedagogo, o en otras palabras, representar la más preciosa de las combinaciones: un hombre de acción templado por el idealismo y asesorado por el saber” (Idem).

constituirão o corpo de oficiais do seu exército de campanha. Serão médicos de quem se exigirá a frequência de um curso especial onde serão estudadas pediatria, obstetrícia, puericultura em toda extensão da palavra, higiene pré-natal, higiene da infância nas diferentes idades, organização e administração dos serviços de assistência à maternidade e à infância, e o código de menores. Uma das funções desses puericultores é percorrer constantemente o país pregando a doutrina do Departamento, organizando, orientando e fiscalizando os serviços oficiais e particulares consagrados à infância e à maternidade, e fazendo os estudos e inquéritos que servirão de base à ação do Departamento (Oliveira, 1942b, p. 5).

O curso de especialização do DNCr foi organizado em 1942 e, no ano seguinte, desdobrou-se em três modalidades: Curso de Puericultura e Administração, voltado para a formação de quadro para organizar, dirigir ou fiscalizar os serviços em todo o território nacional; Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização de Médicos, dedicados ao aprimoramento profissional na área de Puericultura; e Cursos de Treinamento de Pessoal Auxiliar, para a formação de técnicos auxiliares, tais como assistentes sociais, enfermeiras e parteiras (Pereira, 1992, pp. 212 - 213).

O curso de Puericultura e Administração distribuía bolsas de estudo, de preferência entre servidores públicos estaduais e municipais já a frente de serviços de proteção materno-infantil. Como indicou Pereira (1992, p. 213), deste modo, o DNCr buscava ampliar a coordenação e a fiscalização das atividades ligadas ao setor. Esta tendência se reforçou em 1949, quando o decreto n. 27.160 alterou o regimento do DNCr no seguinte ponto: os cargos das Delegacias Federais da Criança – instância criada para servir de intermediária entre os serviços federais e estaduais – passariam a ser providos por médicos formados no Curso de Puericultura e Administração do DNCr, tendo preferência os servidores integrantes da carreira de Médico Puericultor³¹.

Segundo o decreto-lei n. 13.701 de 25 de Outubro de 1943, o curso foi constituído pelas seguintes disciplinas: 1. Bioestatística; 2. Puericultura Prévia – Revisão do estudo da Clínica Obstétrica – Patologia do Recém Nascido; 3. Fisiologia e Higiene da Criança – Nutrição e dietética; 4. Clínica Pediátrica Médica; 5. Epidemiologia e Profilaxia das Doenças Transmissíveis – As Grandes Endemias e a Infância; 6. Psicologia e Neurologia Infantis – Higiene Mental; 7. Problemas Econômicos e Sociais do Brasil – Legislação relativa à Infância e código de Menores; 8. Serviço social; 9. Administração Pública Brasileira – Organização e Administração dos Serviços de Proteção à Maternidade, à Infância e à Adolescência. Com efeito, esta grade curricular refletia a preocupação com uma formação multidisciplinar do

³¹ BRASIL. Decreto-lei n. 27.160 de 8 de setembro de 1949.

puericultor, compreendendo tanto saberes oriundos da medicina clínica e da pediatria, quanto da medicina preventiva, de orientação sanitária, da psicologia, da administração e da assistência social. A matrícula era restrita aos diplomados pelas Faculdades de Medicina, havendo o limite máximo de quarenta alunos por ano. O ensino seria ministrado por professores e assistentes designados pelo Ministro da Educação e Saúde mediante proposta do diretor do DNCr, escolhidos entre especialistas nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não, podendo ser admitidos ainda como extranumerários.

Por ocasião da aula inaugural do primeiro curso de Puericultura e Administração em 1943, o DNCr fez publicar em seu boletim de notícias nota destacando a necessidade de preparar técnicos “que não podem ser meros sanitaristas, mas devem ser puericultores, isto é, médicos conhecedores, igualmente, dos problemas da clínica e da higiene infantil, como da assistência social e dos fenômenos econômicos” (Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança, n.16, p. 2). A mesma aula esteve a cargo de San Thiago Dantas, diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, e “professor de Direito e economista consagrado, que debuxou para os discentes do curso, com notável eloquência e proficiência, o panorama geral dos problemas econômicos e sociais do Brasil” (Idem). Na solenidade de encerramento do curso, em 1944, que contou com dezesseis formandos em Puericultura, San Thiago Dantas também discursou, tratando na ocasião da “Importância da Sociologia na formação dos Médicos Puericultores” (Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança, n. 20, p. 4)³².

San Thiago Dantas³³ havia indicado Guerreiro Ramos, então formado no curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia, para a cadeira de “Problemas Econômicos e Sociais do Brasil”. Suas aulas foram alocadas para o terceiro período do curso, isto é, de 23 de agosto a 10 de dezembro, junto com as disciplinas de “Serviço Social” e “Administração Pública Brasileira – Organização e Administração dos Serviços de Proteção à Maternidade, à Infância e à Adolescência”. Em relação à cadeira, Guerreiro Ramos sugeriu que seu nome fosse alterado para “Sociologia e Economia” ou “Sociologia e Economia Aplicadas ao Brasil”, e que o tópico relativo à “legislação e código de menores” fosse desligado da disciplina, já que se tratava de

³² Ver fotografias da cerimônia no Anexo 2.

³³ formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, Francisco Clementino de San Thiago Dantas havia sido militante do integralismo na década de 1930, afastando-se do movimento quando da preparação do levante para depor o presidente Getúlio Vargas em 1938 (Oliveira, 1995, p. 27).

matéria fora da alçada da Sociologia e da Economia. Guerreiro propôs ainda a criação de uma cadeira própria reservada à *Pesquisa Social* para o médico puericultor, de modo que este pudesse conduzir estudos nas cidades em que atuava. Segundo Guerreiro Ramos, em 1944 o sociólogo havia destinado um terço de suas aulas ao ensino de técnicas de pesquisa social (Guerreiro Ramos, 1944). Como será visto no segundo capítulo, a ênfase de Guerreiro na pesquisa guardava relação com novos padrões de cientificidade postos em circulação neste período, notadamente a partir das atividades de Donald Pierson, para quem o sociólogo era sobretudo um pesquisador.

A importância que as aulas de Guerreiro Ramos deveriam assumir entre os puericultores foi observada em nota prévia a um dos livros que o sociólogo escreveu neste período, “Aspectos Sociológicos da Puericultura” (1944). Nesta nota, o médico Gastão de Figueiredo, diretor da Divisão de Cooperação Federal – seção responsável pela articulação entre o DNCr e os serviços de puericultura locais –, observou que “o estudo da sociologia encontra[va] [...] larga aplicação nos trabalhos de puericultura, tão manifesta é a sua interferência no êxito de qualquer providência, mesmo de ordem médica ou higiênica, que jamais será possível dissociá-la” (Guerreiro Ramos, 1944, s./n.). Valeu-se, nesse caso, do exemplo da distrofia, carência alimentícia crônica de origem “genuinamente social” (Idem). Em sua conclusão, que remonta ao conflito de atribuições entre médicos puericultores e sanitaristas em relação à administração dos serviços de higiene infantil, Figueiredo afirmou:

Foi muito feliz o autor quando acentuou a íntima conexão da sociologia com a puericultura, cujo conhecimento facilitará a solução de inúmeros casos, tantas vezes demorada porque geralmente as medidas suscitadas não excediam o âmbito restrito da medicina ou da higiene. A persistência nessa orientação é contraproducente e não encontra apoio na evolução dos conhecimentos atuais. A infância tem que ser acudida de modo integral./ Esse trabalho, exaltando o papel relevante que desempenha o fator social na proteção à infância, vigorosamente sustentado pelo Departamento Nacional da Criança e consagrado na legislação em vigor, torna evidente que a solução desse complexo problema exige a convergência de múltiplos esforços em face dos vários aspectos que o rodeiam (Idem).

É possível compreender, dessa forma, parte das expectativas dos dirigentes do DNCr em relação à Sociologia. Com efeito, para os médicos puericultores, os problemas da infância eram também problemas sociais, ou encontravam nestes suas causas mais elementares. A questão da má alimentação, como também da *falta* de alimentação, responsável, em grande medida pela mortalidade infantil segundo aqueles profissionais, dizia respeito a amplos segmentos da sociedade brasileira e às suas

condições de vida. O problema do abandono e o problema da delinquência juvenil, por seu turno, também estavam ligados a contextos sociais específicos, relação esta que pediatras e puericultores também haviam enfatizado a seu modo, isto é, pondo fatores considerados de ordem social e econômica ao lado de outros, de ordem biológica e psíquica. Foi nesse sentido que os médicos afirmaram que os problemas da criança eram de natureza complexa e demandavam o concurso de diferentes disciplinas científicas.

Como se pôde observar, não faltaram retratos produzidos pelos puericultores sobre as circunstâncias em que viviam os menores abandonados, a situação das favelas e outras áreas dos centros urbanos vistas como assoladas pela doença, pobreza e ignorância, enfim, retratos também da população rural, desassistida e desgastada sobretudo pela fome. Pode-se perguntar, nesse sentido, se esses médicos não acabaram sendo sociólogos ou etnógrafos “por acaso”, para retomar expressão empregada por Lima (2009, p. 231). Afinal, não só colocaram imagens gerais sobre a população brasileira em circulação como também reuniram informação sobre diferentes aspectos da vida de jovens e crianças em situação de “perigo moral” e desajustamento. Os sociólogos, por sua vez, também figuravam no imaginário desses médicos como homens habilitados a refletir sobre os grandes temas do país. E, de fato, a compreensão dos “Problemas Econômicos e Sociais do Brasil” foi considerada ponto importante na formação de puericultores a serviço do Estado.

Capítulo 2 - Por uma Sociologia Científica

Conforme afirmou Guerreiro Ramos, suas lições no DNCr envolveram o esforço de levar ao conhecimento dos médicos um *approach* sociológico dos problemas da infância no Brasil. Em um movimento de legitimação da Sociologia, Guerreiro procurou demonstrar o *status* científico daquela disciplina bem como sua aplicabilidade ou caráter prático no campo da Puericultura. Nos anos 1940, sua ênfase recaiu tanto na pesquisa empírica quanto em categorias sociológicas de inspiração norte-americana. A atuação de Guerreiro no DNCr deu origem a livros, artigos e investigações empíricas que, se destinados, em um primeiro momento, aos técnicos e médicos puericultores, tiveram circulação entre cientistas sociais, às voltas com a delimitação do seu próprio campo científico-disciplinar³⁴. Neste caso, sua produção intelectual só poderá ser compreendida à luz dos debates acerca da cientificidade da Sociologia que vinham sendo conduzidos durante os anos 1930 e 1940, debates que estiveram intimamente relacionados aos processos de profissionalização e institucionalização universitária deste saber no Brasil.

Este capítulo investigará as perspectivas que o professor do DNCr sustentou acerca dos padrões de cientificidade para o conhecimento sociológico. Para tanto, será preciso referir-se à institucionalização da prática das Ciências Sociais em âmbito universitário nos anos 1930 – 1940, considerando-se principalmente as experiências no Rio de Janeiro (Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil), onde Guerreiro Ramos se graduou, e em São Paulo (Escola Livre de Sociologia e Política) – esta última avaliada positivamente pelo sociólogo em função da prática de treinamento do alunado em técnicas e métodos de pesquisa. Ao retomar o debate dos atores históricos a respeito da delimitação de seu campo científico-disciplinar, o capítulo concentra-se no movimento de recepção de abordagens sociológicas gestadas nos Estados Unidos, notadamente em Chicago, que é possível identificar nos estudos de Guerreiro Ramos sobre Saúde e Puericultura. Nesse sentido, suas concepções acerca do campo da Sociologia, da aplicabilidade deste saber e dos espaços de atuação do

³⁴ Ver as resenhas críticas de seus trabalhos sobre saúde infantil e puericultura na Revista *Sociologia* (Sociologia, 1944; Fernandes, 1946; Nogueira, 1949).

cientista social profissional serão confrontadas com aquelas elaboradas pelo sociólogo norte-americano Donald Pierson, responsável, em grande medida, pela divulgação dos novos padrões de cientificidade no país. Assim, será possível identificar as diferentes expectativas e significados atribuídos à “Sociologia Científica” que a tradição sociológica norte-americana, na opinião de ambos, vinha conseguindo estabelecer.

O capítulo está dividido em quatro momentos. Inicialmente, o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil será analisado, atentando-se para o modo como seus participantes buscaram marcar diferenças entre suas disciplinas e outras formas de análise da vida social.

Em segundo lugar, aborda-se o percurso intelectual de Donald Pierson no Brasil ao longo das décadas de 1930 e 1940, com ênfase nas atividades de ensino e pesquisa que promoveu a partir da Escola Livre de Sociologia e Política. Pierson foi um ator-chave nos debates em torno do *status* científico e profissional das Ciências Sociais. Elementos importantes de sua formação acadêmica na Universidade de Chicago serão explorados de modo a indicar como pesquisadores relevantes para esta tradição, como William Thomas, Robert Park e Ernest Burgess, operaram na instauração de critérios e práticas garantidores de cientificidade nas primeiras décadas do século XX. À luz do processo de constituição das Ciências Sociais em Chicago será possível compreender mais claramente a forma como Pierson em particular concebeu o escopo da Sociologia.

Em seguida, a atenção recai sobre os cursos de Ciências Sociais no Rio de Janeiro com o intuito tanto de identificar as características do ambiente intelectual onde Guerreiro Ramos se formou quanto de investigar a repercussão das lições de Donald Pierson entre alguns de seus cientistas sociais.

A partir da trajetória intelectual de Guerreiro Ramos, são enfocados o contato do sociólogo com as lições de Pierson, sua apropriação de padrões científicos das Ciências Sociais norte-americanas – tal como se evidenciou nos cursos do DNCr – e a redefinição das fronteiras disciplinares da Sociologia que acabou por realizar neste movimento. Neste caso, ainda são cotejadas as perspectivas de ambos em relação à prática científica da Sociologia e ao papel do sociólogo.

2.1. A reflexão sociológica no Brasil

A reflexão e a investigação sobre o social precederam a prática das Ciências Sociais em sua modalidade universitária, tanto no Brasil quanto alhures (Oliveira,

1995a). Ao longo do século XIX até as primeiras décadas do século XX, é possível acompanhar a vasta produção intelectual de políticos, jornalistas, juristas, médicos e literatos sobre o meio social em que viviam, notadamente a partir da criação das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia (Santos, 1978).

Em fins do século XIX, nota-se uma mudança significativa no estilo da reflexão intelectual, a partir da qual “a importância do comportamento individual”, predominante nas análises políticas do Segundo Reinado, cede lugar à consideração de “questões econômicas e sociais”, tornadas a “substância dos argumentos políticos” (Idem, p. 43). A intelectualidade foi responsável pela elaboração de críticas e diagnósticos da sociedade e do Estado brasileiros, apropriando-se, por vezes, de abordagens pertencentes ao arcabouço teórico das Ciências Sociais, à época em processo de construção no ambiente intelectual e acadêmico europeu. Os debates giravam em torno das possibilidades de construção da nação, considerando-se a “herança colonial”, a composição étnica da população, os contrastes entre diferentes regiões e grupos sociais em um mesmo país (Santos, 1978; Lima, 1998).

Segundo Arruda (1995), o otimismo em relação ao papel da ciência bem como as concepções filosóficas de inspiração positivista vigentes no ambiente intelectual brasileiro ao final do século XIX teriam contribuído para que a Sociologia integrasse desde então o imaginário social do país, conquistando certa legitimidade (Arruda, 1995, p. 125). Com efeito, os primeiros projetos de lei a prever a matéria “Sociologia” no ensino secundário datam deste período, não tendo, contudo, vingado (Meucci, 2011)³⁵.

Dentre os responsáveis pela formação de uma “cultura sociológica” no Brasil neste período, segundo expressão de Oliveira (1995, p. 237), destacam-se escritores conhecidos por sua preocupação com a definição dos contornos sociais específicos do país, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Torres, este último considerado “precursor da defesa de um conhecimento sociológico sobre a realidade nacional” (Idem, p. 242). Como observou Werneck Vianna, para uma intelectualidade

³⁵ O percurso institucional da Sociologia no sistema de ensino brasileiro teve início nos cursos secundários. Em 1925, com a Reforma de ensino Rocha Vaz, a disciplina foi integrada ao currículo dos alunos interessados em obter o diploma de “Bacharel em Ciências e Letras” do Colégio Pedro II, que deveria servir de modelo à uniformização do ensino em todo o país. Em 1928, tornou-se parte do conteúdo obrigatório nos cursos das Escolas Normais, dedicadas à formação de professores para o ensino primário e, em 1931, com a reforma educacional levada a efeito pelo ministro Francisco Campos, a Sociologia passou a compor o quadro de disciplinas dos cursos complementares, destinados ao preparo dos alunos para as provas de seleção das faculdades tradicionais (Meucci, 2011, pp. 25 – 26).

que mantinha estreitas relações com o Estado, à Sociologia caberia a tarefa de “extrair uma fundamentação do social para uma política de construção do Estado e de suas instituições” (Vianna, 1998, p. 181), servindo ao mesmo tempo de “fundamento racional para ação de um Estado que devia edificar a nação, conduzindo-a aos seus ideais civilizatórios” (Idem, p. 183).

Ao saber sociológico também era conferido certo papel na renovação intelectual do país. Esperava-se que contribuísse para a superação da tradição dita “bacharelesca” que caracterizava as elites políticas, saídas das Faculdades de Direito, corrigindo sua preferência pelas “ficções jurídicas e literárias” e seus modelos político-institucionais divorciadas da realidade sócio-cultural do país (Meucci, 2011, p. 61)³⁶.

O início do processo de institucionalização universitária das Ciências Sociais no país remonta aos anos 1930 e tem sido relacionado às transformações políticas e institucionais desencadeadas pela Revolução de 1930 (Almeida, 2001; Arruda, 2001). O Estado brasileiro, nesse período, buscou alargar seu escopo de responsabilidades na direção das políticas sociais bem como racionalizar e tornar mais eficiente sua estrutura administrativa. Tais mudanças implicaram atenção redobrada sobre a própria conformação do ensino e dos órgãos de cultura (Barbosa, 1996, pp. 7-9)³⁷. Em 1933, foi fundada, pela iniciativa privada, a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em São Paulo, e, no ano seguinte, surgiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (FFCL), da Universidade de São Paulo. Em 1935, com a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), tiveram início os primeiros cursos de Ciências Sociais no Rio de Janeiro. Em 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil, criada após a extinção da UDF, passou a prover o ensino das disciplinas³⁸. Tal processo de institucionalização redundou gradativamente

³⁶ Meucci (2011) desenvolve discussão interessante sobre as primeiras tentativas de inserção da disciplina nas Faculdades de Direito, como foi o caso do jurista Pontes de Miranda, responsável por um das primeiros obras de síntese do conhecimento sociológico no país, *Introdução à Sociologia*, de 1925.

³⁷ Some-se a isto o movimento em curso desde a década de 1920, liderado pela Academia Brasileira de Ciências e pela Associação Brasileira de Educação, visando à reestruturação do ensino superior no país (Barbosa, 1996). A educação foi pensada como área estratégica na tentativa de expurgo do “atraso nacional” (Meucci, 2011, p. 65).

³⁸ O desenvolvimento institucional posterior das disciplinas pode ser ilustrado pela organização da Seção de Estudos Pós-Graduados da ELSP (1941) e de centros de pesquisa, como o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas (1949), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) (1956) e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) (1958). O projeto UNESCO de relações raciais, mobilizando cientistas sociais atuantes em diversas instituições de ensino e pesquisa brasileiras no início dos anos 1950, também foi elemento importante na consolidação das novas formas de prática sociológica (Maio, 1997).

na conformação das primeiras gerações brasileiras de cientistas sociais profissionais, cuja atuação esteve associada tanto ao mundo acadêmico quanto a órgãos do Estado.

São assinaladas ainda com frequência, como influências duradouras no pensamento social brasileiro, vindas à lume entre as décadas de 1920 – 1940, as obras de Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, intérpretes da formação sócio-histórica do país, produtores de retratos do Brasil (Cândido, 1998 [1967]). Enquanto “representantes de uma categoria de intelectuais autodidatas”, aqueles autores são geralmente referidos como ensaístas (Miceli, 2001a, p. 126). Botelho (2010) observa acertadamente, contudo, que, a despeito das semelhanças, os ensaios não podem ser todos subsumidos a um mesmo conjunto de “características cognitivas ou narrativas exclusivas” – unidade esta que “se colocou *a posteriori*, e em especial pelas ciências sociais” (Idem). Do que se conclui que esses trabalhos, muitos produzidos concomitantemente à institucionalização universitária das disciplinas sociais, só passaram a ser tratados sob a categoria genérica de “ensaísmo” a partir da perspectiva dos cientistas sociais, desejosos em marcar a diferença (e a validade) de suas práticas intelectuais.

Com efeito, a discussão acerca da natureza do conhecimento sociológico tornou-se uma constante com a inserção acadêmica das Ciências Sociais. Fruto direto da experiência em sala de aula de autores como Fernando de Azevedo e Gilberto Freyre, os compêndios introdutórios à Sociologia, destinados aos ingressantes nos novos cursos superiores, são indicadores do empenho no sentido de instituir a disciplina enquanto ciência. Diferentes critérios e concepções foram então mobilizados na demarcação das especificidades do saber sociológico. Ou ainda, se era mister enfatizar que se tratava de um campo científico, não foram sempre os mesmos os modos sugeridos para o seu ordenamento, as regras que deveriam orientar a atuação dos cientistas em seu interior, enfim, os objetos, temas e problemas que deveria comportar³⁹.

Na estruturação dos cursos superiores, é conhecida a participação de professores estrangeiros, notadamente os de origens francesa e norte-americana. Em São Paulo, a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), criada em 1933, contou com a atuação de norte-americanos como Horace Davis, Samuel Lowrie e Donald Pierson, e de alemães como Herbert Baldus e Emílio Willems. O quadro docente da Faculdade de

³⁹ Para uma análise das formas como Azevedo e Freyre, cada um a sua maneira, conceberam a prática da Sociologia, ver Meucci (2011).

Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL), criada em 1934, foi composta em grande parte pela denominada “missão francesa”, que trouxera ao país cientistas sociais como Lévi-Strauss, Paul Arbousse-Bastide e Roger Bastide. Na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), no Rio de Janeiro, a presença francesa em Ciências Sociais também foi notória, da qual foram exemplos Maurice Byé, André Gros e Jacques Lambert⁴⁰.

Dentre os cientistas sociais estrangeiros que estiveram no país, destacou-se o pesquisador norte-americano Donald Pierson, cujo amplo raio de ação influenciou significativamente no processo de construção acadêmica e profissional da Sociologia e da Antropologia no Brasil. Contratado pela ELSP em 1939, empenhou-se tanto na conjugação entre ensino e pesquisa quanto na divulgação de determinados padrões de cientificidade para as Ciências Sociais no país.

Nos cursos, palestras e artigos veiculados por Donald Pierson na primeira metade dos anos 1940, a ênfase recaía sobre o *status* científico que aquelas disciplinas estariam finalmente galgando, fundamentalmente a partir da investigação empírica sistemática, em um movimento que procurava sinalizar sua distância em relação a outras análises de cunho social. Como observou Santos (1978), os primeiros balanços e interpretações sobre a história das ciências sociais no país produzidos no período tenderam igualmente a reafirmar a cientificidade das disciplinas praticadas pelos mestres estrangeiros, no novo contexto de institucionalização universitária, contrastando-a ao caráter “pré-científico” da produção intelectual até então existente. Para o pesquisador norte-americano, tratava-se, neste mesmo movimento, de promover uma identidade social específica ou diferenciada para o sociólogo profissional, o “sociólogo pesquisador”, que então não deveria se confundir com o pensador social, o filósofo, o historiador, o doutrinador ou o trabalhador social (Pierson, 1962 [1945], pp. 29 – 30).

As lições de Donald Pierson não se restringiram ao círculo imediato dos alunos que passaram pela ELSP neste período, tais como Virgínia Leone Bicudo, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Mário Wagner Vieira da Cunha, Darcy Ribeiro, Juarez Brandão Lopes, entre outros⁴¹. Ao final da graduação no curso de Ciências Sociais da FNF, Alberto Guerreiro Ramos entrou em contato com a abordagem sociológica que Pierson vinha divulgando, tendo participado de um curso de Sociologia ministrado por

⁴⁰ Peixoto (2001) analisa a participação de franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras no período 1930-1960, conferindo atenção particular às missões estrangeiras que atuaram na USP e na ELSP. Para a trajetória de Emílio Willems no Brasil, ver Villas Bôas (2006, pp. 81 - 104).

⁴¹ Para uma análise da formação de Oracy Nogueira, Darcy Ribeiro e Virgínia Leone Bicudo sob a orientação de Donald Pierson, ver, respectivamente, Cavalcanti (1999), Bomeny (2001), Maio (2010).

este no Departamento de Administração do Serviço Público (Maio, 1997). Ao ser indicado em 1943 para a cadeira “Problemas Econômicos e Sociais” no curso de Puericultura e Administração do Departamento Nacional da Criança (DNCr), Guerreiro Ramos passou a explorar, em suas aulas, perspectivas teóricas e metodológicas afins às de Pierson. Argumentando de modo semelhante a este último, Guerreiro asseverava, para um público de médicos puericultores, o amadurecimento cognitivo pelo qual passava a “Ciência da Sociologia”.

Durante os anos 1940, Guerreiro avaliou positivamente a experiência universitária da ELSP, considerando-a empreendimento verdadeiramente científico no terreno das Ciências Sociais, o que seria visível, por exemplo, no treinamento de seus estudantes em métodos e técnicas modernas de pesquisa. A seu ver, a situação daquelas disciplinas em São Paulo constituía mesmo exceção no quadro mais amplo das Faculdades de Filosofia do país, cujo ambiente seria marcado pela orientação “livresca” de seus “pseudo-cientistas”, isto é, professores universitários mais preocupados com o estudo dos fenômenos sociais por meio de livros e teorias estrangeiras do que pelo contato direto com os fatos conformadores da realidade social do país (Guerreiro Ramos, 1944aa, p. 326). As atividades de Pierson envolvendo pesquisa eram valorizadas por Guerreiro enquanto movimento de exploração da realidade social do país, etapa decisiva rumo ao equacionamento de seus problemas. Como será observado mais adiante, Guerreiro Ramos conferiu sentido fundamentalmente prático às abordagens sociológicas propugnadas por Pierson, em um movimento que implicou a redefinição das fronteiras disciplinares da Sociologia.

2.2. De Chicago a São Paulo: as atividades de Donald Pierson no Brasil

Em 1927, Donald Pierson⁴² se dirigiu à Universidade de Chicago, à época um dos centros mais influentes no campo das Ciências Sociais (Bulmer, 1984; Smith, 1988; Chapoulie, 2001). Ele havia cursado o ensino básico e a graduação em Kansas, concentrando-se nos estudos sobre Literatura, Psicologia e História. Em Chicago, foi

⁴² Donald Pierson nasceu em Indianópolis, no Estado norte-americano de Indiana, a oito de setembro de 1900. Aos seis anos, mudou-se com a família para a zona rural do Kansas, também no centro-oeste do país. De origem simples, e sendo o mais velho de três irmãos, auxiliava o pai no trato com a terra e nos afazeres da granja, localizada na pequena comunidade rural de Geneva. Pierson cresceu neste ambiente de disciplina e austeridade, mais bem compreendido se se considera sua formação religiosa de matriz protestante (Vila Nova, 1998).

aluno de Robert Park, Ernest Burgess, Ellsworth Faris, Robert Redfield, Louis Wirth, Leonard Cottrell Jr, Herbert Blumer, George Herbert Mead e Alfred Radcliffe-Brown, que na ocasião era professor visitante. Sempre alternando os estudos com trabalhos de meio período, de modo a suprir os gastos pessoais, Pierson conseguiu uma bolsa de estudos para concluir sua pesquisa de mestrado, intitulada *A Study in Fashion as Indicated by Facial Adornment* (Vila Nova, 1998).

A primeira viagem de Donald Pierson ao Brasil ocorreu em 1935, por ocasião de sua pesquisa de doutoramento sobre a “situação racial e cultural” na cidade de Salvador. O estímulo para que estudasse a questão do negro no país havia partido de Robert Park⁴³, a quem coube, ao lado de Robert Redfield e Louis Wirth, a orientação e supervisão da pesquisa (Vila Nova, 1998). Antes de sua chegada ao país, Pierson participou de cursos organizados por Park na Universidade de Fisk, em Nashville, Tennessee, voltada a uma clientela composta majoritariamente por estudantes negros. Nesta instituição Pierson teve a oportunidade de ministrar aulas com base em bibliografia referente à situação racial brasileira, tendo participado igualmente de pesquisa acerca de operários negros no Sul dos Estados Unidos (Pierson, 1987, pp. 34 – 5).

A pesquisa de campo na Bahia durou cerca de dois anos, tendo sido subvencionada pelo *Social Science Research Committee*, da Universidade de Chicago, e pelo *Rosenwald Fund* (Idem). Enquanto redigia a tese de doutorado, de volta aos Estados Unidos, Pierson participou ainda de um seminário sobre “Raça e Cultura” na Universidade de Fisk, a convite de Park. Sua tese, defendida em 1939 no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, resultou na publicação de *Negros in Brazil: a study of race contact at Bahia* (1942), vertida para o português sob o título *Branços e Pretos na Bahia* (1945).

Foi em 1939 que Pierson regressou ao Brasil, tendo sido contratado por Cyro Berlink, diretor da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), para lecionar na instituição. Foi o início de intensa atividade no terreno das Ciências Sociais,

⁴³ A avaliação de Park, então uma das principais referências nas Ciências Sociais em Chicago, acerca da importância do Brasil para o estudo das relações raciais remonta a uma primeira visita ao país em 1933, ano em que, em vésperas de se aposentar, empreendeu viagens por várias regiões da América Latina, China e Índia. Na ocasião, conheceu importantes atores no cenário intelectual brasileiro, como Oliveira Vianna e Arthur Ramos, aos quais Pierson recorreu posteriormente com o intuito de estabelecer contatos para sua pesquisa na Bahia (Pierson, 1987, p. 37). Não é fortuito o interesse de Park pela questão racial no Brasil. O tema constituía um dos principais objetos de investigação dos cientistas sociais na Universidade de Chicago. A partir dos anos 1940, a Bahia se firmou como um dos principais locais de estudo acerca dos contatos inter-étnicos tanto entre pesquisadores brasileiros quanto estrangeiros (Maio, 1997; Valladares, 2010). Para uma análise do papel que as visitas de Park teriam desempenhado neste processo, ver Valladares (2010).

interrompida apenas em meados dos anos 1950, quando, por motivos de saúde, o pesquisador norte-americano se afastou do país para tratamento médico nos Estados Unidos. A partir de então, sua atuação no Brasil tornou-se intermitente.

Algumas considerações sobre a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil impõe-se neste ponto. Com efeito, a criação da ELSP, em 1933, tem sido indicada como um marco importante neste processo. Limongi (2001, p. 259) observa que, com a criação do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1934, a direção da Escola preocupou-se em explicitar os objetivos distintos de ambas as instituições, empenhando-se na definição de um papel próprio no âmbito do ensino superior. Neste sentido, seu projeto inicial consistiu na formação de quadros técnicos em administração capazes de dotar as classes dirigentes de “bases científicas” para a intervenção socioeconômica – enquanto que a USP, por seu turno, estaria voltada, segundo a própria divisão do trabalho estabelecida por membros da ELSP, para a formação docente capaz de atender a demanda do ensino secundário e “elevar o nível da cultura geral do país” (Limongi, 2001, p. 258).

Parte dos objetivos dos segmentos da elite paulista envolvidos na fundação da ELSP repousava precisamente na orientação “racional e moderna” que desejavam imprimir às funções crescentes que o Estado assumia (Vila Nova, 1998; Limongi, 2001; Simões, 2001). Após a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, contida pelas forças do governo central, esse grupo buscou influir sobre o desenvolvimento do país mediante a formação de uma nova classe dirigente (Simões, 2001).

Os inquéritos levados a cabo pelos primeiros professores estrangeiros atuantes na ELSP nos anos 1930 – os norte-americanos Horace B. Davis e Samuel H. Lowrie⁴⁴, enfocando o padrão de vida do operariado paulista a partir de instrumental estatístico – ilustram os fins práticos e intervencionistas que a instituição mantinha em seu horizonte, perseguindo a produção de um saber que se pretendia o mais objetivo possível acerca da “realidade nacional”, o que só se conseguiria mediante pesquisa

⁴⁴ Ambos os cientistas sociais haviam se formado na Universidade de Columbia. Na ELSP, Davis foi professor da disciplina “Economia Social” e seu inquérito, levado a cabo em 1934, buscou determinar o consumo de famílias operárias da capital paulista no período de um mês, com especial atenção à alimentação. Sua militância socialista de tendência marxista inviabilizou sua atuação no país a longo prazo. A pesquisa de Lowrie, por seu turno, foi conduzida entre 1936 e 1937, voltando-se para as condições de vida das famílias de operários da Limpeza Pública da cidade de São Paulo. Lowrie permaneceu mais tempo entre os brasileiros, partindo somente em 1939. Foi substituído em seus encargos docentes por Pierson, negociando diretamente com este sua vinda para São Paulo. Uma análise das pesquisas de Davis e Lowrie relacionando-as ao contexto institucional da ELSP e à agenda da elite paulista encontra-se em Del Vecchio e Diéguez (2009).

empírica. Os alunos tomaram parte nos inquéritos de Davis e Lowrie, uma vez que o currículo previa aulas práticas desta natureza. Note-se, ademais, que a organização racional da força de trabalho, visando ao aumento da produtividade, compunha a pauta do debate público do período, o que torna inteligíveis os esforços de pesquisa na cidade de São Paulo. O economista e engenheiro Roberto Simonsen, uma das principais lideranças empresárias que fundaram a Escola e o responsável pelas maiores doações para sua manutenção, nutria particular interesse pelo estudo das condições de vida do proletariado tendo em vista sua melhoria (Del Vecchio; Diéguez, 2009, pp. 14 – 15).

Simões (2001), Del Vecchio e Diéguez (2009) sugerem que a ênfase particular da ELSP na pesquisa empírica com finalidades práticas torna inteligível a preferência dos dirigentes da instituição pela contratação de cientistas sociais norte-americanos, cuja prática disciplinar, na visão de homens como Simonsen, caracterizava-se por uma atenção maior à *aplicabilidade* e à *objetividade* na produção do conhecimento, em comparação com as disciplinas na Europa. Note-se que a Universidade de Chicago, instituição da qual provinha Pierson, detinha considerável prestígio enquanto centro de ensino e pesquisa em Ciências Sociais nos Estados Unidos.

Tem-se afirmado que a chegada de Donald Pierson à ELSP implicou, todavia, uma reorientação do projeto inicial da instituição, no sentido de uma maior “academização” (Limongi, 2001; Oliveira, 1995; Vila Nova, 1998; Del Vecchio; Diéguez, 2009). Assim, “a preocupação em formar elites técnicas cede[u] lugar à insistência em treinar e formar sociólogos profissionais” (Limongi, 2011, pp. 263 – 4). Com efeito, em 1940, Pierson foi responsável pela organização e direção do Departamento de Sociologia e Antropologia Social da ELSP, estabelecendo, a partir do ano seguinte, um seminário extracurricular de métodos e técnicas de pesquisa social. Auxiliado pelos antropólogos Herbert Baldus e Emílio Willems, ambos de origem alemã, Pierson criou, em 1941, a primeira seção de estudos pós-graduados em Ciências Sociais no país. Neste período, o sociólogo promoveu ainda levantamentos referentes à alimentação e à habitação na cidade de São Paulo, com o propósito pedagógico declarado de treinar alunos em pesquisa. Envolveu-se também na divulgação de textos especializados na área da Ciências Sociais, por intermédio de trabalho editorial e de publicação em periódicos, dentre os quais se destaca a revista *Sociologia*⁴⁵. Donald

⁴⁵ Fundada em 1939 por Emílio Willems e Romano Barreto, a revista foi o primeiro periódico especializado na área. A partir de 1949, enfrentando problemas financeiros, a ELSP adquiriu os direitos de publicação, passando a ter um veículo próprio de divulgação científica. Na ocasião, Oracy Nogueira

Pierson ajudou a tecer uma rede de relações entre estudiosos e interessados em temas sociológicos, por meio de correspondências que manteve e de seminários que realizou em grandes cidades no país. Em 1945, tornou-se o responsável no Brasil pelo programa do Instituto de Antropologia Social do *Smithsonian Institute*, conseguindo atrair subsídios para projetos de pesquisa. Neste período, realizou levantamentos sociais em cidades no interior de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entre 1947 e 1948, sempre assistido por alunos, conduziu investigação de vulto em Araçariguama, cujos resultados deram origem ao livro *Cruz das Almas: a Brazilian Village* (1951) (Corrêa, 1987). Além deste, outros trabalhos do período conformaram os denominados “estudos de comunidade”, como o de Emílio Willems sobre uma cidade no interior paulista, enfocando as transformações socioculturais em curso na região: *Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* (1947). No início dos anos 1950, Pierson coordenou ainda extenso ciclo de pesquisas em cidades ao longo do Vale do São Francisco, que contou com a participação de cientistas sociais à época já formados pela ELSP, cada qual responsável por um grupo de estudantes em fase de treinamento em pesquisa (Oliveira, 2010)⁴⁶.

2.2.1. Ciência e reforma social na Escola Sociológica de Chicago⁴⁷

Para tornar compreensível tanto o tipo de prática sociológica introduzido por Pierson na ELSP quanto suas concepções acerca do papel a ser desempenhado pelo cientista social profissional, faz-se necessário analisar, em linhas gerais, como veio a se constituir a Sociologia na Universidade de Chicago e, em particular, que formas e sentidos ela assumiu nas perspectivas e trabalhos concretos de William Thomas, Robert Park e Ernest Burgess. Em seguida, à luz dessas considerações, será possível explorar as especificidades da concepção que Pierson sustentou acerca da cientificidade da disciplina.

A fundação da Universidade de Chicago em 1890 foi resultado da iniciativa

tornou-se seu diretor. Pierson foi um dos principais colaboradores do periódico enquanto esteve no país (Limongi, 2001).

⁴⁶Oliveira (2010) explora em profundidade tanto a fortuna crítica dos estudos de comunidade no Brasil como a articulação das pesquisas no Vale do São Francisco com os temas da saúde, do desenvolvimento e da mudança social na década de 1950.

⁴⁷Segundo Jean-Michel Chapoulie (2001), o rótulo “Escola de Chicago” transmite a falsa ideia de continuação e unidade de temas, referenciais teórico-metodológicos e propósitos científicos entre os pesquisadores de suas sucessivas gerações. Reconhecendo que suas práticas tenham sido heterogêneas, este trabalho, ao referir-se à tradição de Chicago, concentra-se nas gerações de pesquisadores que trabalharam sob a orientação de William Thomas, Robert Park e Ernest Burgess.

privada de grupos batistas, notadamente a partir do auxílio financeiro do filantropo e magnata do petróleo John D. Rockefeller. Sua criação situa-se no contexto de renovação do ensino superior estadunidense ao final do século XIX. Em pouco tempo, com o apoio permanente da elites locais, tornou-se uma das principais referências no meio universitário norte-americano (Eufrásio, 1999). William Rainey Harper, primeiro presidente da universidade, buscou tornar a Universidade de Chicago um centro de pesquisas com ênfase nos estudos pós-graduados, o que deveria capacitar o alunado ao desenvolvimento de novas frentes de investigação (Bulmer, 1984). A relevância conferida à pesquisa, em comparação ao ensino, foi um traço que distinguiu as universidades privadas fundadas neste período, contrapondo-se à concepção até então predominante do espaço acadêmico como depositário e guardião do conhecimento existente – e não tanto como produtor de novos saberes (Idem). Harper buscou viabilizar tal concepção ao criar mecanismos institucionais para que professores pudessem, por períodos determinados, desincumbir-se dos encargos da sala de aula e dedicar-se integralmente à pesquisa. Instituiu ainda um centro de publicação tendo em vista a divulgação dos trabalhos acadêmicos, *The University of Chicago Press*, e um sistema de cursos e conferências para o público leigo, uma das primeiras experiências em extensão universitária (Faris, 1970).

O Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago foi fundado em 1892, por Albion Small, sendo um dos primeiros a abrigar as Ciências Sociais tanto ao nível da graduação quanto ao da pós-graduação. A tradição de investigação empírica a que deu origem confundiu-se, ao menos em seu período inicial, com o movimento mais amplo de reforma social animado pelas classes médias de orientação protestante. Tratava-se de uma resposta aos inúmeros problemas sociais decorrentes do *boom* demográfico e do acelerado desenvolvimento urbano-industrial vivido por Chicago a partir do final do século XIX. Vinculados à filantropia e à intervenção social, os sociólogos construíram seus objetos de pesquisa privilegiando questões tais como o crescimento da criminalidade, a tensão inter-étnica (envolvendo principalmente imigrantes europeus e negros vindos do Sul), o divórcio, a delinquência juvenil e as condições de vida do proletariado e das classes baixas (Bulmer, 1984; Smith, 1988; Coulon, 1995; Valladares, 2005). Segundo Eufrásio, tal “feição progressista” foi peculiar à formação do pensamento sociológico nos Estados Unidos como um todo (Eufrásio, 1999, p. 21).

Este foi o caso do primeiro diretor do departamento de Sociologia e Antropologia de Chicago⁴⁸, Albion Small. Após se formar para o ministério batista, e tendo estudado Literatura e Línguas nos Estados Unidos, Small decidiu estudar Ciências Sociais na Alemanha, mais exatamente nas Universidades de Berlim e Leipzig, mantendo desde então uma “perspectiva ética” sobre essas disciplinas, que se traduzia na promessa de reforma social cientificamente orientada (Bulmer, 1984, p. 33). Afirmando que a Sociologia poderia ser posta acima de interesses de classe, Small conseguiu obter para seu departamento o apoio dos dirigentes da universidade, intelectuais e filantropos pertencentes à elite local (Chapoulie, 2001, p. 44).⁴⁹

A existência do movimento de pesquisa ou inquérito social (*social survey movement*) reforça a ideia de que a Sociologia, nos seus primeiros anos, tenha mantido laços estreitos com perspectivas de intervenção. Tratava-se de coleta mais ou menos sistemática de dados, por meio de arquivos e relatórios de instituições de assistência, e da visita a vizinhanças, a partir da qual reformadores buscavam soluções aos problemas sociais. Tal prática encontrava-se, com frequência, sob a rubrica de “sociologia”, e seus trabalhos apresentavam um estilo jornalístico e descritivo (Chapoulie, 2001, pp. 58). Sua referência principal foi a pesquisa pioneira sobre Londres realizada por Charles Booth e publicada em 1889.⁵⁰ Além de Charles Handerson, outros professores da Universidade de Chicago, como Sophonisba Breckinridge e Edith Abbot, empreenderam pesquisas desta natureza, envolvendo, por exemplo, as condições de habitação de imigrantes (Chapoulie, 2001, p. 53).

A crença de que seria possível aliar, de forma bem-sucedida, ciência, progresso e os propósitos humanitários inscritos no evangelho social do período, partilhada

⁴⁸ Sociologia e Antropologia permaneceram no mesmo departamento até 1929, quando as Ciências Sociais em Chicago foram reunidas em um novo prédio dedicado inteiramente à pesquisa, o *Social Science Research Building*, e a Antropologia se organizou em um departamento autônomo. Bulmer (1984) observa a ausência de fronteiras rígidas entre as disciplinas em Chicago, tendo ambos Thomas e Small se servido de trabalhos de psicólogos, antropólogos e sociólogos. Durante os anos 1920, com a presença de Edward Sapir e Robert Redfield, Antropologia e Sociologia se influenciaram mutuamente de modo frutífero (Bulmer, 1984, p. 39).

⁴⁹ Em geral, destaca-se o papel de Small por seu esforço na construção de bases institucionais para a Sociologia (Faris, 1970; Bulmer, 1984; Smith, 1988). Note-se que o sociólogo foi um dos fundadores, em 1895, do periódico *The American Journal of Sociology* e, em 1905, engajou-se na criação da *American Sociological Society* (Eufrásio, 1999). A participação e liderança dos sociólogos de Chicago nos primeiros foros nacionais dedicados às Ciências Sociais contribuíram para a garantia do lugar proeminente ocupado por seu departamento ao menos até a década de 1930 (Chapoulie, 2001).

⁵⁰ O movimento de inquérito social se expandiu nos Estados Unidos a partir de 1907, mediante a criação de periódicos como *Survey* e a realização de vasta pesquisa em Pitsburgo, Pensilvânia, entre 1909 e 1914, conhecida como “*The Pitsburg Survey*” e financiada pela *Russell Sage Foundation*. Ver Chapoulie (2001) e Bulmer (1984).

intramuros nos primeiros anos da universidade, estabeleceu uma tradição de contato entre o meio acadêmico e seu entorno, chamando a atenção para o vasto material sociológico que a cidade oferecia (Faris, 1970; Bulmer, 1984; Chapoulie, 2001). Assim, a “aproximação entre a elite instruída e as pessoas comuns” foi uma das condições para a “imersão direta na vida das comunidades” por parte dos cientistas sociais em Chicago, tendência que se desdobrou posteriormente na ênfase sobre o trabalho de campo (Eufrásio, 1999, p. 25).⁵¹

Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação crescente com o *status* científico da Sociologia no mundo acadêmico norte-americano culminou no esforço de circunscrever o escopo estrito de suas práticas (Bulmer, 1984; Chapoulie, 2001). Em período marcado pelo declínio do movimento de reforma progressista, os cientistas sociais não só buscaram se mirar em modelos de cientificidade já legitimados – aos quais se ligavam a biologia, a psicologia, em sua vertente behaviorista, mas, principalmente, as ciências naturais –, como também investiram, cada vez mais, na cautela diante de tomadas de posição explícitas em questões éticas e políticas dentro do ambiente acadêmico (Bulmer, 1984). Nesse movimento, os pesquisadores à frente da disciplina sociológica na Universidade de Chicago buscaram acirrar contrastes em relação a práticas de investigação vizinhas e que até então lhes eram inclusive comuns, como os inquéritos sociais orientados para a reforma da sociedade (Bulmer, 1984; Chapoulie, 2001).

Era igualmente importante para esses sociólogos – notadamente para as gerações que se seguiram aos trabalhos de William Thomas e de Robert Park, marcar diferença em relação a uma segunda forma que a Sociologia assumiu em seu percurso acadêmico inicial. Tratava-se da “especulação de gabinete” de professores como William Sumner, na Universidade de Yale, Frankling Giddings, em Columbia, Edward Ross, em Wisconsin, e Charles Cooley, em Michigan. Embora os pesquisadores de Chicago tenham se servido de concepções elaboradas por esses sociólogos, eles foram, em geral, considerados apenas “pais fundadores”, concentrados que estavam no

⁵¹ Muitos foram os professores em Chicago comprometidos com a reforma social. Graham Taylor, que ensinou no departamento de Sociologia de 1902 a 1906, foi uma das lideranças no movimento dos *settlements* – estabelecimentos de assistência social e instrução voltados para as classes baixas nos quais tomavam parte voluntariamente jovens de classe média (Bulmer, 1984). Dentre os sociólogos sensíveis aos problemas urbanos também estavam Charles Zueblin, que lecionou em Chicago de 1894 a 1907, e George Vincent, envolvido no movimento pela educação ampla (Eufrásio, 1999, pp. 38 – 39). Em 1913, Small recrutou Jane Addams, conhecida por suas atividades filantrópicas, para o ensino de Serviço Social, tendo em vista o desenvolvimento da dimensão aplicada da Sociologia (Chapoulie, 2001, p. 46).

desenvolvimento de amplos sistemas e teorias sem o devido respaldo do mundo empírico (Faris, 1970; Bulmer, 1984). Segundo Chapoulie, afirmavam que a Sociologia, enquanto ciência social geral, era disciplina sintética que organizava os achados de ramos específicos como a Economia Política, a Ciência Política e a Antropologia, procurando estabelecer, a partir de então, as leis da evolução humana, ao que se aproximavam de Comte e Spencer (2001, p. 37). Para os sociólogos de gerações posteriores, incluindo alguns que se debruçaram sobre a história da disciplina em flagrante anacronismo, como Faris (1970), esses sociólogos “pioneiros” não lograram converter o conteúdo filosófico de suas reflexões sociais em “ciência objetiva” (Faris, 1970, p. 6).

A literatura aponta a extensa obra de William Thomas e Florian Znanieck⁵², *The Polish Peasant in Europe and America*, como um marco importante no desenvolvimento das Ciências Sociais em Chicago e nos Estados Unidos em geral, uma vez que seus autores buscaram articular o material empírico coletado a um esquema conceitual ou conjunto de noções específicas, tentando se afastar tanto da “sociologia de gabinete” quanto do “trabalho social” (Faris, 1970; Bulmer, 1984; Eufrásio, 1999; Chapoulie, 2001).

A obra foi um estudo sobre a vida dos camponeses poloneses, enfocando a transição de formas tradicionais de sua organização social, em zonas rurais, para formas de vida consideradas modernas, principalmente por meio da migração de famílias para as grandes metrópoles dos Estados Unidos⁵³. Reunindo “dados de primeira mão”, tratava-se, para os autores, de uma monografia sobre um grupo social concreto, servindo antes à tentativa de formulação de leis da conduta humana que à sugestão de soluções imediatas a problemas sociais – no caso, a incorporação do imigrante europeu à sociedade norte-americana (Chapoulie, 2001, p. 65)⁵⁴. O esforço de Thomas em conferir um tratamento mais “científico” ao estudo significou, na

⁵² William Isaac Thomas exerceu plenamente a função de professor da Universidade de Chicago a partir de 1910. Ao entrar para a pós-graduação em Sociologia em 1893, Thomas já havia se formado em literatura inglesa e línguas modernas pela Universidade do Tennessee e feito pós-graduação na Alemanha em Psicologia Social e Etnologia (Eufrásio, 1999, p. 40). O polonês Florian Znanieck, filósofo de formação, foi inicialmente contratado por Thomas para traduzir documentos coletados em seu país; acabou se tornando co-autor da obra ao redigir algumas partes, como a “nota metodológica” que lhe serve de introdução (Chapoulie, 2001). Para exames mais detalhados da trajetória de William Thomas, ver Wegner (1993) e Chapoulie (2001).

⁵³ Chapoulie (2001) explora as circunstâncias envolvendo a produção e a publicação de seus volumes (1918 – 1920), observando que a pesquisa conduzida por Thomas foi uma das primeiras na sociologia universitária que envolveu uma soma considerável capaz de financiá-la por inteiro.

⁵⁴ A delinqüência e os conflitos no interior de famílias de origem polonesa eram percebidos como problemas agudos para as classes médias protestantes norte-americanas (Chapoulie, 2001).

prática, um afastamento da Sociologia de orientação marcadamente religiosa de antigos professores seus como Charles Henderson, capelão batista contratado para o Departamento de Sociologia em função de sua experiência administrativa nas áreas de filantropia e de assistência social (Bulmer, 1984, p. 65). Thomas também se mostrou crítico à formulação de teorias *a priori*, prática associada à geração dos “pioneiros”, preferindo, inclusive, utilizar a expressão “ponto de vista” (*standpoint*) ao termo “teoria” (Chapoulie, 2001, p. 65).

Wegner argumenta que William Thomas, diante dos “insucessos da Reforma Social na resolução dos problemas de assimilação de imigrantes e de aumento da marginalidade”, procurou tornar a sociologia, “de um instrumento direto da reforma, numa ciência, ou seja, num instrumento e resultado bem mais indireto da Reforma” (Wegner, 1993, p. 88). Assim, ao criticar o que denominou “sociologia prática”, Thomas não pretendeu questionar a possibilidade de aplicação da disciplina na solução de problemas sociais, mas acreditava que esta só poderia ser alcançada mediante a constituição de “uma ciência com corpo completo e independente” (Idem, p. 96). O objetivo de Thomas residiria na fundação de uma “sociologia independente da prática, mas com o olhar para a prática” (Idem, p. 97). Para Smith, igualmente, Thomas teria destacado a importância de uma ciência social pronta a receber aplicação; contudo, a fim de se estabelecer resultados consistentes e seguros, a ciência deveria perseguir o saber livre e desinteressado. Assim, a ciência seria uma “aliança entre curiosidade e atitude pragmática” (Smith, 1988, p. 100).

Thomas interpretou os fenômenos da criminalidade, da delinquência e do divórcio entre filhos de imigrantes sob a ótica da “desorganização social”, categoria que seria indicativa da desintegração dos laços sociais típicos das formas de vida tradicionais a partir do acelerado processo de urbanização e industrialização. Segundo Faris (1970), ao mobilizar noções como esta, Thomas buscou analisar o que seriam processos sociológicos subjacentes aos problemas sociais. Ao tornar os imigrantes o tema de suas investigações, Thomas e Znanieck teriam contribuído para reforçar a autonomia da Sociologia enquanto disciplina acadêmica. Note-se que, nos estudos sobre imigração, teorias biológicas de corte racista acerca das diferenças comportamentais entre os grupos étnicos eram então predominantes (Bulmer, 1984). Ao rejeitarem o “reducionismo biológico”, compreendendo a conduta dos poloneses por meio de categorias sociológicas e sócio-psicológicas, os autores teriam chamado a atenção para a força explicativa do “social” (Bulmer, 1984, p. 58; Coulon, 1995;

Valladares, 2005). No plano metodológico, os autores de *The Polish Peasant* fizeram uso, à época incomum, de documentos pessoais como cartas, depoimentos tirados de revistas e autobiografias para a compreensão do universo subjetivo em que se moviam os atores sociais sob investigação. Este último recurso se consagrou em pesquisas subseqüentes sob a denominação “história de vida” (Bulmer, 1984) e, como será visto no capítulo III, assumiu relevo nas análises sociológicas que Guerreiro Ramos desenvolveu no DNCr.

Robert Ezra Park⁵⁵ reforçou o processo de definição do campo sociológico ao sinalizar diferenças, quanto aos fins e procedimentos, entre a pesquisa sociológica e os “surveys” relativos aos problemas sociais. Se aquela implicaria uma abordagem “desapaixonada” dos objetos de estudo, envolvendo a formulação explícita de hipóteses a serem verificadas, estes visariam à sensibilização da sociedade e à elaboração de programas de intervenção, aglutinando informações as mais diversas sobre o problema em foco (Chapoulie, 2001, pp. 120 – 3). Embora não fosse avesso à reforma social, Park criticava os assistentes sociais ou “trabalhadores sociais” na Universidade de Chicago por borrarem as fronteiras entre ciência e intervenção social em suas pesquisas (Bulmer, 1984, p. 68; Chapoulie, 2001, p. 121). O sociólogo teria dito a alunos predispostos ao reformismo político, em uma aula sobre a população negra, que seu papel era o do “cientista calmo e imparcial que investiga as relações raciais com a mesma objetividade e distanciamento com que o zoólogo diseca um bichinho de batata [*potato bug*]” (Bulmer, 1984, p. 76).

Ernest Watson Burgess⁵⁶ foi o colaborador de Park entre 1916 e 1934, tendo contribuído sobremaneira para o desenvolvimento de métodos e técnicas de pesquisa sociológica em Chicago. Burgess parece ter nutrido um entusiasmo maior pelos inquéritos sociais com vistas à “conscientização” da opinião pública para os problemas sociais da comunidade. Contudo, após tornar-se pesquisador em Chicago, o sociólogo

⁵⁵Park iniciou sua carreira no jornalismo investigativo. Ao retomar os estudos universitários, teve aulas com John Dewey e William James, nos Estados Unidos, e com George Simmel e Wilhelm Windelband na Alemanha. Também havia trabalhado como secretário para o líder negro Booker T. Washington. Foi por ocasião de uma conferência internacional sobre o negro que conheceu William Thomas. Park já havia sido convidado anteriormente por Small para lecionar na Universidade de Chicago, mas foi Thomas, por se impressionar com afinidade intelectual entre ambos, quem o convenceu realmente. Ao longo de sua carreira de sociólogo, Park ocupou posições de destaque, como a presidência da *American Sociological Association* e a direção do *Social Science Research Council* (Chapoulie, 2001).

⁵⁶ Burgess graduou-se em Sociologia pela Universidade de Chicago, tornando-se professor da instituição em 1916 e nela permanecendo até 1952. Havia acumulado experiência com trabalhos de “social survey” na Universidade de Kansas, onde fora professor assistente entre 1913 e 1915 (Bulmer, 1984, pp. 72 – 73).

passou a investir em métodos considerados mais “científicos” para o estudo da vida social, tais como a observação em primeira mão, o mapeamento social, com vistas à determinação da distribuição de fenômenos sociais no espaço urbano, e o uso de estatísticas censitárias (Bulmer, 1984, p. 74). A relação estreita que Burgess manteve com diversos órgãos públicos e privados dedicados ao serviço social na cidade garantiu, por seu turno, subsídios para a realização dos projetos de pesquisa na pós-graduação. Os estudantes também tinham, deste modo, seu trânsito facilitado naquelas instituições, que dispunham de documentos e registros sobre diferentes aspectos da vida urbana (Chapoulie, 2001, pp. 125 – 128).

Park e Burgess contribuíram para a consolidação das bases conceituais e metodológicas do conjunto de pesquisas que tiveram lugar em Chicago no decorrer dos anos 1920 e início dos anos 1930, sob orientação de ambos (Bulmer, 1984; Chapoulie, 2001). Segundo esses sociólogos, a condução de trabalhos de campo que privilegiavam a cidade não visava simplesmente produzir uma “sociologia da cidade” e, sim, explorar empiricamente os “processos sociais”, o “comportamento coletivo” e a “natureza humana” que se apresentavam ao pesquisador de um modo particularmente agudo no ambiente urbano, sujeito a profundas mudanças na organização social, à interação de diferentes grupos étnicos e ao adensamento populacional (Bulmer, 1984). Estas e outras categorias conformaram o esquema analítico a partir do qual os fenômenos urbanos deviam ser interpretados. Seu ponto de partida foi o livro *Introduction to the Science of Sociology*, escrito a quatro mãos e publicado em 1921. Conhecida como “bíblia verde”⁵⁷, a obra serviu a um só tempo de programa de pesquisa e manual de iniciação para os estudantes de pós-graduação, educando seu olhar, orientando sua postura, enfim, instituindo problemáticas, recursos interpretativos e um léxico que tendiam a reforçar a especificidade do campo sociológico. O título da obra, por si só, é digno de nota: a evidência posta sobre a palavra “Ciência”, implicando inclusive redundância, indica até que ponto os autores estavam dispostos a afastar antigas concepções sobre a Sociologia para lhe garantir um espaço no mundo das ciências.

As obras que gradualmente conformaram a “tradição empírica” de Chicago foram produto das pesquisas e trabalhos monográficos ao nível da pós-graduação

⁵⁷ A capa do livro em suas primeiras edições era verde. O “epíteto” indica o papel basilar da obra na socialização acadêmica dos recém-chegados em Chicago, e mesmo em outras universidades (Eufrásio, 1999). O livro resultou de um curso introdutório à Sociologia que ambos ministravam em conjunto desde 1916 (Bulmer, 1984, p. 95).

(Bulmer, 1984)⁵⁸. Dentre eles, destacam-se *The Negro in Chicago* (1922), de Charles Johnson; *The Hobo* (1923), de Nels Anderson; *Family Disorganization* (1927), de Ernest Mowrer; *The Gang* (1927), de Frederic Trasher; *The Ghetto* (1928), de Louis Wirth; *The Gold Coast and the Slum* (1929), de Harvey Zorbyagh e *Taxi-Dance Hall* (1932), de Paul Cressy. Cabe ressaltar ainda, tendo em vista os fins deste trabalho, os estudos em criminologia levados a cabo no *Institute for Juvenile Research* por cientistas sociais formados em Chicago e fortemente inspirados nos estudos de Burgess sobre a distribuição espacial de problemas sociais na cidade. É o caso de *Delinquency Areas* (1929), coordenado por Clifford Shaw; *Organized Crime in Chicago* (1929), de John Landesco; as histórias de vida publicadas por Shaw, *The Jack-Roller* (1930) e *The Natural History of a Delinquent Career* (1931), bem como a pesquisa de Shaw e McKay acerca das causas da delinquência, *Social Factors in Juvenile Delinquency* (1931). Guerreiro Ramos se apoiou em grande medida nesses últimos estudos no esforço de elaboração de uma abordagem sociológica da Puericultura.

Os cientistas sociais em Chicago investiram no aprimoramento de métodos e técnicas específicos de pesquisa sociológica, tais como coleta de documentos pessoais, trabalho de campo intensivo, entrevistas e mapeamento social (Bulmer, 1984, p. 90). A busca pelo tratamento quantitativo do mundo social, com a aplicação de técnicas destinadas a vastos conjuntos de dados estatísticos, também se fez presente, notadamente a partir da chegada do sociólogo formado em Columbia William Ogburn à universidade. Isto indica a heterogeneidade de práticas e procedimentos considerados garantidores de cientificidade na tradição de Chicago, por vezes associada exclusivamente àquilo que tornou-se conhecido posteriormente como pesquisa etnográfica de caráter qualitativo (Idem).

Em seus primeiros anos, portanto, a Sociologia produzida em Chicago esteve marcada pela associação estreita com o reformismo de inspiração religiosa e o movimento de inquéritos sociais visando à mobilização e sensibilização da opinião pública para com os problemas da cidade. Note-se que, neste momento, não havia uma interpretação unívoca acerca da natureza do saber sociológico nem dos procedimentos

⁵⁸ Em 1923, foi criado o *Local Community Research Committee*, que estabeleceu as bases para o programa de pesquisa centrado na cidade de Chicago, garantindo, ao mesmo tempo, seu financiamento junto a instituições como o *Carnegie Corporation* e o *Laura Spelman Rockefeller Memorial*, ligado à Fundação Rockefeller (Chapoulie, 2001). Para Bulmer (1984), a existência de suporte financeiro regular é um indício das expectativas sociais em torno dessas disciplinas, no sentido de seu valor e utilidade na promoção de políticas sociais.

a serem seguidos pela disciplina, capaz de se sobrepor e coordenar as atividades de professores e pesquisadores dentro da universidade. Os termos “Sociologia” e “Ciências Sociais” eram utilizados alternadamente e de modo indiscriminado para designar um conjunto não muito circunscrito de práticas que incluíam desde tratados gerais sobre a evolução humana ao envolvimento missionário com questões sociais (Chapoulie, 2001, p. 36).

O processo de delimitação da Ciência da Sociologia, para o qual contribuíram Thomas, Park e Burgess, contou também com circunstâncias fortuitas. A morte de Charles Henderson em 1915, que se destacou pela participação ativa em organizações caritativas e associações comunitárias, afrouxou os laços entre Sociologia e expectativas imediatas de ordem reformista (Chapoulie, 2001, p. 52). O processo de diferenciação disciplinar tornou-se mais visível a partir da separação institucional entre a Sociologia e o Trabalho Social (*Social Work*), com a criação, em 1920, de uma escola própria dedicada à Administração do Serviço Social na Universidade de Chicago (*The School of Social Service Administration*), o que significou a saída da assistente social Grace Abbot do Departamento de Sociologia, com quem Park tinha relações hostis (Bulmer, 1984; Chapoulie, 2001). A insistência de Park na diferenciação entre Sociologia e Trabalho Social foi incorporada posteriormente a manuais norte-americanos de Sociologia, como foi o caso daquele produzido por seu aluno Donald Pierson no Brasil (Pierson, 1945, pp. 39 – 43).

Ainda que grande parte dos pesquisadores em Chicago, mesmo aqueles sob a orientação de Park, continuasse a escolher seus temas a partir de problemas sociais – o que lhes garantia fontes de financiamento nas instituições filantrópicas e em órgãos públicos de assistência (Chapoulie, 2001, pp. 161 – 3) –, com a crescente “autonomização” disciplinar, seria cada vez maior o esforço em traduzi-los para a problemática e a linguagem científicas em gestação na universidade. Isto é, nos termos dos próprios sociólogos, seria preciso compreender os problemas sociais enquanto o resultado de processos naturais passíveis de explicação científica.

Note-se ainda que, em um ambiente intelectual marcado pela presença do pragmatismo (Bulmer, 1984; Smith, 1988; Chapoulie, 2001), notadamente nos estudos de filosofia, psicologia e educação de John Dewey e George Herbert Mead no caso de Chicago, os sociólogos tiveram de incorporar sua ênfase na instrumentalização do saber ao definir a cientificidade da nova disciplina. Segundo Vila Nova (1998, p. 82), aquilo que esses pesquisadores imaginaram como resultado de sua atividade, isto é, um

corpus elaborado de conhecimento teórico, provaria finalmente sua validade científica *na medida em que* possibilitasse a transformação *eficaz* da realidade social no sentido desejado. Wegner (1993) analisou mais detidamente esta questão no caso de William Thomas, argumentando que, na perspectiva desse sociólogo, a ciência, a fim de assegurar seu valor teórico, deveria se submeter, em última análise, ao “teste da aplicabilidade” (Idem, p. 97).⁵⁹

2.2.2. A “Ciência da Sociologia” de Donald Pierson

Donald Pierson pertenceu às gerações de Chicago formadas sob a orientação de Park e Burgess e empenhadas cada vez mais na delimitação das fronteiras da Sociologia enquanto disciplina acadêmica. A caracterização das práticas do “sociólogo profissional” foi constante em seus textos e comunicações ao longo da década de 1940 (Pierson, 1962 [1945]).

Pierson indicou a distinção entre a “Ciência da Sociologia” e as áreas denominadas “Pensamento Social” e “Filosofia Social”. A primeira diria respeito à reflexão social em sentido amplo, existindo desde “a época em que o homem pela primeira vez começou a refletir sobre sua própria experiência como ser humano”. Oferecer-se-ia a qualquer um disposto a “pensar, falar e escrever sobre coisas sociais” (Idem, p. 26). Por seu turno, a “Filosofia Social” implicaria a busca pela organização das reflexões sociais em um sistema logicamente mais consistente, investindo-se na coerência das relações internas entre as ideias. Pierson tinha em mente os “sistematizadores do pensamento social”, “homens de profundo intelecto” (Idem), como Hegel, Spencer, Comte, Small, Mead, etc., cujos estudos, no entanto, estariam apoiados exclusivamente na “reflexão de gabinete” e em experiências pessoais. Finalmente, a Sociologia surgiria como produto posterior que, embora valendo-se do uso das reflexões precedentes, apresentaria, como principal procedimento garantidor de sua cientificidade, a elaboração de proposições (“conhecimentos”, segundo Pierson) na forma de *hipóteses* a serem *verificadas*, ou *postas à prova*, no *mundo real* ou na *realidade empírica*. O critério fundamental de cientificidade da disciplina residiria, deste modo, na sujeição das ideias e teorias aventadas aos “dados sociais” ou às

⁵⁹ A este respeito, é significativa ainda a seguinte passagem, do manual de Park e Burgess (1921, p.339): “A ciência, a ciência natural, é uma busca por causas, isto é, por mecanismos, que por sua vez encontra aplicação em dispositivos técnicos, organização e maquinário, na qual a humanidade afirma seu controle sobre a natureza física e finalmente sobre o próprio homem”. [“Science, natural science, is a research for causes, that is to say, for mechanisms, which in turn find application in technical devices, organization, and machinery, in which mankind asserts its control over physical nature and eventually over man himself”.]

“descobertas decorrentes da pesquisa”, à luz das quais aquelas seriam mantidas, modificadas ou abandonadas (Idem, p. 20). Estaria calcada na existência de profissionais treinados em técnicas e métodos de pesquisa sociológica, trabalhando em equipe e dividindo a mesma linguagem conceitual, rigorosamente definida – o que Pierson denominou “universo de comunicação” (Idem, p. 53). A definição dos contornos desta linguagem reforçava, a um só tempo, a identidade específica do sociólogo profissional, que usava conceitos com significados precisos, únicos, com o propósito de representar de maneira acurada o mundo social, e um modo próprio de falar, descrever e explicar este mundo.

O esquema de desenvolvimento da Sociologia que se insinua nas lições de Pierson pode ser sintetizado da seguinte forma: ao pensamento social se sucede a filosofia social e esta, de teor especulativo, torna-se *ciência* do social mediante a aquisição de um “método baseado em pesquisa empírica” – “conquista recente” que remontaria à prática de sociólogos norte-americanos no início do século XX (Idem, p. 22). Para Pierson, tal diferenciação não deveria implicar “desprezo ou afastamento de qualquer uma destas disciplinas”, sendo cada uma delas “legítima e útil para seus fins” (Idem, p. 30). Seria possível inclusive servir-se “cientificamente” das ideias de filósofos e pensadores sociais enquanto hipóteses para o trabalho de pesquisa. O norte-americana manteve, nesse sentido, comércio com a tradição do pensamento social brasileiro. Estudou as obras de Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Oliveira Vianna, autores que figuraram no grupo dos mais referenciados em sua tese de doutorado (Vila Nova, 1998, p. 129).

Pode-se perguntar, no entanto, se, em um período histórico de valorização e legitimidade social da atividade científica, como reconheceu a seu tempo o próprio Pierson (Pierson, 1962 [1945], p. 35), a atribuição de um caráter *pré-científico* àquelas reflexões já não seria em si mesma uma desqualificação. Em carta endereçada a Luiz Aguiar da Costa Pinto, sociólogo em atuação na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, Pierson assumiu postura mais severa em relação às análises sociais que não se apoiavam na prática de pesquisa. A respeito do estabelecimento de um conjunto de conceitos sociológicos rigorosamente definidos, afirmou: “Será difícil de havê-lo aqui, porém, antes de ter uma geração de sociólogos treinados, de passar o atual estágio pré-científico e de chegar decididamente o estágio de pesquisa. Há interesse demais nas idéias e, ainda pouco, nas cousas. O mero ecletismo, demasiadamente popular aqui,

não basta”. A ciência social brasileira se encontraria em um estágio de “mera ‘ginástica acadêmica’” (Pierson, 1943).

A introdução da pesquisa empírica em Sociologia, segundo Pierson, aproximaria a disciplina daquilo que considerou a prática das “Ciências Físicas”, isto é, a produção de um saber universal e objetivo. A observação, classificação e comparação sistemáticas de fenômenos sociais particulares, entendidos como *dados sociais*, redundariam em “formulações gerais” ou “generalizações” legítimas (Pierson, 1962 [1945], p. 42). Isto porque tais fenômenos, embora relativos a contextos histórico-culturais do ponto de vista de seus conteúdos específicos (costumes, crenças, valores), seriam resultado de “forças sociais” em “interação”, isto é, de “processos naturais” a toda e qualquer sociedade histórica (Idem, pp. 76 - 77)⁶⁰. Deste modo, a Sociologia seria *ciência natural* e não *história*. Nas palavras de Pierson,

[...] *A história pode ser de imensa importância e não desejamos diminuir seu valor. Mas a maneira que sugerimos para abordar a vida social tem a possibilidade de construir um corpo de conhecimentos que é geral e universal, portanto científico. Para sermos mais exatos, há certas maneiras pelas quais os povos se podem aproximar e se estas diferentes formas de contacto não forem meros rótulos, mas representarem forças que exercem pressão sobre os indivíduos e determinam suas relações subseqüentes, então temos aqui os dados rudimentares de uma ciência natural*” (Pierson, 1941, pp. 08 – 09, grifo meu).

Ao modo do próprio Robert Park, em *Introduction to the Science of Sociology*, Pierson concebeu a história, nesse caso, como acúmulo de conhecimento a respeito de eventos singulares (cf. Pierson, 1962 [1945]; Park; Burgess, 1921). A “história comparada”, no entanto, ao tratar de “instituições, sua origem e desenvolvimento”, empregaria a comparação, a classificação e formularia “generalizações universais”, “sendo, portanto, um ramo da ciência e fundindo-se com a Sociologia científica” (Pierson, 1962 [1945], p. 48).

Um dos corolários da produção de tal conhecimento de alcance universal, porque referido a processos recorrentes, inerentes à natureza do social, seria o “anacronismo” de qualquer classificação da prática sociológica em termos de “nacionalidade” ou de “Escolas”. Ao indicar que a introdução do “método empírico” – fazendo com que os estudiosos verificassem suas ideias no “mundo das coisas” – bem

⁶⁰ Na esteira de Park e Burgess (1921), a noção de “interação” foi tomada por Pierson como basilar na definição mesma de uma abordagem científica ou objetiva dos fenômenos sociais. Guerreiro Ramos, ao servir-se amplamente da sociologia norte-americana nos anos 1940, também enfatizou a importância desta categoria, empregando-a em seus estudos sobre o comportamento infantil. Esta noção e seus usos por parte de Guerreiro serão discutidos no capítulo III.

como a elaboração de um arcabouço teórico-conceitual comum tenderiam a homogeneizar a prática da disciplina pelo globo, Pierson desenvolveu uma reflexão, ainda que breve, acerca das próprias condições sócio-históricas de possibilidade do “saber científico” em Sociologia:

[...] os sociólogos que não estão isolados pelas barreiras psíquicas ou lingüísticas, foram herdeiros de todos os diferentes sistemas de Filosofia Social. Estiveram, por muitos anos, em contato íntimo com todas estas influências, e, agora, tratam de fazer a inevitável síntese, adicionando, também, suas próprias descobertas. Por exemplo, na Universidade de Chicago, onde eu era “Fellow” em Sociologia, são dados cursos em que Simmel, Durkheim, Tönnies, Dilthey, Max Weber, Mannheim, Comte, Spencer, Tarde, e Bon, Levy-Bruhl, Simiand, Blonderl, Mailliet, Halbwachs, Maunier, Piaget, Bouglé, Mauss, Gini, Pareto e outros pensadores são estudados, cada um por sua vez, e cuidadosamente analisados, antes e durante o tempo em que os sociólogos em embrião começam a familiarizar-se com os filósofos sociais norte-americanos como Ward, Cooley, Giddings Dewey, Mead, e também com a enorme quantidade de dados de pesquisa obtidos durante os últimos anos pelos sociólogos norte-americanos como Thomas, Park, Burgess, Shaw, McKenzie. Finalmente, quando o isolamento desaparecer completamente em todos os países e for possível uma comunicação livre e desembaraçada entre todos os sociólogos do mundo, o desenvolvimento de um corpo comum de conhecimentos sociológicos será questão de tempo relativamente curto (Pierson, 1962 [1945], p. 95).

Por ocasião da organização, para publicação, de sua obra *Teoria e Pesquisa em Sociologia*, a cargo de Lourenço Filho⁶¹, prefaciador do livro, Pierson teceu, ainda a esse respeito, a seguinte consideração:

Não acha [...] o amigo que convém frisar que não sou simples sociólogo norte-americano? Desde minha chegada a seu grande país, tenho lamentado a tendência bem espalhada de considerar meu ponto de vista e informações apenas como norte-americanos, divorciados dos da França, Alemanha, Inglaterra, etc. (Pierson, 1944).

O sociólogo argumentou que, em sua formação na Universidade de Chicago, também estudara as consagradas tradições européias e que, por sua vez, pesquisadores como Robert Park e Herbert Blumer haviam passado por centros acadêmicos na Europa, travando contato com seus pesquisadores. Pierson se esforçou por demonstrar que o amadurecimento científico da Sociologia nos Estados Unidos havia se dado por uma combinação de elementos sociais e cognitivos reprodutível em qualquer outra

⁶¹ Lourenço Filho foi um dos intelectuais envolvidos com o movimento de renovação do ensino e criação de universidades no país, tendo sido membro da Associação Brasileira de Educação. Dentre suas atividades na área, é possível citar sua experiência como diretor da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal (Barbosa, 1996). Foi também o responsável pela Coleção “Biblioteca de Educação”, editada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. Na ocasião, Lourenço Filho sugeriu a Pierson a organização de um livro introdutório à Sociologia a partir dos artigos que vinha publicando desde o final dos anos 1930. *Teoria e Pesquisa*, vindo à lume pela primeira vez em 1945, teve dezoito edições, a última datando de 1981 (Pierson, s./d.)

parte do mundo. Na raiz daquele amadurecimento estaria certo cosmopolitismo intelectual. A ciência que procurava estabelecer no Brasil, por essa razão, não seria simples desdobramento de uma escola norte-americana, mas fruto de um empreendimento coletivo, por assim dizer, de escopo internacional, a partir do qual os sociólogos então se encarregavam de “fazer a inevitável síntese” das reflexões sociais.

Note-se que a elaboração do esquema de percepção e organização da realidade empírica proposto por Pierson remonta, no entanto, às próprias experiências sociais e intelectuais dos sociólogos nos Estados Unidos – notadamente aos estudos desenvolvidos sob a orientação de Robert Park e Ernest Burgess em Chicago nas primeiras décadas do século XX. Ainda que tais pesquisadores tenham se apropriado de ideias de sociólogos e pensadores europeus, Pierson não levou em consideração o caráter seletivo deste processo ou, segundo Vila Nova (1998, p. 98), não concebeu a importação de conceitos e teorias à luz dos contextos intelectual e social norte-americanos (Vila Nova, 1998, p. 98).

A universalidade e objetividade do saber sociológico demandariam tratamento isento ou imparcial do material empírico. Segundo o professor da ELSP, a peculiaridade da natureza dos dados sociais – denominados “internos” por envolverem “atitudes, “sentimentos”, “pontos de vista”, “filosofia de vida”, “concepção de si mesmo” – não seria obstáculo à objetividade das ciências sociais (Pierson, 1962 [1945], p. 41). O conhecimento acerca da “vida *interior* das pessoas estudadas” (Idem, grifo do autor) seria possível na medida em que o pesquisador, por viver ele mesmo em sociedade, estaria acostumado a “interpretar as atitudes (isto é, as tendências a agir) das outras pessoas em cuja companhia [vivem]; [estando] continuamente procurando ‘penetrar’ o sentido dos seus gestos em relação a [ele]” (Idem, p. 38). Ou ainda,

Sendo o conhecimento interno essencial para a nossa disciplina, e tendo assim, o pesquisador social, que “penetrar” dentro do fenômeno estudado, estamos com sorte. Pela nossa própria natureza de seres humanos somos capazes de “penetrar” a vida íntima do social, de um modo defeso ao geólogo, relativamente à pedra, ao astrônomo relativamente à estrela, e ao biólogo quanto ao vaga-lume./ Desde a infância, reagimos ao comportamento expressivo dos outros. Anotamos as nossas experiências e atribuímos às outras pessoas, nas mesmas circunstâncias, as nossas próprias atitudes e sentimentos (sentiments). Se vemos outros indivíduos agindo como já temos agido e defrontando situações semelhantes às que nós mesmos já defrontamos, atribuímos-lhes atitudes e sentimentos semelhantes. Em outras palavras, “penetramos” a experiência do outro, assumimos o seu papel, ou papéis, a sua parte na vida, o seu “status”. Vemos o mundo do seu ponto de vista, tomamos com relação a este as mesmas atitudes que ele tomaria, “definindo a situação” como ele a definiria (Idem, pp. 37 – 38).

Ressalte-se, contudo, que, para Pierson, a “garantia de que, em dado caso, o observador desc[ubra] *exatamente* a experiência que o observado estava tendo” ou que “experimente as *mesmas* atitudes e sentimentos e tenha os mesmos pontos de vista; atitudes, sentimentos [...] reais e não aparentes” de seu objeto (Idem, p. 38) residiria no aperfeiçoamento metodológico a ser alcançado no futuro⁶². Neste sentido, Pierson defendeu o desenvolvimento de técnicas e métodos de investigação próprios às Ciências Sociais, isto é, *para além* do tratamento quantitativo que as Ciências Físicas dispensavam a seus objetos. Não que a Sociologia devesse abrir mão da estatística, mas as “fórmulas matemáticas omit[iam] os *aspectos humanos* dos nossos dados” (Idem, p. 64).

É curioso notar o otimismo de Pierson acerca da possibilidade futura de acesso aos estados e experiências subjetivos dos atores sociais, de modo tão unívoco e transparente. Tratava-se de aposta na consolidação de uma “Sociologia Científica”, que não podia se descuidar, ao mesmo tempo, de legitimá-la frente ao público brasileiro, composto, em sua maioria, de universitários, intelectuais, técnicos do Estado e dirigentes políticos.

Os tipos de investigação valorizados pelo sociólogo remetem às práticas sociológicas de Chicago: a importância de “ir a campo”, de entrevistar indivíduos concretos, de colher “em primeira mão” suas experiências e formas de percepção acerca do mundo social e de si mesmos. A relação dos procedimentos de pesquisa que apresentou em seus cursos⁶³ é mais um indício da diversidade metodológica do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago nos anos de formação do norte-americano (Bulmer, 1984; Chapoulie, 2001). Segundo Cavalcanti (1999, p. 192), a crítica de Pierson ao “pronunciamento de teorias sem o apoio empírico adequado” explicaria sua insistência sobre a imersão do pesquisador em situações de campo, como forma de promover o “contato mais direto possível com a realidade”. Essa modalidade de prática etnográfica tornaria inteligível a existência, na pós-graduação da ELSP, de um entrecruzamento de abordagens sociológicas e antropológicas, algo como uma “incorporação germinativa” (Idem, p. 185)⁶⁴.

⁶² Ao investir na possibilidade de representação fiel da experiência subjetiva dos atores, Pierson parece ter se afastado de concepções pragmatistas acerca da verdade científica, segundo as quais a “leitura objetiva dos pensamentos dos atores da situação significaria suas ações e as consequências delas” (Wegner, 1993, p. 104).

⁶³ Englobavam métodos (“estatístico”; “estudo de caso”; “observação participante”; “comparativo”; “experimental”; “histórico”), técnicas (“entrevista”; “formulário”; “questionário”; “história de vida”) e considerações práticas como a “arte de anotação sistemática e do registro das anotações” (Pierson, 1962 [1945], p. 95).

⁶⁴ Para a autora, neste caso, concebiam-se de tal modo próximas aquelas disciplinas que qualquer tentativa de distinção entre ambas implicaria um anacronismo (Cavalcanti, 1999, p. 191). Como

Outro elemento na exposição de Pierson acerca da cientificidade da disciplina, que assume particular importância para o presente estudo, refere-se à questão da aplicabilidade. Segundo o professor da ELSP, o “objetivo final de toda ciência” consistiria no estabelecimento do “controle, até onde isto é possível, sobre os fenômenos naturais em apreço” (Pierson, 1962 [1945], p. 48). Tendo como referência a experiência norte-americana, Pierson afirmava que o impulso inicial recebido pelas disciplinas provinha do agravamento do quadro de problemas sociais no mundo contemporâneo, tais como: “urbanização, desintegração pessoal, crime, delinquência juvenil, desorganização da família, alcoolismo, suicídio, guerra [...]” (Idem, p. 21). Pierson postergou, no entanto, a possibilidade de solução adequada desses problemas por meio da Sociologia, em função de seu desenvolvimento disciplinar incipiente no quadro geral das ciências. Apenas quando este fosse “comparável ao da atual física”, seria possível a manipulação eficaz das “coisas e processos de sua esfera, de maneira igual à que já tem produzido o aeroplano, o radar, a televisão e a energia atômica, no campo da física” (Idem, p. 46). Nas palavras de Pierson:

É pena, pois, que os sociólogos e outros cientistas sociais estejam atualmente sob a pressão de alguns governos aliás bem intencionados, para resolverem, desde já, seus problemas práticos. [...] devemos [...] admitir francamente que ainda não estamos em condições de dar, de maneira certa, todos os conselhos que se desejam (Idem, p. 45).

Neste sentido, ao “trabalhador social” – e não ao sociólogo – caberia o esforço de atenuação dos problemas sociais (Idem, p. 28). A relação entre ambos os profissionais seria análoga àquela entre “médico praticante” e “técnico de laboratório”: o primeiro buscaria agir de modo terapêutico em função da urgência do problema, mesmo desconhecendo as “verdadeiras” forças conformadoras da situação; o segundo se dedicaria precisamente à investigação daquelas forças, estando “em situação mais favorável para construir um acervo de conhecimentos verificados e universais sobre a natureza da natureza humana e a atuação dos processos sociais” (Idem, p. 29). Pierson, mais uma vez, agia diplomaticamente na delimitação das fronteiras, afirmando que “cada uma destas disciplinas [era] legítima e útil para seus fins” (Idem, p. 30).

Donald Pierson se empenhou na tarefa de fazer da Sociologia algo além daquilo que enxergava como a “polêmica em torno de escolas”, cada qual com seus mestres fundadores e filosofias controversas. A pesquisa, ao pôr o cientista em contato com

apontado anteriormente, a formação de Pierson em Chicago certamente favorecia essa proximidade disciplinar.

coisas, com a realidade social, deslocando a prática sociológica do simples confronto entre *ideias*, seria capaz de gerar conhecimento, isto é, ideias em torno das quais seria possível obter relativo consenso. A empiria seria a instância última de apelação para o sociólogo disposto a validar uma teoria qualquer. Isto fica claro no debate em que se envolveu com o sociólogo Florestan Fernandes a respeito do conceito de “classe social” ao final dos anos 1940, já referido por Vila Nova (1998, pp. 133 – 136). Pierson afirmava que a única forma de tornar claro tal conceito seria “estudar a vida social e a cultura de sociedades específicas: de bairros, vilas e cidades; aprofundar o comportamento de uma dada população num dado tempo e lugar” (Pierson, 1948, p. 73). Esta experiência, por sua vez, deveria ser repetida “em outro local, senão em outra época; e continuar [...] indefinidamente no futuro, ‘aguçando’ cada vez mais o conceito e ao mesmo tempo descobrindo mais e mais sobre o mundo real” (Idem). Em Sociologia, deveria ser evitado, portanto, o trabalho de “lógicos” e “filósofos sociais” que acreditariam poder esclarecer o significado dos conceitos por meio de “verbalização, semântica e outras atividades lógicas”, ou ainda, por meio da “exteriorização de opiniões pessoais, de sumarização e crítica das opiniões de outras pessoas [...]” (Idem, pp. 72 – 73).

Ainda que o esforço de Donald Pierson no Brasil na década de 1940 tenha se concentrado na formação do “sociólogo profissional” e na transmissão de certos valores e procedimentos norteadores da prática científica, sua atividade de pesquisa foi estimada pela contribuição ao conhecimento de aspectos da vida social brasileira. Com efeito, os primeiros trabalhos de campo de Pierson na década de 1940 trataram de investigar os tipos de habitação e os hábitos alimentares existentes na cidade de São Paulo (Pierson, 1942). Por ocasião da publicação de resultados de sua pesquisa, Pierson se apressou em indicar seu propósito didático em “dar a vários [...] alunos treinamento prático nos métodos e técnicas das ciências sociais, especialmente de organizar formulários e questionários e de entrevistar”, esclarecendo ainda que seu estudo seria “mais uma iniciativa censitária que sociológica” (Idem, p. 199). Isto porque “sua contribuição [era] evidentemente a do recenseamento, isto é, fornecer certos ‘dados básicos’ que talvez sejam de valor para especialistas das várias ciências, tanto teóricas quanto aplicadas” (Idem). Nesse último caso, Pierson tinha em mente o técnico envolvido em serviços sociais ou o administrador interessado em promover a melhoria das habitações (Idem).

A pesquisa de Pierson também havia resultado igualmente em “relatório parcial

apresentado em setembro de 1941 na reunião anual do Instituto de Organização Racional do Trabalho em São Paulo” (Idem), observação que permite entrever o valor prático que as elites paulistas atribuíram às atividades do sociólogo. Dentre os grupos responsáveis pela fundação da ELSP, encontravam-se predominantemente engenheiros e médicos ligados ao Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), como Jorge Street, Armando de Salles Oliveira, A.C. Pacheco e Silva, Raul Briquet, André Dreyfuss e Roberto Simonsen. Foi durante o governo Armando de Salles Oliveira, interventor em São Paulo empenhado na racionalização da administração pública, que o IDORT foi elevado à condição de órgão de utilidade pública (Limongi, 2001, pp. 261 – 262)⁶⁵. Pierson tentava, desse modo, fazer convergir as demandas das elites paulistas e seus próprios interesses na formação de pesquisadores e na consolidação da prática de pesquisa.

A tarefa que Pierson impôs a si mesmo de tornar científica a Sociologia no Brasil é perceptível nas aulas que realizou fora de São Paulo. Dentre eles, destaca-se o Curso de Sociologia, em onze conferências, no Rio de Janeiro sob o patrocínio do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), instituição criada pelo Estado Novo que objetivava reformar o aparelho estatal por meio de um saber racional e científico (Maio, 1997). Dividido em duas partes, uma dedicada à “teoria” e outra à “pesquisa”, o curso contemplou, dentre outros, os seguintes temas: “As ciências sociais no mundo de hoje”; “O estudo da Sociedade”; “Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais”; “as inter-relações da teoria e pesquisa”; “Desenvolvimento de uma atitude científica”; “O crescimento da cidade grande”; “O questionário e a entrevista”⁶⁶. A discussão acerca das bases científicas para a prática sociológica conformou a tônica das aulas. Nota-se, ademais, a importância conferida pelo sociólogo, na esteira da Sociologia de Robert Park, à cidade enquanto objeto privilegiado de investigação empírica e bem circunscrita no espaço.

Em setembro de 1943, Pierson também proferiu conferências em Belo Horizonte organizadas pela União Estadual dos Estudantes na Universidade Federal de Minas Gerais. Alguns dos assuntos se repetiam, o que demonstra seu empenho em

⁶⁵ Fundado em 1931 por segmentos da elite econômica paulista ligados à indústria, o IDORT manteve como ideal, nas palavras de Weinstein, o estabelecimento, mediante a aplicação de métodos científicos, de uma “sociedade produtiva, funcionando de forma harmônica, na qual a autoridade seria exercida por técnicos, e o aumento da riqueza propiciaria a todos os brasileiros um padrão de vida mais alto” (1999, p. 90).

⁶⁶ Cf. Arq. Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson, pasta 02. “Conferências fora de São Paulo”. Ver também Anexo 2.

divulgar a “Ciência da Sociologia”: “Sociologia: o que é e o que não é”; “Interrelações de Teoria e Pesquisa em Sociologia”, etc. (Pierson, 1943b). Durante o curso, Pierson escreveu ao secretário de relações culturais da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, Joseph Piazza, que havia lhe estimulado a viajar a Minas Gerais: “Tenho estado bem satisfeito com o interesse genuíno aqui nas ciências sociais, especialmente entre os moços e as moças. A velha superficialidade e o lero lero nesses assuntos parecem estar gradativamente dando lugar a preocupações mais fundamentais” (Pierson, 1943c)⁶⁷. Tratava-se, portanto, de promover a Sociologia como atividade profissional, envolvida seriamente com o estudo da realidade social, na base do qual residia o trabalho de pesquisa e não pura elucubração ou jogo de palavras.

Como será visto a seguir, estas novas formas sob as quais a prática sociológica se apresentava despertou o interesse de cientistas sociais no Rio de Janeiro. Este foi o caso de Alberto Guerreiro Ramos. À época, Guerreiro Ramos concluía o bacharelado no curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), tendo se formado em fins de 1942. Pierson estava disposto a tornar a Sociologia “verdadeiramente científica” e prescrevia, para tanto, orientações específicas quanto à sua prática. No intuito de circunstanciar o contato de Guerreiro Ramos com as lições do professor da ELSP, ocorrido por meio das conferências que este último realizou no Rio de Janeiro sob o patrocínio do DASP, serão indicados a seguir alguns elementos de sua formação na FNFi. Nesse caso, também será indicado como outros cientistas sociais que passaram pelos cursos dessa instituição avaliaram o significado da “Sociologia Científica” promovida por Pierson. A partir deste quadro, será possível analisar o modo como Guerreiro Ramos, valendo-se de instrumental teórico e metodológico norte-americano, concebeu o escopo da disciplina no período em que esteve a frente da cadeira de *Problemas Sociais e Econômicos* do DNCr.

2.3. Ciências Sociais no Rio de Janeiro

A primeira experiência universitária das Ciências Sociais no Rio de Janeiro vinculou-se à criação, em 1935, da Universidade do Distrito Federal (UDF)⁶⁸. O

⁶⁷ No original: “I have been quite pleased at the rather genuine interest here in the social sciences, especially among the young men and women. The old superficiality and lero lero in these matters seems gradually to be giving way to more fundamental concerns”.

⁶⁸ Além da UDF e da FNFi da Universidade do Brasil, outras instituições no Rio de Janeiro que abrigaram modalidades de conhecimento sociológico neste período foram o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), pela iniciativa privada de setores da intelectualidade católica, e o Instituto

projeto da UDF, bem como o da ELSP (1933) e da USP (1934), contrapunham-se ao modelo até então vigente de ensino superior do país, dirigido à formação dita “bacharelesca” das elites e restrito às tradicionais Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina. Fruto da Administração Pedro Ernesto na cidade do Rio de Janeiro, que manteve o intelectual e educador Anísio Teixeira à frente da Secretaria de Educação, a universidade visava à modernização da cultura a partir da formação técnico-científica de quadros de professores de nível secundário, o ensino e a produção de saber nas bases da autonomia didática e administrativa e a abertura de novas áreas de conhecimento e profissionalização. Investia-se na formação de novos tipos intelectuais, envolvidos em pesquisa científica (Barbosa, 1996)⁶⁹.

Ainda que sua experiência, de curta duração (1935 – 1939), tenha sido marcada por instabilidade e acirramento no cenário político e pela crescente centralização do Governo Vargas⁷⁰, que culminou com a instauração do Estado Novo em 1937, a UDF foi palco de iniciativas “autonomamente desenvolvidas por professores e alunos” (Idem, p. 60), fomentando a articulação entre ensino e pesquisa, como, por exemplo, o Clube de Sociologia, a revista UDF e o Centro de Estudos Eugène Albertini, este último reunindo interessados em promover pesquisas e estudos geográficos. Analisando a participação de professores franceses na estruturação dos cursos de História e Geografia, Marieta de Moraes Ferreira observou que historiadores como Henri Hauser trouxeram “bibliografia atualizada, métodos e técnicas de pesquisa [e] propuseram sugestões para o formato dos cursos”, enquanto geógrafos como Pierre Defontaines “viajaram para o interior do país, realizando pesquisas, formando gerações de novos alunos, [...] e elegendo o Brasil como tema central de suas obras” (1999, pp. 295 – 296).

No caso das Ciências Sociais, a preocupação com a produção de conhecimento ficou evidenciado nos cursos de Sociologia, a cargo de Gilberto Freyre, que então havia alcançado projeção nacional com a publicação de *Casa Grande e Senzala*. As

Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), resultantes da ação do Estado no sentido de promover sua modernização e garantir a formulação de políticas em bases científicas (Almeida, 2001, pp. 232 - 235).

⁶⁹ Barbosa (1996) situa o projeto da UDF no contexto intelectual e político dos anos 1920 e 1930, vinculando-o à mobilização de intelectuais em torno da renovação do ensino que culminou, em 1932, com o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, do qual foi signatário Anísio Teixeira. A autora analisa ainda a articulação da universidade às circunstâncias da cidade do Rio de Janeiro, sua estruturação administrativa, a composição dos cursos e currículos e o perfil social de professores e alunos.

⁷⁰ Já em 1935, Anísio Teixeira viu-se forçado a deixar a reitoria após ter o nome associado à Revolta Comunista (Barbosa, 1996; Conniff, 2006).

cadeiras de Sociologia Aplicada, Antropologia Cultural e Pesquisa Social estiveram voltadas à promoção de inquéritos sociais e pesquisas antropológicas (Idem, pp. 70/75). Note-se, a esse respeito, que a importância do conhecimento antropológico residiria no afastamento do que havia de “filosofia social, de ética e de generalizações estereis no pensamento sociológico”, vinculando-o aos problemas concretos da sociedade (Idem, p. 76). Segundo Meucci, Freyre se esforçou em marcar as fronteiras do campo sociológico a partir da pesquisa empírica, algo que se refletia no próprio ensino: “as virtudes oratórias do professor deveriam ser substituídas pela capacidade de despertar o interesse pela investigação da vida social” (2006, p. 140)⁷¹.

Em 1939, a UDF foi fechada sob a alegação do Ministério da Educação e Saúde de que “cabia à União definir os padrões do ensino superior em todo o país, não sendo possível a convivência com iniciativas que não se submetessem ao modelo” (Oliveira, 1995a, p. 246). Nesse caso, a organização da universidade seria inconstitucional por “faltar competência ao prefeito” e pela ausência de alguns institutos previstos pela Lei Federal para este tipo de instituição (Idem). Seu projeto original, associado a Anísio Teixeira, desde o início havia sido alvo de ataque por parte de setores da Igreja Católica e do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, que envidaram esforços para encerrar suas atividades (Oliveira, 1995a, pp. 244 – 247; Almeida, 2001, pp. 233 – 235)⁷².

A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil foi construída naquele mesmo ano a partir da articulação entre o ministro Capanema e Alceu Amoroso Lima, figura expressiva da intelectualidade católica (Oliveira, 1995a). A nova faculdade incorporou uma parcela dos quadros da UDF, transferindo alunos que ainda não haviam se formado. Os documentos ligados à estruturação da FNFfi, que deveria servir de padrão às demais Faculdades de Filosofia do país, destacavam seu papel na formação de uma elite intelectual capaz de “aumentar e aprofundar a cultura

⁷¹ Meucci (2006) explora os aspectos conceituais e metodológicos que, segundo o professor da UDF, garantiriam a cientificidade da Sociologia. Freyre havia estudado Ciências Sociais em Columbia, tendo como professor Franz Boas e familiarizando-se com a sociologia produzida à época nos EUA. Nesse sentido, dentre as referências mais frequentes em seus programas de aula esteve o compêndio de Park e Burgess, *Introduction to the Science of Sociology* (Idem, p. 130). Em 1937, no curso de “pesquisas e inquéritos sociais”, Freyre buscou conferir concretude às suas perspectivas sobre o fazer sociológico, tendo orientado vasta pesquisa de campo na Mangueira a fim de estudar o fenômeno do morro carioca (Idem, pp. 156 – 157).

⁷² Segundo Conniff, as “políticas progressistas de [Anísio] Teixeira defrontaram-se com a oposição dos líderes católicos e da direita política do Rio, os quais, com o consentimento de Vargas, montaram uma campanha contra o Departamento de Educação. Vargas [...] começou em 1935 a eliminar sistematicamente competidores políticos à esquerda, com os quais [Anísio] Teixeira era associado” (2006, p. 163).

nacional no terreno filosófico, científico e literário” bem como no provimento de quadros para o ensino secundário (Fávero, 1989, pp. 29 – 30).

Para alguns dos cursos da nova Faculdade foram requisitados professores estrangeiros, notadamente italianos e franceses, estes últimos se concentrando nas Humanidades. Por intermédio de George Dumas, o ministro Capanema tratou diretamente da vinda da missão francesa, composta por professores pertencentes à corrente de pensamento católica (Oliveira, 1995a; Almeida, 2001)⁷³: René Poirier, para História da Filosofia; André Ombredane, para Psicologia; André Gilbert, para Geografia Humana; Charles Bon, para História da Antiguidade e da Idade Média; Victor Tapié, para História Moderna; Maurice Byé, para Economia Política; André Gros, para Política, e Jacques Lambert, para Sociologia.⁷⁴

Guerreiro Ramos integrou a primeira turma de bacharéis no curso de Ciências Sociais, formada em 1942. O curso, de 1939 a 1946, apresentou a seguinte estrutura curricular: Complementos de Matemática, Sociologia, Economia Política e História da Filosofia, que deveriam ser cursadas na primeira série; Estatística Geral, Sociologia, Economia Política e Ética, que deveriam ser cursadas na segunda série; Sociologia, História das Doutrinas Econômicas, Política, Antropologia e Etnografia e Estatística Aplicada, reservadas à terceira série do curso⁷⁵. Depreende-se desta relação a ênfase conferida à formação em Economia Política e em Sociologia, disciplinas presentes em todas as séries. A Matemática e a Estatística, que também assumem relevo, sugerem que dos futuros cientistas sociais esperava-se certo domínio sobre metodologia de tipo quantitativo.

Por meio de diários de classe, é possível saber, em linhas gerais, o que lecionavam os professores franceses que atuaram no curso de Ciências Sociais⁷⁶.

⁷³ Segundo Oliveira, George Dumas foi “figura central dos contatos entre brasileiros e franceses por ocasião da montagem das faculdades de Filosofia, tanto da Universidade de São Paulo quanto da Universidade do Brasil”, tendo participado ativamente do grupo de Universidades e Grandes Escolas da França para o desenvolvimento das relações com a América Latina (1995a, p. 251). Análise da contratação de professores e estruturação dos cursos, enfocando a correspondência entre Gustavo Capanema e Alceu Amoroso Lima, encontra-se em Fávero (1989b), Oliveira (1995a) e Almeida (2001).

⁷⁴ Uma relação dos professores estrangeiros contratados neste período encontra-se em Fávero (1989a).

⁷⁵ Nesse período, os cursos tinham a duração de três anos, ao fim dos quais o aluno tinha a opção de ingressar no curso especial de Didática, com duração de um ano, a fim de obter o diploma de Licenciado, que servia ao magistério no ensino secundário ou normal (Fávero, 1989).

⁷⁶ Dentre os professores brasileiros que atuaram no curso de Ciências Sociais no período, destacam-se Arthur Ramos, na cadeira de Antropologia e Etnologia, assistido por Marina de Vasconcellos; Jorge Kingstone, na cadeira de Estatística; José Rocha Lagoa, na cadeira de Complementos de Matemática, Djacir Menezes, nomeado em 1943 para a cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, e Victor Nunes Leal, que substituiu André Gros na cadeira de Política em 1943 (Fávero, 1989, pp. 37 – 46). Os diários de classe desses professores no período em foco não foram, no entanto,

Assim, entre agosto e novembro de 1939, nas aulas de Política, após discorrer sobre “*Idées principales sur la Politique*” [Ideias principais sobre a Política] e “*Philosophies du XVIII^e s.*” [Filosofias do século XVIII], André Gros comentava questões inscritas na ordem do dia, tais como: “*Régimes totalitaires*” [Regimes totalitários]; “*Organisation du parti national-socialiste*” [Organização do partido nacional-socialista]; “*Fondements sociologiques du fascisme*” [Fundamentos sociológicos do fascismo]; “*Notions générales de l’État soviétique*” [Noções gerais do Estado soviético]; “*La mystique soviétique et ses famés*” [A mística soviética e sua reputação]. Expunha, ao final, a respeito do Estado Novo, sua “*Doctrine Nouvelle*” [Nova Doutrina] e a “*Construction du regime*” [Construção do regime]. Ao que tudo indica, Gros privilegiou os aspectos jurídicos e institucionais na análise daquelas formações políticas. Suas preleções eram seguidas de seminários e pesquisa bibliográfica (Gros, 1939). Nos cursos de 1940, Maurice Byé, professor de “Economia Política e História das Doutrinas Econômicas”, versava, dentre outros assuntos, sobre “Teoria da Paridade dos Poderes de Aquisição”; “Teoria da Transferência” e “Controle de Cambio” (Byé, 1940). Durante o ano de 1941, suas lições envolveram “teoria do valor e dos preços”; “teoria da moeda e do crédito” e “evolução dos regimes econômicos” (Byé, 1941). Nas aulas de 1942, abordou as seguintes questões: “*As origens do capitalismo moderno – século XVI*”; “*Système colonial à l’époque mercantiliste*” [Sistema colonial no período mercantilista] e “*Fondements du libéralisme économique*” [Fundamentos do liberalismo econômico] (Byé, 1942)⁷⁷.

Note-se que Maurice Byé ainda realizou excursões com os alunos. Em 1940, em relatório dirigido ao reitor San Tiago Dantas, o professor afirmou ter empreendido visitas naquele mesmo ano a estabelecimentos de interesse para a disciplina, como a Cidade Light, o Banco do Brasil e a Bolsa de Valores. Ao final das visitas, os alunos produziram relatórios com suas impressões (Byé, 1941). Em 1941, Byé organizou seminários de Economia Aplicada ao Brasil, nos quais os alunos debateram “a política do algodão, do café, do açúcar, da metalurgia, dos transportes, [...] o equilíbrio da balança de contas do Brasil [...]”. O professor escreveu novamente ao reitor afirmando que muitos dos trabalhos apresentados na ocasião tiveram um “valor real e apresentavam documentos originais” (Byé, s./d.). Nesse mesmo ano, e por quinze dias, visitaram empresas ou serviços de “interesse econômico”: A Imprensa Nacional, o

localizados no Arquivo FNFi sob guarda do PROEDES/UFRJ.

⁷⁷ As transcrições acompanham as variações de língua dos próprios autores no registro das aulas.

Moinho Inglês, o Instituto de Estatística, o Banco do Brasil, a Bolsa de valores, a Exposição de Habitação Operária.

Nas aulas de Jacques Lambert, professor de Sociologia, destacaram-se a análise demográfica, envolvendo índices de natalidade, mortalidade, densidade populacional e migrações, bem como questões relativas à família: “*organisation*” [organização]; “*fonction*” [função]; “*désagrégation familiale*” [desagregação familiar]; “*solidarité familiale*” [solidariedade familiar]; “*restriction à la liberté matrimoniale provenant de la famille*” [restrição à liberdade matrimonial proveniente da família]; “*restriction à la liberté matrimoniale provenant de l'état*” [restrição à liberdade matrimonial proveniente do Estado]. No decorrer do ano letivo, Lambert abordou ainda assuntos como: “*Formation des sociétés politiques*” [Formação das sociedades políticas]; “*L'état et la nation*” [O Estado e a nação]; “*Les formes de gouvernements*” [As formas de governo]; “*Corporations médiévales*” [Corporações medievais]; “*Corporations des temps modernes*” [Corporações dos tempos modernos]; “*Libéralisme et la grande industrie anglaise*” [Liberalismo e a grande indústria inglesa]; “*Libéralisme et individualisme*” [Liberalismo e individualismo]; “*Suppression des corporations et des règlements professionnels*” [Supressão das corporações e dos regimentos profissionais]; “*Naissance de la grande industrie*” [Nascimento da grande indústria] e “*Groupes professionnelles*” [Grupos profissionais] (Lambert, 1942).

Jacques Lambert se formou na Faculdade de Direito de Lyon, onde veio a lecionar. À época que concluiu seus estudos, não havia um diploma específico de Sociologia ou de Ciências Sociais, de modo que essas disciplinas se alojavam nos cursos de Filosofia e Direito (Pereira de Queiroz, 1989, pp. 4 – 5). Também havia estudado nos Estados Unidos e produzido obra sobre a história da constituição americana. Sua experiência docente no Brasil começou em 1937, quando lecionou demografia e sociologia política na Universidade do Rio Grande do Sul (Maio, 1997). Segundo Pereira de Queiroz, o “duplo interesse” pelas ciências jurídicas e sociais marcaram os trabalhos de Lambert, que “versaram em geral sobre história do direito, sociologia política e demografia” (Pereira de Queiroz, 1989), ainda que conferissem, no plano analítico, proeminência e autonomia à explicação sociológica (Idem, p. 6)⁷⁸.

⁷⁸ Para a autora, o problema central de Lambert girou em torno do “conhecimento das instituições, como habitualmente fazem os pesquisadores que são marcados pela formação em ciências sociais jurídicas, atraídos sempre pelos conjuntos estruturados de elementos sócio-culturais que consideram assegurar um mínimo de estabilidade para que sejam mantidos os grupos sociais” (Queiroz, 1989, p. 10). Na FNFfi, publicou trabalhos sobre problemas demográficos em parceria com Luiz de Aguiar Costa Pinto, que se

Em suas aulas introdutórias, Lambert buscou definir o escopo da disciplina. Após se colocar a questão “*Qu’est ce que la Sociologie*” [O que é a Sociologia], tratou dos “*Faits sociaux*” [Fatos sociais] (Lambert, 1942), o que sugere uma afinidade com as perspectivas de Durkheim. Nesse contexto, explorou ainda as relações entre Sociologia e outros campos: “*Sociologie et ethnographie*” [Sociologia e etnografia]; “*Sociologia et histoire*” [Sociologia e história]; “*Sociologie et histoire du droit*” [Sociologia e história do direito]; “*Sociologie et méthode historique*” [Sociologia e método histórico]; “*Différents disciplines culturels et leurs relations*” [Diferentes disciplinas culturais e suas relações] (Lambert, 1942). Para a terceira série da turma de 1943, Lambert iniciou o curso de Sociologia pondo em relevo o pensamento de Simmel, Spencer, Comte, Ward e Spengler. Em seu diário de classe consta inclusive que Guerreiro Ramos ficou responsável por uma palestra sobre Spengler, e Costa Pinto, por outra sobre Ward (Lambert, 1942). Oswald Spengler, historiador e filósofo alemão, havia se destacado por sua obra “O Declínio do Ocidente”. Lester Ward, por seu turno, figurava como um dos fundadores da Sociologia norte-americana, sendo que as gerações de Park e Burgess em Chicago tenderam a enxergar seu trabalho como demasiado especulativo ou filosófico (Faris, 1970, pp. 4 – 5).

Note-se que Pierson, decidido a afastar a disciplina das “controvérsias filosóficas”, reprovava qualquer forma de ensino que privilegiasse o pensamento de autores específicos em detrimento das questões e dos temas. Lambert, contudo, não permaneceu alheio a considerações metodológicas ou à importância que a pesquisa então assumia em Sociologia. Ao final daquele mesmo ano, estruturou suas lições sobre “Método sociológico” em torno dos seguintes tópicos: “Os inquéritos de Le Play”; “*Surveys – London – Cleveland*”; “A sociologia experimental”; “Método histórico-comparativo” e “História e experiência” (Lambert, 1942).

Se houve expectativas quanto à formação em pesquisa por parte dos professores da FNFi, estas receberam acolhida institucional explícita a partir de 1946, quando a reformulação dos currículos trouxe consigo novas disciplinas como “Metodologia e Pesquisas Antropológicas”; “Metodologia e Pesquisas Sociológicas”; “Metodologia e Pesquisas Econômicas”, a serem ministradas no quarto ano do curso (Fávero, 1989b, p. 70). Ainda no plano institucional, destacou-se a iniciativa de Arthur Ramos,

tornara, em 1942, seu assistente. Ainda buscou “efetuar um diagnóstico sobre a sociedade brasileira naquele momento”, o que resultou na publicação de *Le Brésil: structures sociales et institutions politiques* (1953), vertido para o português sob o título *Os dois Brasis* (Idem, p. 9).

responsável pela cadeira de Antropologia e Etnografia, na criação da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE), por meio da qual se buscava uma articulação mais sistemática entre ensino e pesquisa. A entidade produziu conferências, palestras e algumas publicações, mas não se manteve para além da morte de seu idealizador e principal organizador em 1949 (Maio, 1997).⁷⁹

Ainda que a literatura acentue as circunstâncias adversas que presidiram a estruturação da FNF i e dificultaram o processo de “rotinização acadêmica”, associadas à atmosfera de autoritarismo e centralização político-administrativa da primeira metade dos anos 1940, a atividade intelectual gestada na instituição permanece como questão merecedora de análises mais aprofundadas. O depoimento de Raul Jobim Bittencourt, professor catedrático de História e Filosofia da Educação, por ocasião das comemorações pelo décimo aniversário da instituição, colocou em evidência alguns de seus frutos: “os trabalhos de antropologia brasileira, do professor Artur Ramos; os estudos sobre geografia humana e sobre o problema da alimentação, do professor Josué de Castro [...]; o ‘Curso de Econômica Política’ do professor Djacir Menezes, as pesquisas históricas que realizou o professor Helio Viana sobre a imprensa no Brasil; os trabalhos de campo do professor Hilgard Sternberg [...]” (Bittencourt, 1949).

No campo das Ciências Sociais, apontaram-se ainda os seguintes autores e trabalhos: Mário Lins: *Espaço, tempo e relações sociais* (1940), *Introdução à espaçologia social* (1940), *A transformação da lógica conceitual da Sociologia* (1947), *The Future of Sociology as Science*; A. Carneiro Leão: *Fundamentos da Sociologia* (1940), *Sociologia rural* (1941); L. A. Costa Pinto: *As lutas de família no Brasil* (1947), *Problèmes démographiques contemporains* (com Jacques Lambert, 1944); Manuel Diégues Jr.: *O bangüê nas Alagoas*” (Almeida, 2001, p. 237). São indícios importantes da riqueza das iniciativas da instituição e da necessidade de se explorar com mais atenção os trabalhos empreendidos por seus cientistas sociais.

Sociólogos atuantes no Rio de Janeiro não permaneceram alheios à discussão envolvendo a natureza do conhecimento sociológico ou, mais precisamente, à questão dos critérios que garantiriam sua cientificidade. A correspondência que Donald Pierson manteve com sociólogos como Luiz de Aguiar Costa Pinto e José Arthur Rios é

⁷⁹ Arthur Ramos também desempenhou importante papel nas negociações que redundaram na realização do Projeto UNESCO de relações raciais no Brasil. A partir da SBAE havia lançado, no início dos anos 1940, dois manifestos contra o racismo na Europa. Ver Maio (1997).

reveladora nesse sentido.⁸⁰ Ambos haviam cursado Ciências Sociais na FNFi no início dos anos 1940. Ao final do curso, em 1942, Costa Pinto tornou-se assistente de Jacques Lambert na cadeira de Sociologia. José Arthur Rios, por sua vez, partiu em 1945 para a Universidade de Luisiana, EUA, a fim de realizar os estudos pós-graduados em Sociologia Rural sob orientação T. Lynn Smith. Cabe lembrar aqui que Pierson havia ministrado suas conferências no DASP em fins de 1942, das quais ambos Costa Pinto e Guerreiro Ramos participaram (Maio, 1997). Também neste mesmo ano, segundo relatório da Divisão de Ensino da FNFi, William Rex Crawford proferira uma conferência sobre “Sociologia norte-americana” na Faculdade (Araújo, 1957). Formado em Sociologia na Universidade da Pensilvânia, Crawford foi durante dois anos adido cultural da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, s./d.).

Ao longo dos anos 1940, enquanto construía sua própria carreira acadêmica na FNFi, Costa Pinto compartilhou com Donald Pierson o interesse em tornar científica a disciplina, garantindo-lhe a promoção sistemática de pesquisas. Em carta endereçada a Pierson, de 1943, lê-se:

Folgo muito em que animou-se em saber o que se tem feito e como se tem lutado aqui [FNFi], embora com pouco sucesso, para vencer os “out-of-date armchair sociologists” e fazer alguma coisa de fato parecida com ciência social. Se o Snr. sentiu-se sozinho por longo tempo, creia que foi por não ter nos conhecido mais cedo pois desde estudantes lá na 1a. série que trabalhamos nesse sentido. Espero que de nossa troca de pontos de vista resulte de fato um trabalho conjunto, ombro a ombro, no sentido de criarmos um núcleo de estudos sérios de sociologia no Brasil (Costa Pinto, 1943).

Neste mesmo tom, Costa Pinto avaliava como promissor o desenvolvimento da Sociologia, cuja existência pretérita, no Brasil, havia sido comprometida pelo “bacharelismo”, compreendido sociologicamente como efeito da “superestrutura cultural de uma base econômica agrícola” (Idem). Do que se depreende que a disciplina, em suas novas bases científicas, estava associada ao moderno. Ao longo dos anos 1940, Costa Pinto publicou estudos na revista *Sociologia* envolvendo o ensino da disciplina, a profissionalização do sociólogo e as dimensões teóricas e empíricas da pesquisa. Realizou ainda investigações na interface entre Sociologia e Demografia, certamente inspiradas na abordagem de Jacques Lambert (Maio, 1997). Note-se que,

⁸⁰ Para uma análise do impacto das lições de Pierson nas primeiras gerações de sociólogos formados na ELSP, como foi o caso de Oracy Nogueira, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, ver Cavalcanti (1999); Bomeny (2001) e Limongi (2001), respectivamente.

por meio do contato com Pierson, Costa Pinto havia conseguido uma bolsa de estudos para cursar a pós-graduação na Universidade de Chicago. Entretanto, sua vinculação ao Partido Comunista do Brasil (PCB), que o levou em uma ocasião à prisão, fez com que o governo norte-americano lhe negasse o visto de entrada no país (Idem).

Arthur Rios, por seu turno, parecia estar convencido de que, até então, os tratados e compêndios que compunham a “literatura sociológica nacional”, voltada “exclusivamente para o passado” e encerrada em “trabalhos de gabinete”, haviam estado “pesados de metafísica”, confundindo-se com a especulação filosófica. O ensino de sociologia nas Faculdades do país “não fazia mais que distanciar o aluno da realidade social, acentuando essa trágica desinteligência entre o homem e o meio em que vive” (Rios, 1945, p. 1). Não provia, deste modo, “um método de pesquisa” que o tornasse capaz de “enfrentar cientificamente os problemas sociais contemporâneos do [...] país”. Para Rios, “no Brasil, o isolacionismo e as ‘propriedades de assunto’ [eram] os principais obstáculos a qualquer trabalho científico” (Idem, p. 2).

Ao comentar sua impressão dos cursos de Sociologia ministrados pelo professor francês Jacques Lambert, durante o período em que estudou na Faculdade Nacional de Filosofia, Rios escreveu o seguinte a Donald Pierson em carta de setembro de 1945:

Meu contato com a Sociologia processou-se [...] através da escola sociológica francesa e confesso-lhe que, embora reconhecendo tudo que havia de fecundo na objetividade de Durkheim, na psicologia social de Tarde e no método de Le Play, senti, no conjunto de suas diretrizes, uma embaraçante carga de especulação filosófica, um distanciamento da matéria propriamente sociológica, da realidade humana que, a meu ver, deve constituir o objeto primordial da Sociologia (Idem, p. 1).

A própria forma como Rios estruturou sua narrativa sobre o contato com a Sociologia buscou colocar em relevo a diferença ou mudança de orientação representada pelas abordagens norte-americanas: “Foi quando me chegou às mãos [...] um curso feito pelo Sr. no DASP. Foi para mim uma revelação do verdadeiro método sociológico, uma iniciação na Sociologia como ciência da comunidade” (Idem). Claro está que a disciplina lhe sugeria a possibilidade de, a um só tempo, produzir conhecimento efetivo sobre a vida social do país e fornecer instrumentos para a solução de seus problemas. Na carta, Arthur Rios anunciava sua partida naquele mesmo ano para a Universidade de Luisiana, onde realizaria seus estudos pós-graduados em Sociologia Rural sob orientação do sociólogo T. Lynn Smith. Procurava também, por intermédio de Pierson, travar contato no Brasil com outros estudiosos

interessados em pesquisas rurais. Nos anos 1950, Rios desempenhou papel importante na área de pesquisa sócio-antropológica aplicada ao setor Saúde. Em 1953, após coordenar a Campanha Nacional da Educação Rural, o sociólogo assumiu a direção do Serviço de Pesquisa Social da Divisão Sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública. Os cientistas sociais a frente do órgão atuaram como “intérpretes” ou “tradutores” entre universos culturais distintos representados, por um lado, pelos profissionais de saúde e, por outro, pelas populações-alvo dos serviços, notadamente de origem rural (Maio; Lima, 2009).

2.4. A sociologia de Guerreiro Ramos: ciência como “instrumento de ação”

Alberto Guerreiro Ramos (1915 – 1982) nasceu em Santo Amaro da Purificação, cidade do interior baiano, em uma família mulata pertencente aos estratos sociais inferiores. Ainda muito jovem trabalhou como caixeiro e lavador de frascos em uma farmácia. Após a morte do pai, a família migrou para Salvador, onde sua mãe, Romana Guerreiro Ramos, passou a trabalhar como lavadeira em residências da elite. Por meio dessas relações com famílias tradicionais baianas, Guerreiro ingressou no Ginásio da Bahia, à época prestigiosa instituição de ensino, enquanto dava aulas particulares para ajudar no orçamento da família. Na década de 30, na Bahia, Guerreiro Ramos militou no integralismo e entrou em contato com a filosofia católica francesa de autores como Jacques Maritain e Emmanuel Mounier. Participou ainda do setor cultural do governo Landolfo Alves, nomeado interventor da Bahia no Estado Novo, tendo trabalhando para seu irmão, Isaías Alves, político e intelectual de destaque na área da educação e fundador da Faculdade de Filosofia da Bahia. Neste período, Guerreiro Ramos publicou poesia e crítica literária para jornais locais como *O Imparcial*, pertencentes a simpatizantes do integralismo⁸¹.

Em 1939, Guerreiro Ramos partiu para o Rio de Janeiro com bolsa do governo baiano para o curso de ciências sociais na então Universidade do Brasil. Fez parte do corpo discente da primeira turma da instituição, construída naquele mesmo ano a partir da articulação entre intelectuais da Igreja Católica e o ministro da Educação Gustavo Capanema (Oliveira, 1995a). Os estudos na capital do país não o distanciaram da crítica e da reflexão literárias. Em 1941, Guerreiro Ramos publicou uma série de

⁸¹ Informações biográficas retiradas de Maio (1997, p. 226 – 229).

artigos versando sobre literatura latino-americana na revista *Cultura Política*. Segundo seu depoimento (Ramos, 1995), ao término do curso de Ciências Sociais, em 1942, Guerreiro Ramos teria sido indicado para o cargo de professor assistente tanto na cadeira de sociologia como na de ciência política, tendo sido preterido, contudo, por Luiz Costa Pinto e Vitor Nunes Leal, respectivamente. Em depoimento a Alzira Alves e Lucia Lippi Oliveira (Guerreiro Ramos, 1995, pp. 131-182), Guerreiro afirmou que o envolvimento pretérito com o integralismo e as relações com Landulfo Alves funcionaram como instrumento de pressão de seus desafetos para inviabilizar sua carreira acadêmica num período em que o Brasil declarava sua entrada na guerra ao lado das Forças Aliadas.

Não conseguindo ingressar na carreira universitária, o sociólogo procurou sem sucesso, emprego na capital federal (Oliveira, 1995). Como observado no primeiro capítulo, foi neste período que, por indicação de San Thiago Dantas, diretor da FNFi, Guerreiro Ramos se tornou professor da cadeira “Problemas Econômicos e Sociais do Brasil”, no curso de Puericultura e Administração do Departamento Nacional da Criança (DNCr), onde permaneceu por seis anos dedicando-se à reflexão sociológica sobre puericultura, delinquência juvenil e mortalidade infantil. Ao final de 1943, por sugestão de um colega e professor do mesmo curso, Custódio Sobral de Almeida, candidatou-se a um emprego de técnico em administração no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), sendo contratado interinamente. Guerreiro trabalhou no setor de métodos de trabalho, planejamento e treinamento de pessoal do órgão, permanecendo na instituição até 1951 (Maio, 1997). Neste período, também contribuiu com regularidade para a *Revista do Serviço Público*, como integrante de sua equipe editorial, escrevendo artigos envolvendo: a) as perspectivas sociológicas de Weber e Durkheim e sua importância para a administração pública; b) observações metodológicas para o estudo do padrão de vida, do orçamento familiar e do nível de vida das classes sociais; c) notas a respeito de sociológicas contemporâneos como William Thomas e Karl Mannheim. No dizer de Lucia Lippi Oliveira, enquanto burocrata e intelectual, Guerreiro teve que desenvolver seu lado acadêmico “conquistando espaços ao funcionário” (Oliveira, 1995, p.14).

No final dos anos 1940, o sociólogo esteve envolvido em intensos debates intelectuais e políticos. Tornou-se membro do Teatro Experimental do Negro (TEN), o que lhe rendeu posteriormente discussões entre cientistas sociais a respeito da imagem do negro e das relações raciais na sociedade brasileira (Maio, 1997a). Em 1949,

Guerreiro escreveu uma série de artigos para as sessões dominicais do jornal *A Manhã*, expondo sua abordagem sociológica sobre o fenômeno da mortalidade infantil no país e avaliando o desempenho dos serviços públicos de saúde e assistência frente ao problema. No ano seguinte, suas posições acerca dos problemas de Saúde Pública aproximaram o sociólogo de médicos sanitaristas pertencentes aos quadros do Departamento Nacional de Saúde, como Almir de Castro e Mário Magalhães (Maio Lopes, 2012). O grupo buscava se posicionar criticamente frente aos serviços de saúde do país, que avaliavam como pouco afinados ao contexto nacional e desarticulados da tarefa premente de desenvolvimento econômico-industrial, capaz de alterar substantivamente as condições de saúde da população (Idem)⁸².

Durante os primeiros anos em que esteve na FNFi, o interesse de Guerreiro Ramos esteve fundamentalmente voltado para os estudos literários e filosóficos, principalmente de fundo religioso, não tendo se aproximado de imediato das Ciências Sociais. É conhecida sua predileção neste período por autores das correntes neotomista e humanista francesas e, dentre estes, Jacques Maritain e Emmanuel Mounier (Azevedo, 2006). Tem-se observado também seu projeto de tornar-se poeta, cultivado por Guerreiro desde a década de 1930 na Bahia, quando escrevia artigos de crítica literária e filosofia para periódicos locais como o jornal *Imparcial* e a revista *Norte* (Oliveira, 1995, p. 34; Barbosa, 2004, p. 14). Seu primeiro livro, *O drama de ser dois*, foi composto em sua totalidade por poemas de temática e linguagem religiosas (Barbosa, 2004, p. 15). *Introdução à Cultura*, de 1939, livro em que Guerreiro defendia uma revolução redentora no âmbito da cultura a partir de uma transformação espiritual e moral do próprio homem, esteve também marcado pela filosofia humanista de Mounier (Oliveira, 1995, p. 33). No Rio de Janeiro, Guerreiro Ramos publicou poesias nas revistas *Tentativa*, de Minas Gerais, e *A Ordem*, da qual foi editor Alceu Amoroso Lima. Colaborou ainda, em 1941, com sete artigos sobre literatura latino-americana para a revista “Cultura Política”, um dos periódicos oficiais do Estado Novo, criado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e dirigido por Almir de Andrade (Azevedo, 2006).

A incursão no mundo da Literatura e da Filosofia é perceptível pelas obras e autores mais procurados por Guerreiro Ramos na Biblioteca da FNFi, cujo registro

⁸² Sobre as reflexões sociológicas de Guerreiro Ramos sobre Saúde nos anos 1950, afinadas à perspectiva daqueles sanitaristas e à agenda do desenvolvimento dos “países periféricos”, que se construía àquela altura principalmente a partir da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), ver Maio e Lopes (2012).

compreende o período 1940 – 1943⁸³. Dentre os autores, são recorrentes os nomes dos filósofos Platão e Nietzsche, do romancista alemão Johann Goethe e do francês Marcel Proust, e de literatos e poetas franceses como Jean Cocteau, Stéphane Mallarmé e Henri Brémond. Este último, marcado pelo catolicismo, destacou-se na poesia⁸⁴. A partir de meados de 1942, no entanto, textos de Ciências Sociais passaram a ocupar um espaço maior na relação de livros requisitados por Guerreiro. Destacam-se as obras “Negro Brasileiro” e “Folclore Negro no Brasil”, de Arthur Ramos, à época professor de Antropologia e Etnografia na FNFi; “Libertad y Planification”, de Karl Mannheim, cujo título sugere tratar-se de exemplar da edição mexicana de 1942, do *Fondo de Cultura Econômica*; e “An Outline of the Principles of Sociology”, manual introdutório à Sociologia organizado por Robert Park (1939).

A bibliografia sociológica mobilizada por Guerreiro Ramos no período 1942 – 1943 constituiu-se, em sua maioria, de obras norte-americanas, incluindo, nesse caso, “Negros in Brazil”, de Donald Pierson. Note-se que um dos primeiros trabalhos que presidiram o contato de Guerreiro Ramos com a Sociologia norte-americana foi o livro editado por Park, “An Outline of the Principles of Sociology”. Arthur Rios e Costa Pinto também tomaram conhecimento da obra por volta deste período⁸⁵. Salta às vistas que a primeira parte do livro seja dedicada a “Problemas Sociais”, em que são discutidos sua natureza, possibilidades de análise objetiva e tópicos específicos, como “desorganização social”, “desajustamentos culturais” e “planejamento social”. Na introdução lê-se:

*Assim como os fatos da química e das outras ciências naturais provaram ser eminentemente úteis na arte da medicina, da mesma forma nós miramos o futuro na esperança e na fé de que os homens utilizarão as contribuições da sociologia para a solução de seus problemas comuns e para a melhoria da sociedade. Essas contribuições têm sido feitas e estão sendo constantemente ampliadas (Park et al, 1939, p. vi).*⁸⁶

O trecho representa bem a ideia de que os resultados mais promissores da

⁸³ Ver, nesse caso, CATÁLOGO TOPOGRÁFICO – BIBLIOTECA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA.

⁸⁴ Informação extraída de: <http://www.academie-francaise.fr/immortels/base/academiciens/fiche.asp?param=539>. Acesso em: 3 Maio 2012.

⁸⁵ O livro foi mencionado por Arthur Rios na carta a Donald Pierson supracitada (Rios, 1945). É também a única obra de sociologia norte-americana constante na relação de livros emprestados a Costa Pinto na Biblioteca da FNFi no período 1941 – 1943 (CATÁLOGO TOPOGRÁFICO – BIBLIOTECA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA).

⁸⁶ No original: “Just as the facts of chemistry and other natural science have proved eminently useful to the art of medicine, so too we look to the future in the hope and faith that men will use the contributions of sociology for the solution of their common problems and the betterment of society. These contributions have been made and are constantly being augmented”.

“Ciência da Sociologia” estariam no exercício de algum controle sobre os fenômenos sociais, de modo a direcioná-los neste ou naquele sentido. Este é um elemento importante na compreensão das expectativas que Guerreiro Ramos e outros sociólogos como Arthur Rios lançaram às Ciências Sociais produzidas nos Estados Unidos, formas de saber que seriam capazes de lidar com problemas sociais concretos.

O curso de Donald Pierson no DASP também foi decisivo no movimento de apropriação de abordagens norte-americanas por parte de Guerreiro e torna inteligível sua procura crescente pela literatura sociológica produzida naquele país. Com efeito, a ênfase de Pierson sobre normas e procedimentos asseguradores da “atitude científica” em Sociologia teve repercussões no modo como Guerreiro Ramos se encarregou de introduzir e legitimar a disciplina em suas lições no DNCr, iniciadas em 1943, logo após sua formação na FNFi. A inserção de Guerreiro Ramos no DASP em fins de 1943, quando foi contratado interinamente, também torna inteligível sua maior aproximação em relação à sociologia norte-americana no período (Maio, 1997). Como observou Warlich (1983, pp. 279 – 290), a organização do DASP havia se inspirado amplamente em teorias administrativas em voga naquele país, de modo que vasta literatura norte-americana tinha circulação entre seus quadros.

Sabe-se que, não conseguindo lugar na universidade após se formar, Guerreiro Ramos foi apontado para a cadeira *Problemas Econômicos e Sociais do Brasil*, nos cursos do DNCr. Como indicado anteriormente, o sociólogo conferiu importância à pesquisa social, propondo uma cadeira reservada a esta, “indiscutivelmente de enorme importância para o médico puericultor” (Guerreiro Ramos, 1944, p. 13). Em 1944, o sociólogo destinou um terço das aulas ao ensino de técnicas de pesquisa (Idem). Tratava-se de habilitar o médico a conduzir investigações nas localidades em que atuavam. Nesse caso, é visível a atenção do sociólogo às indicações de Pierson quanto aos recursos metodológicos a serem empregados no estudo da cidade (Guerreiro Ramos, 1944; 1950). Em 1945, Guerreiro empreendeu entrevistas diretas com famílias cujos filhos eram assistidos pelo Serviço de Obras Sociais, entidade filantrópica fundada por enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (Guerreiro Ramos, 1946, p. 13). Empregou, na ocasião, a técnica da *história de vida*, valendo-se do “recurso de cartas”, ao modo das abordagens metodológicas consagradas desde as pesquisas de Thomas e Znaniecki (Idem, p. 10).

Em suas aulas introdutórias no DNCr, Guerreiro Ramos destacava o estágio científico recentemente alcançado pela Sociologia, em sintonia com as observações de

Pierson sobre o amadurecimento cognitivo da disciplina. Aos médicos era ensinado que a “Ciência da Sociologia” possuía método calcado na “observação, na classificação e na inferência” (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 315). Estava “ultrapassado” o “período das escolas em que se acreditava na existência de uma sociologia francesa, de uma sociologia alemã e de uma sociologia norte-americana” (Idem, 1944, p. 15). As ciências sociais se desembaraçavam igualmente de “sistemas filosóficos pessoais”. Nota-se, neste ponto, a proximidade com os argumentos do sociólogo norte-americano que, a fim de assegurar a cientificidade da disciplina, equiparava-a às Ciências Físicas:

Assim como não há uma física de Einstein ou de Dirac, uma física inglesa ou alemã, mas a física simplesmente, do mesmo modo, não há uma sociologia de Durkheim, uma sociologia de Burgess, mas uma sociologia 'tout court', cujos conceitos são válidos universalmente (Guerreiro Ramos, 1944, p. 16).

A Sociologia não era mais simplesmente “uma tagarelice de homens ociosos” (Idem, p. 9), profissionalizava-se, ou ainda, distanciava-se do “lero-lero”, na expressão de Pierson. Contudo, chama a atenção, desde já, uma diferença de ênfase quanto às virtudes da “Ciência da Sociologia” entre as perspectivas de Guerreiro Ramos e Donald Pierson. Preocupando-se em afirmar as possibilidades de aplicação bem-sucedida deste saber no campo da Puericultura, Guerreiro destacava que não poderia mais haver “razão para suspeitas quanto à [sua] eficácia” (Idem, pp. 44 – 45). Ela poderia fornecer desde logo instrumentos para a solução de problemas como o da “delinquência juvenil” ou do “menor infrator”, do abandono de menor e da mortalidade infantil (Guerreiro Ramos, 1944; 1944a; 1944b; 1944c). Assim, enquanto Pierson se aproximava com cautela da questão da aplicabilidade em Ciências Sociais, Guerreiro afirmava já ser possível divisá-la no presente. Vivia-se uma “etapa da história em que é possível o domínio conciente [sic] da sociedade e do comportamento individual” (Idem, 1944a, p. 324). Desse modo, o “homem moderno est[aria] se emancipando das forças sociais, como já se emancipou das forças do mundo físico” (Guerreiro Ramos, 1946, p. 11).

Alguns exemplos nesse sentido são importantes. Guerreiro Ramos afirmava que o início da ação profilática sobre o comportamento desviante residiria na “organização das vizinhanças” ou “organização das comunidades desorganizadas”, isto é, na reestruturação de ambientes como “cortiços, pardieiros, vielas onde a população se adensa em espaços insuficientes” (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 41). O sociólogo esboçava planos de ação em Puericultura sociologicamente orientados: “1. localização,

em cada fóco [*sic*], de postos de puericultura e de maternidades; 2, construção, em cada foco, de habitações higiênicas; 3, localização, em cada foco, de restaurantes populares [...]” (Idem, p. 41). Isto porque os instrumentos de pesquisa elaborados pelos sociólogos norte-americanos no estudo da vida urbana possibilitariam a delimitação e classificação das áreas conformadoras das cidades brasileiras, indicando a distribuição daqueles problemas, concentrados em áreas desestruturadas, em “focos de desorganização social” ou de “sociopatia”. É curioso observar como nesse caso Guerreiro mesclou abordagens sociológicas norte-americanas a uma linguagem afeita ao sanitarismo, pronto a identificar em diferentes ambientes os “focos de doença”.

Ao se referir a pesquisas sobre os espaços urbanos, Guerreiro Ramos tinha em mente os trabalhos gestados na Universidade de Chicago:

Dois livros importantes queremos indicar inicialmente, como básicos para o médico puericultor: The City, por Robert E. Park, Ernest W. Burgess e Roderick D. Mckenzie e The Urban Community por Ernest Burgess (ed.), ambos encerrando estudos de diversos autores acêrca das várias fases do ambiente urbano. Devemos acrescentar a êstes, todos os livros de Clifford R. Shaw e principalmente o seu Juvenile Delinquency and Urban Areas, realizado em colaboração com Henry D. Mckay e outros (Guerreiro Ramos, 1944, p. 37).

As Ciências Sociais tais como praticadas em Chicago assumiram relevo nas reflexões de Guerreiro, contribuindo para a concepção que ele mesmo veio a sustentar acerca da cientificidade dessas disciplinas. No período, o sociólogo chegou a atribuir a Robert Park “as vistas mais profundas sobre assuntos sociológicos” (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 37). Identificou adiante em William Thomas “um dos mais distinguidos pioneiros da atual fase científica do pensamento sociológico” (Guerreiro Ramos, 1948). Não se trata, neste momento, de adentrar nas explicações sociológicas que Guerreiro Ramos desenvolveu acerca dos problemas da criança, que, como indica a própria noção de “desorganização social”, vinculavam-se a esquemas interpretativos específicos acerca dos processos sociais. Sua interpretação bem como as medidas que sugeriu para o tratamento dos problemas da criança serão analisados mais detidamente no terceiro capítulo. Ressalte-se, isto sim, que a atenção de Guerreiro incidiu sobre as pesquisas cujo sentido prático pudesse ser evidenciado para o puericultor.

Ainda a esse respeito, o professor do DNCr afirmou que o saber sociológico poderia ser aplicado com êxito na terapêutica dos desajustamentos psicossociais. O “jovem delinquente, o menor abandonado ou a rapariga prostituída” não seriam “anormais de uma vez por tôdas, mas pode[riam] ser submetidos a tratamento realizado

por profissionais especializados em clínica sociológica” (Idem, p. 42). Tendo como referência trabalhos de Lawrence Guy Brown, como *Social Pathology* (1942), e de Clifford Shaw, como *The Natural History of a Delinquent Career* (1931) –, Guerreiro afirmou que a atividade clínica envolveria o emprego de técnicas como a *história de vida*. Ela seria realizada a partir de relatos dos “desajustados” e de dados de sua vida cotidiana reunidos por meio de cartas, diários, depoimentos de amigos, de familiares, etc., de modo que o puericultor pudesse conduzir sua reeducação (Guerreiro Ramos, 1944a). Lawrence Guy Brown e Clifford Shaw haviam estudado na Universidade de Chicago sob a orientação de Burgess (Chapoulie, 2001).

Guerreiro Ramos sugeriu ainda a profilaxia do comportamento infantil por meio de “escalas sociométricas” a serem aplicadas em escolas com o intuito de “sondar atitudes” e verificar desvios potenciais (Guerreiro Ramos, 1944b, p. 325). O sociólogo se referia a gráficos elaborados pelo sociólogo norte-americano Lowell Juilliard Carr com o intuito de aferir a probabilidade de crianças “mal-ajustadas” ao ambiente social tornarem-se “delinquentes” (Carr, 1941, pp. 108 – 109).⁸⁷ Nesse caso, caberia à Divisão de Proteção Social da Infância do DNCr a criação de escalas sociométricas convenientes à criança brasileira, tarefa que exigiria o trabalho conjunto de médicos, psicólogos, sociólogos, psicólogos sociais e pesquisadores sociais.

Guerreiro Ramos procurava dessa forma expandir o espaço de atuação do sociólogo profissional, apontando funções técnicas que poderiam desempenhar no âmbito do Estado, mediante o desenvolvimento de investigações diretamente relacionadas aos problemas sociais do país. Em 1944, expunha da seguinte forma sua proposta:

Temos mais de dez Faculdades de Filosofia com cursos de ciências sociais. A oportunidade que o Departamento Nacional da Criança [...] abre àqueles que se dedicam às ciências sociais é a de tomar contato com os fenômenos de que tratam suas disciplinas não através de livros, mas de fato. Assim poderíamos descolonizar [sic] os nossos processos de pesquisa social concernentes à criança, descobrindo técnicas próprias e contribuindo para criar no país um ambiente científico genuíno no terreno das ciências sociais, ligado ao problema da criança, ambiente onde passassem a ser ridículas as atitudes livrescas e as inoperantes

⁸⁷ Carr foi diretor do *Michigan Child Guidance Institute* nos anos 1930. Instituição criada pelo governo estadual e vinculada à Universidade de Michigan, tinha o propósito duplo de promover pesquisas sobre as causas da delinquência juvenil e desenvolver métodos para o seu tratamento (Idem, p. 382). Neste período, o sociólogo também se valeu das análises elaboradas por Clifford Shaw em Chicago (Idem).

demonstrações de erudição, vício tão comum numa certa casta de pseudo-cientistas que nada fazem senão importar teorias alheias para embasbacar o indígena desprevenido e de boa fé... (Idem, p. 326)

Assim, o Estado também poderia se constituir em espaço para o desenvolvimento científico “genuíno” das Ciências Sociais no país. As “atitudes livrescas” às quais Guerreiro se referia ligavam-se a professores universitários cuja prática intelectual estaria divorciada das “realidades nacionais”, restrita, portanto, à simples compilação de ideias estrangeiras. A marca desses “pseudo-cientistas” era o cultivo do saber ornamental em detrimento da “organização de atividades no setor da pesquisa sociológica” (Guerreiro Ramos; Garcia, 1949, p. 9). Nesse sentido, o *saber-fazer* da pesquisa empírica que Pierson vinha divulgando deveria ser valorizado enquanto movimento de exploração da realidade social brasileira. A sociologia norte-americana oferecia aos seus olhos um arcabouço metodológico útil (Idem, pp. 9 – 10).

Guerreiro Ramos observava que os diversos estados do país apresentariam apenas alguns “esforços individuais e isolados” em pesquisa, dentre os quais incluía os de Artur Ramos, Gilberto Freyre e Luis de Aguiar Costa Pinto (Idem, p. 10). Nesse quadro, São Paulo constituía exceção precisamente pelo “pioneirismo” da ELSP no treinamento de estudantes em “métodos e técnicas modernas de pesquisa” (Idem, p. 9). Em sua apreciação do processo de desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, Guerreiro Ramos conferiu relevo tanto aos marcos institucionais, com a criação dos cursos em âmbito universitário, quanto ao trabalho de Donald Pierson no estabelecimento de padrões de produção sociológica calcados na pesquisa (Maio, 1997, pp. 231 – 232). Isto porque Pierson representava o modelo de cientista social instruído, hábil no manejo das técnicas de pesquisa capaz de perscrutar os diferentes aspectos sociais e culturais do país.

Ao criticar a Sociologia tal como praticada em geral nas Faculdades de Filosofia, Guerreiro também levou em consideração sua experiência na FNFi. Para o sociólogo, “na capital do Brasil, os raros especialistas em assuntos sociológicos est[ariam] trabalhando em condições muito precárias, quase estritamente às custas de sobras de tempo [...]” (Guerreiro Ramos, 1947a, p. 124). A prática de pesquisa, único meio capaz de superar o eruditismo “inoperante” (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 326), não lograra se estabelecer de modo sistemático e em bases coletivas.

Diante da falta de perspectivas quanto à condução de pesquisas, Guerreiro

Ramos sugeria, portanto, que as vias para a constituição do campo da Sociologia científica ocorresse em estreita associação com agências governamentais, na interface com suas respectivas agendas de políticas públicas. Isto porque, segundo Guerreiro, o Estado e as classes dirigentes demandavam cada vez mais a atuação de especialistas e técnicos com formação sociológica no enfrentamento dos desafios concretos postos pela sociedade. Há trechos reveladores de seu esforço argumentativo nesse sentido. Em artigo intitulado, sugestivamente, *Novos rumos das ciências sociais na América Latina* (1947a), ao notar a multiplicação na região de “instituições, privadas e públicas, de amparo às atividades científicas de especialistas em ciências sociais”, o sociólogo afirmou o seguinte:

A complexidade da etapa histórica em que vivemos exige a intervenção crescente das ciências sociais no governo da sociedade. Este governo [...] se torna, de modo crescente, função das técnicas [sic] sociais, ou seja, da boa aplicação das ciências sociais. [...] embora o status das ciências sociais ainda esteja assinalado por certa marginalidade, já se observa que nos grupos dominantes está amadurecendo a consciência da necessidade de aplicação sistemática destas disciplinas no tratamento dos problemas (Idem).

A proposta levantada por Guerreiro para a ordenação da prática científica em Sociologia neste momento reafirmava o movimento que vinha operando no sentido da redefinição de suas fronteiras disciplinares, o que implicava a ênfase em sua dimensão aplicada. Assim escreveu o sociólogo:

A ocasião é favorável [...] àqueles que se dedicam ao estudo [das] ciências [sociais]. Afigura-se-nos que o melhor meio de aproveitar esta oportunidade é a elaboração de trabalhos rigorosamente técnicos sobre problemas atuais. Para atingir este objetivo, deveriam colaborar, de um lado, as instituições que dispõem de recursos destinados à promoção do progresso científico e, de outro lado, os especialistas. Estes últimos, entretanto, de maneira organizada, pois um dos obstáculos mais ponderáveis para o desenvolvimento de qualquer ciência é o individualismo profissional. Não pode haver progresso científico, seja em que campo fôr, sem institutos de pesquisas, sem o debate objetivo e bem intencionado, sem o intercâmbio cultural. Onde não existem estas condições, o trabalho científico se torna difícil, e raramente são aproveitadas cabalmente as energias dos que a êle se dedicam [...] (Guerreiro Ramos, 1947a, p. 122).

Como é possível depreender desse trecho, Guerreiro Ramos não enxergou como excludentes a atuação de cientistas sociais em “institutos de pesquisas”, a promoção do “debate objetivo e bem intencionado” e a “elaboração de trabalhos rigorosamente técnicos sobre problemas atuais”. Propôs, isto sim, a institucionalização da prática das Ciências Sociais a partir da confluência entre as demandas da sociedade brasileira e as

investigações sociológicas, que redundaria, inclusive, em benefício destas últimas. Isto porque a aplicabilidade de seu saber impunha-se também como legitimação social dos cientistas. Nas palavras de Guerreiro Ramos:

Realmente, um alto prestígio para a função dos especialistas em sociologia só poderá ser conseguido entre nós, na medida em que eles forem capazes de superar as tendências acadêmicas e de realizar trabalhos cuja utilidade, como instrumentos de ação, seja indiscutível. Pelo menos, esta é uma atitude táctica a ser mantida durante muito tempo (Guerreiro Ramos; Garcia, 1949, p. 12).

Em suma, apoiando-se em uma visão sobre a gênese da atividade científica que a ligava a expedientes práticos, o sociólogo concluía o seguinte, ao final dos anos 1940: “os conceitos científicos, o homem os elabora para conjurar situações problemáticas. Se o mundo não oferecesse problemas ao homem, não teria êle estímulos para pensar cientificamente” (Guerreiro Ramos, 1947a, p. 122).

2.5. Redefinindo fronteiras disciplinares

Ainda que a possibilidade de aplicação do conhecimento sociológico não tivesse estado ausente de seu horizonte na década de 1940, Pierson preocupou-se em definir a atividade do sociólogo profissional em termos de investigação empírica com vistas ao desenvolvimento do arcabouço teórico e metodológico da disciplina. O saber sociológico, enquanto produto de uma prática que se queria verdadeiramente científica, deveria ser estabelecido “intramuros acadêmicos”, ditado por regras intrínsecas à comunidade de especialistas, autorizados pelo treino e tempo de dedicação ao campo. Pierson afirmava ser preciso, nesse caso, estabelecer uma linguagem conceitual comum, para além de barreiras nacionais de qualquer ordem, bem como substituir as velhas querelas filosóficas pelo confronto sistemático das ideias com o mundo empírico.

Naquele caso, se o estímulo à pesquisa sociológica originara-se, historicamente, da necessidade de solucionar problemas sociais, agravados com os processos de industrialização e urbanização, ela deveria ser conduzida à distancia dos interesses de aplicação imediata – o que certamente nos remete à crítica de William Thomas à “sociologia prática” (Wegner, 1993)⁸⁸. Como se viu, Pierson aludia às funções do

⁸⁸ Essa preocupação em salvaguardar o tratamento, por assim dizer, objetivo de temas que figuravam como problemas urgentes na agenda política e, por isso mesmo, alheios às preocupações estritamente científicas, ficou registrada no projeto elaborado pelo sociólogo Florestan Fernandes – à época decidido a legitimar a Sociologia como campo científico autônomo – para a pesquisa sobre o negro na cidade de São Paulo, por ocasião do Projeto UNESCO de relações raciais. Cf. Maio, 1997, especialmente o capítulo III.

“médico praticante” e do “técnico de laboratório” para tratar respectivamente das diferenças entre o assistente ou trabalhador social e o sociólogo: o primeiro, envolvido diretamente com a ação terapêutica, não seria capaz de investigar os processos e forças naturais subjacentes ao problema que procurava aplacar ou solucionar. Era, ao contrário, no laboratório que o exame atento do fenômeno podia ser conduzido. Assim, Pierson não abriu mão do espaço acadêmico, do papel do sociólogo enquanto pesquisador a serviço sobretudo do avanço da ciência. Este deveria assumir uma atitude de reserva e cautela diante das demandas práticas.

As atividades de Donald Pierson envolvendo pesquisa foram avaliadas positivamente por Guerreiro na medida em que lançavam luzes sobre aspectos inexplorados da sociedade brasileira. Guerreiro Ramos também identificou, no impulso “original” para o desenvolvimento da Sociologia, a demanda por soluções efetivas para os problemas sociais. Contudo, para o professor do DNCr, isto parecia justificar a própria associação estreita, no presente, entre ciência social calcada em pesquisa, de um lado, e os processos de formulação de políticas governamentais, do outro. Procurando dar conta das especificidades dos problemas imediatos do país, como aqueles ligados ao bem-estar infantil, os sociólogos ultrapassariam sua fase pré-científica, “livresca”, convertendo-se em grupo capaz de fornecer “instrumentos de ação”.

Assim, Guerreiro Ramos tensionou as fronteiras da sociologia científica de Donald Pierson na direção de um projeto mais ambicioso de intervenção social. Note-se que, nos anos 1940, a redefinição das fronteiras disciplinares operada por Guerreiro não significou uma oposição radical entre as Ciências Sociais orientadas pela investigação empírica, nos moldes imaginados por Donald Pierson, e a sociologia de tipo aplicado que ele próprio buscou estimular a partir de sua atuação em órgãos públicos como o DNCr e o DASP. Tomando para si muitos dos parâmetros da sociologia norte-americana para a produção de conhecimento, Guerreiro Ramos afirmava, isto sim, que seus objetos de estudo deveriam ser construídos com base na agenda política nacional. Ao que tudo indica, o papel do sociólogo lhe surgia como afim ao do intelectual, cujo engajamento político assumiu com frequência no Brasil o sentido missionário de construção da nação, tarefa que reclamava, ao mesmo tempo e paradoxalmente, o exame objetivo da “realidade nacional”.⁸⁹

⁸⁹ Referimo-nos à análise efetuada por Daniel Pécaut acerca da geração de intelectuais brasileiros dos anos 1920 – 1940. Ver Pécaut (1989).

Capítulo 3 - Uma Sociologia para médicos

O sucesso com que se têm aplicado as terapêuticas psicossociais nos autorizam a afirmar que, dentro em pouco, [serão obrigatórias] nos currículos de medicina a psicologia social e a sociologia (Guerreiro Ramos, 1944c, p.33).

No período em que trabalhou no Departamento de Administração do Serviço Público e no Departamento Nacional da Criança, Guerreiro Ramos teve de desenvolver o “lado mais acadêmico, o desempenho de homem de estudo, [...] conquistando espaços ao funcionário” (Oliveira, 1995, p. 14). Como indicado no segundo capítulo, os trabalhos escritos pelo sociólogo sobre Saúde Infantil e Puericultura atestam sua preocupação em elaborar uma sociologia a um só tempo científica e útil no enfrentamento dos problemas da criança. Nesse sentido, valeu-se amplamente da literatura sociológica norte-americana. As sugestões práticas contidas em suas lições partiam de conceituações e interpretações sobre os fenômenos da delinquência juvenil, do abandono de menor e da mortalidade infantil, inspiradas em grande medida na discussão de sociólogos e psicólogos sociais naquele país sobre os processos de aculturação do indivíduo e de distribuição espacial dos problemas sociais. É notório, nesse caso, a apropriação de categorias analíticas e procedimentos metodológicos que remontam às pesquisas sociológicas conduzidas na Universidade de Chicago nas primeiras décadas do século XX. Uma compreensão das explicações produzidas por Guerreiro exige, desse modo, a consideração de algumas perspectivas elaboradas por esses pesquisadores.

As reflexões de Guerreiro Ramos sobre a infância foram desenvolvidas inicialmente em *Aspectos Sociológicos da Puericultura*, livro que resultou de sua experiência didática no DNCr nos anos de 1943 e 1944. Dedicado às turmas de médicos puericultores de então, o trabalho visava aproximar esses profissionais da “nova mentalidade sociológica” (Guerreiro Ramos, 1944, p. 9). Neste livro, Guerreiro expôs um “sistema de referências da sociologia” para o estudo do comportamento infantil dito desviante ou anormal, associado ao “menor infrator” ou “delinquente”, de modo a indicar ações terapêuticas e preventivas para os desajustamentos psicossociais (Idem). A leitura sociológica de Guerreiro Ramos sobre os problemas da criança

também foi exposta em artigos publicados em periódicos médicos que desenvolvem e complementam os principais pontos contidos no livro de 1944 (1944a; 1944b; 1944c; 1945). Em 1946, Guerreiro publicou *Um inquérito sobre quinhentos menores*, livro cuja importância reside na utilização da *história de vida* – expediente metodológico caro aos cientistas sociais da Universidade de Chicago – no estudo das condições sociais e do universo subjetivo característicos de famílias pobres alvo de assistência filantrópica. Trata-se do trabalho de natureza propriamente empírica de Guerreiro Ramos, que só ganha pleno significado quando analisado à luz de sua discussão sobre os aspectos sociais e psicossociais envolvidos nos desvios comportamentais. Guerreiro se concentrou na promoção de uma puericultura sociologicamente orientada cujo objetivo era transformar a criança ou o jovem “numa personalidade socialmente ajustada” (Guerreiro Ramos, 1945, p. 3), garantindo-lhes “um bem sucedido crescimento psico-social” no decorrer do processo de socialização (Idem, p. 8)⁹⁰.

Em 1949, foi publicado pelo DNCr um compêndio do sociólogo intitulado *Problemas Econômicos e Sociais do Brasil*, em co-autoria com Evaldo da Silva Garcia, demógrafo assistente de sua cadeira. Reunindo as súmulas das aulas que ambos ministraram em 1948, o livro se estrutura em torno de três eixos: análise do processo de socialização, por meio do qual o recém-nascido entra em contato com o ambiente sócio-cultural; relação de dados demográficos, notadamente sobre mortalidade infantil; e estudo das condições sócio-econômicas da população brasileira, enfocando especialmente o estudo do padrão de vida (Guerreiro Ramos, 1949). Note-se que, em seus primeiros textos, Guerreiro sugeriu que o fenômeno da mortalidade infantil fosse abordado do ponto de vista ecológico, na esteira das sugestões metodológicas de Park e Burgess para o estudo da cidade (1967 [1925]). O tratamento sistemático que Guerreiro conferiu ao problema, no entanto, somente se evidenciou ao final dos anos 1940 e

⁹⁰ Outros autores também se dedicaram à análise dos problemas comportamentais da criança nesse período, sugerindo técnicas terapêuticas e intervenções no âmbito do Estado. Assim, o médico e antropólogo Arthur Ramos havia trabalhado a frente da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisas Educacionais do Distrito Federal entre 1934 e 1939, a convite de Anísio Teixeira. A partir da experiência clínica envolvendo crianças com deficiência escolar, Arthur Ramos desenvolveu estudos sobre a “criança problema”, cujas dificuldades seriam “forjadas na relação entre suas necessidades individuais e o meio social em que estavam inseridas” (Abrão, 2006). Em São Paulo, a cientista social Virgínia Leone Bicudo, valendo-se de sua experiência como visitadora psiquiátrica do Serviço de Higiene Mental Escolar, havia abordado o problema da criança “escorraçada”, estigmatizada como “perversa”, a partir do contexto social de tensões familiares (Maio, 2010, p. 315). Bicudo havia se formado em Ciências Sociais e Políticas na ELSP em 1938, contando ainda com formação em Educação Sanitária. Em 1945, concluiu seu mestrado na Divisão de Estudos Pós-Graduados da ELSP. Sob orientação de Donald Pierson, ela desenvolveu pesquisa acerca das atitudes raciais em São Paulo, explorando as interfaces entre Sociologia e Psicologia Social (Idem, p. 317).

início dos anos 1950. A partir de então, e o texto de 1949 é significativo nesse sentido, o sociólogo se esforçou em associar os índices de mortalidade infantil encontrados no país a dados referentes às condições de vida e aos padrões socioeconômicos da população brasileira⁹¹.

O capítulo se concentra inicialmente no enquadramento conceitual realizado por Guerreiro Ramos a fim de compreender sociologicamente as etapas do desenvolvimento psicossocial da criança. Assumem importância, nesse caso, as noções de “processo social” e “interação”. Em seguida, são abordadas suas análises dos principais problemas envolvidos no processo de socialização do indivíduo e na formação de desvios comportamentais, chamando-se a atenção para a utilização da noção de “desorganização social” e sua relação com ambientes sócio-culturais específicos. Atenção especial é conferida ao levantamento do sociólogo sobre a situação social de um grupo de menores assistidos por uma instituição filantrópica e as histórias de vida realizadas nesse contexto, com duas famílias. Tratava-se de explorar, em casos concretos, a natureza dos problemas sociais enfrentados por esses grupos. Por fim, são analisadas algumas medidas sugeridas por Guerreiro para a consecução de programas de proteção à infância em bases sociológicas.

3.1. Uma sociologia do comportamento infantil

Na abordagem sociológica de Guerreiro Ramos sobre o comportamento humano, nota-se a preocupação em localizar de uma vez por todas na natureza os fenômenos sociais, indicando seu surgimento como um desdobramento do próprio evoluir do mundo físico inorgânico e do mundo orgânico (Guerreiro Ramos, 1944a; 1945; 1949). Assim, até que elementos da vida social como cultura, instituições, hábitos, costumes, atitudes e valores pudessem ser observados no universo, houve um “longo período de evolução da espécie zoológica” (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 326). Seu aparecimento “só se verificou nos agregados de animais capazes de comunicação e aprendizagem” (Idem, p. 315), isto é, mais precisamente, no “animal humano”. Nas palavras do sociólogo:

A sociedade é uma dimensão da vida, relativamente nova na história do nosso planeta [...] é uma esfera vital que os animais não atingem. Só o animal humano é capaz de ascender a este nível de vida, em virtude da

⁹¹ Uma análise dos textos produzidos por Guerreiro Ramos acerca da mortalidade infantil neste período encontra-se em Maio; Lopes (2012).

plasticidade de sua natureza. O homem é um animal em que os reflexos e os instintos não constituem todo o seu organismo. É um animal que além de reflexos e instintos é dotado de potencialidades e de capacidades indefinidas, que podem ser operadas dos mais variados modos. É, pois o homem um candidato nato às diversas formas de vida, um ser sui-gêneris, capaz de aprender (Guerreiro Ramos, 1945, p. 3).

Para Guerreiro, era esta possibilidade de aprendizagem, resultante de sua “plasticidade orgânica”, que fazia com que os seres humanos fossem capazes de adotar comportamentos para além de “instintos” ou “reflexos” – entendidos como “disposições inatas do organismo” –, ou seja, moldados por contatos e experiências sociais ao longo de sua vida (Guerreiro Ramos, 1949, s./n.). Na base da vida social encontrava-se a capacidade humana de formar hábitos, definidos como “disposição organizada pela atividade psíquica do indivíduo” (Idem), que o dotava de “grande capacidade de adaptação [...] ao mundo circundante” (Idem)⁹².

Uma vez que a realidade social, assim como qualquer outro conjunto de fenômenos, fosse percebida como inscrita no mundo natural, abria-se o caminho para seu tratamento científico⁹³. Um dos problemas da alçada das Ciências Sociais, de grande interesse e utilidade para a Puericultura, era o estudo do processo pelo qual o recém-nascido, até então produto de processos biológicos envolvendo a fecundação e maturação do embrião, adquiria e formava hábitos, atitudes, regras, valores, etc.; e isto precisamente ao entrar em contato com o ambiente sócio-cultural no qual nascera (Guerreiro Ramos, 1944; 1945; 1949). Este desenvolvimento psicossocial do animal humano, referido ora como socialização (1949) ora como aculturação⁹⁴ (1945), foi entendido como um processo de interação.

Para realizar esse enquadramento conceitual, Guerreiro Ramos se valeu fundamentalmente do compêndio de Park e Burgess (1921)⁹⁵. O sociólogo afirmou

⁹² Esta concepção geral da consciência humana como envolvida num processo constante de ajustamento inteligente a diferentes ambientes e situações esteve presente nas discussões de filósofos e sociólogos norte-americanos, como John Dewey, Goerge H. Mead e William Thomas, sobre o lugar da mente na ordem natural. Ver, nesse caso, Smith (1988, p. 102); Bulmer (1984, pp. 29 – 31); Joas (1999, pp. 135 – 6). Para a importância da noção de hábito na Sociologia de William Thomas, ver Wegner (1993).

⁹³ A esse respeito, Guerreiro observou o seguinte: “Até bem pouco, a realidade social permanecia como uma espécie de região fantástica e sagrada, cuja exploração racional não devia ser tentada, sob pena de sacrilégio. Imaginava-se que a realidade social não podia ser estudada como fenômeno natural, uma vez que nela se achava comprometida uma criatura especial dotada de especiais qualidades, tornando-a assim um ser escapo à ação dos processos naturais” (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 314).

⁹⁴ Nesse caso, Guerreiro Ramos se referia à ideia de que o amadurecimento ou o crescimento psíquico da criança implicava a transmissão de elementos culturais dos grupos nos quais havia nascido. Esta definição genérica do processo de aculturação se encontra em Park; Burgess (1921, p. 738), que também utilizaram o conceito no sentido de troca ou propagação de elementos culturais entre diferentes sociedades.

⁹⁵ Cf. Park; Burgess (1921, pp. 36 – 38/ pp. 339 – 341).

que os conceitos de “Processo” e “Interação” asseguravam “maior precisão científica à ciência da sociologia” e, como tais, eram centrais em todas as ciências (Guerreiro Ramos, 1944, p.16). A noção de processo foi definida como “série de etapas do desenvolvimento de um fenômeno”, ou ainda, “cadeias de fases regulares do desenvolvimento dos fenômenos” (Idem). Estava implícita, neste caso, a ideia já referida de que à Sociologia, como qualquer outra disciplina científica, cabia a descoberta de “mecanismos na natureza” (Idem) que funcionavam com base em sequências regulares. Com efeito, Park e Burgess pretenderam que o termo fosse aplicável tanto à Sociologia quanto às demais ciências (Faris, 1970, p. 48). Aplicada à realidade social, a ideia de processo indicava o caráter dinâmico de seus elementos, como grupos, pessoas e instituições (Chapoulie, 2001, p. 108). No dizer de Pierson, o emprego generalizado dessa noção partia da constatação básica, em qualquer grupo de fenômenos, de uma “contínua [...] mutação duma coisa qualquer em uma direção definida”, mediante a interação de elementos e “forças naturais” (Pierson, 1945, p. 191). No caso das “coisas sociais” este dinamismo era patente: elas “surgem, integram-se, adquirem estabilidade, desintegram-se e desaparecem pela interação de ‘forças sociais’ passíveis de estudo e compreensão” (Idem, p. 192).

Guerreiro Ramos se aproximou dessa perspectiva ao indicar que todo processo era resultado da “interação” entre “elementos” (Guerreiro Ramos, 1944; 1944a)⁹⁶, noções que também se aplicavam a diferentes fenômenos naturais: os “elementos de uma molécula são os átomos, como os elementos dos organismos vivos são as células” (Guerreiro Ramos, 1944, p. 16). A interação foi definida como “o sistema de relações dinâmicas entre os elementos” (Idem). Detendo-se nesta noção, o sociólogo lançou mão de exemplos empregados por Park e Burgess em *Introduction to the Science of Sociology* (1921, p. 340):

O que acontece no sistema solar nos dá a ideia do que se entende por interação. Nele, os astros estão em relação recíproca, dependendo de cada um o equilíbrio de todos e de todos o equilíbrio de cada um. Um outro exemplo usado por alguns professores americanos é o das bolas sobre a mesa de bilhar. Quando o jogador atinge uma delas, o equilíbrio se perturba até que se componha um novo sistema fechado, ao cessar a interação (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 317).

⁹⁶ Tanto Guerreiro quanto Pierson se valeram da ideia de crescimento de um vegetal a fim de dar concretude às categorias de processo e interação. Ele ocorria a partir da interação entre elementos como “semente”, “solo”, “elementos nutritivos”, “água”, “calor”, etc.. Cf. Guerreiro Ramos (1944, p. 16) e Pierson (1945, p. 191).

Examinando o livro de Park e Burgess, Chapoulie afirma tratar-se de uma analogia obscura, que pouco esclarece o significado da noção de interação. O trabalho pouco rigoroso e sistemático sobre o vocabulário empregado na obra também dificultaria a compreensão do termo (Chapoulie, 2001). Ainda que não guardando um sentido unívoco, e prestando-se a diferentes usos nos escritos daqueles autores, a noção de interação enfatizava a relação de reciprocidade e interdependência existente entre os elementos ou forças em um dado processo (Faris, 1970, p. 48; Chapoulie, 2001, p. 108)⁹⁷. No caso dos fenômenos sociais, tratava-se de indicar sua ocorrência *pela e na* interação (Park; Burgess, 1921, p. 36). Assim os sociólogos de Chicago buscavam evitar tanto a redução conceitual da sociedade a mero agregado de indivíduos quanto o seu tratamento em termos de uma realidade independente e transcendente a estes (Joas, 1999, p. 144). Em um curso avulso de Sociologia no DASP, em 1948, Guerreiro Ramos chegou a tratar da interação social nesses termos, afirmando que a sociedade “não tem uma existência substantiva. Ela existe na interação social” (Guerreiro Ramos, 1948a, p. 3)⁹⁸.

Em linhas gerais, a socialização da criança foi vista por Guerreiro enquanto processo social em que o indivíduo, ao interagir gradativamente com diferentes membros e grupos da sociedade mais ampla, formava-se enquanto “pessoa”, “ser social”, capaz de comportamentos caracteristicamente humanos, isto é, com base em crenças, interesses, sentimentos, opiniões, atitudes, ideologias, etc.. O sociólogo insistiu, na esteira de Park (Park; Burgess, 1921, pp. 76 – 82), que a “natureza humana”, o conjunto daqueles elementos que diferenciavam mulheres e homens de outros animais, devia ser adquirida mediante a interação social do recém-nascido, não sendo, portanto, inata (Guerreiro Ramos, 1944; 1944a; 1945). Esta questão interessava particularmente a Park, que dedicou um capítulo inteiro de seu compêndio ao tema da “natureza humana”, no qual se encontra ainda um artigo de sua autoria intitulado, significativamente, “Man not Born human” (Park; Burgess, 1921, p. ix – x)⁹⁹.

⁹⁷ No capítulo em que esta discussão foi travada, intitulado “Interação Social”, Park e Burgess se valeram da transcrição de trechos de George Simmel e Ludwig Gumplowicz (1921, pp. 346 – 355). A importância da Sociologia de Simmel na reflexão dos sociólogos de Chicago, notadamente de Park, é tema controverso. Ver, nesse caso, Smith (1988); Joas (1999) e Gerhardt (2000). Em Teoria Social, a noção de “interação” veio a ser identificada, a partir dos anos 1960, ao “interacionismo simbólico”, desenvolvido por Herbert Blumer em fins dos anos 1930 com base em sua leitura da filosofia e da psicologia social de George Herbert Mead (Joas, 1999; Gerhardt, 2000).

⁹⁸ A numeração das páginas se repete ao longo da apostila. Trata-se, nesse caso, da seção intitulada “A noção de interação”.

⁹⁹ Segundo Smith (1988, p. 123), Park deveria ser visto sobretudo como um “estudioso da natureza humana”. O autor argumenta que o interesse teórico de Park sobre a cidade se torna compreensível na medida em que esta foi vista como *locus* privilegiado para a observação das mais variadas manifestações

Em sua exposição do processo de socialização, Guerreiro mobilizou outras noções presentes no compêndio de Park e Burgess. Afirmou, por exemplo, que por meio da comunicação, “instrumento fundamental da socialização”, a criança recebia “as experiências dos que [a] precederam”, “valores e atitudes que compõem o ambiente sócio-cultural” (Idem, 1949a, s./n.). Neste processo, ela também passava a “assumir os papéis dos outros” e, tomando conhecimento de sua própria posição na sociedade, adquiria “status” (Guerreiro Ramos, 1944, p. 20). Embora Guerreiro Ramos não tenha desenvolvido este ponto em seus trabalhos, os sociólogos norte-americanos, principalmente a partir dos trabalhos de Charles Cooley e George H. Mead, enfatizaram a importância da capacidade humana de assumir papéis, de ver a si mesmo por meio do outro, para a formação da própria identidade (Smith, 1988; Joas, 1999). Pierson, em comparação a Guerreiro, conferiu maior destaque a este aspecto do processo de aquisição da “natureza humana” pela criança, sublinhando a importância da interação por meio do compartilhamento de símbolos (Pierson, 1945, pp. 325 – 352). Para Park e Burgess, a ideia de “status” indicava a própria transformação do indivíduo em membro de um grupo social em relação ao qual adquiria papéis específicos (Park; Burgess, 1921, p. 55).

Tornar-se pessoa também significava, para Guerreiro, uma “contínua elaboração de atitudes” por parte da criança e do recém-nascido (Guerreiro Ramos, 1944, p. 20). As atitudes foram compreendidas como “modos de reagir diante dos motivos ou valores” que se articulavam entre si na vida psíquica de tal modo que toda pessoa constituía “um sistema de atitudes” (Idem). Há um trecho revelador de como o sociólogo trabalhou com essa concepção no caso do desenvolvimento infantil:

A primeira tarefa do recém-nascido é adquirir um mundo social dentro do qual possa viver. Este mundo social, a criança adquire definindo os objetos. Toda vez que define um objeto adquire uma atitude. Os pais são definidos como objeto de veneração, eis uma atitude positiva. O estrangeiro pode ser definido como um objeto que deve evitar ou destruir, eis uma atitude negativa [...] (Idem).

Guerreiro lançava mão, nesse caso, de uma terminologia peculiar aos estudantes de Chicago, proposta inicialmente por Thomas e Znacnieck em sua obra, *The Polish Peasant in Europe and America* (Faris, 1970; Smith, 1988; Chapoulie, 2001). Se o termo “atitude” se referia aos elementos psicossociais da realidade social, o termo “valor” indicava seus elementos objetivos ou sociais – no sentido de que se impunham

da “natureza humana” (Idem).

aos indivíduos como dados, provocando sua reação (Smith, 1988, p. 104). A atitude assim compreendida seria a contrapartida subjetiva ou individual dos fenômenos sociais, de modo que, entre as normas ou valores de um determinado grupo social e as ações concretas dos atores, havia a mediação das interpretações e definições elaboradas por esses últimos acerca das situações em que se encontravam (Chapoulie, 2001, p. 74 – 75)¹⁰⁰.

Neste tipo de ciência social, Sociologia e Psicologia Social guardavam, pois, estreita relação, já que o universo de significados que os próprios atores elaboravam sobre o mundo social, juntamente com as atitudes que assim se formavam, faziam parte da reelaboração permanente deste último (Joas, 1999)¹⁰¹. No dizer de Hans Joas, ao contrário das orientações metodológicas de Durkheim, os fatos sociais não podiam “ser explicados unicamente por outros fatos sociais”, e “as percepções individuais” tinham de ser reconhecidas como um “vínculo mediador” entre aqueles (1999, p. 148). Daí também ser importante o estudo da experiência dos próprios atores a respeito de si mesmos, dos outros e do mundo social, para o qual Thomas e Znanieck também contribuíram ao introduzir o recurso metodológico das histórias de vida. Como será visto mais adiante, tal dimensão subjetiva da vida social também interessou a Guerreiro Ramos, que nela enxergou um elemento importante na compreensão do comportamento humano e a ela recorreu em seu trabalho empírico sobre famílias e crianças “desajustadas” ao abrigo de uma instituição filantrópica.

Tendo em vista a existência desses fatores sociais e psicossociais no desenvolvimento do comportamento infantil, era necessário destacar a autonomia do processo social frente a outros processos, como o biológico. Guerreiro afirmava que não se podia, ao menos para fins analíticos, confundir “indivíduo” e “pessoa”¹⁰².

¹⁰⁰ O “*approach situacional*” de Thomas foi exposto de forma mais elaborada em “*The Unadjusted Girl*”. Segundo ele, a definição de uma dada situação por parte do ator era real em suas consequências e, portanto, compunha o aspecto subjetivo dessa mesma situação, a ser analisada em sua totalidade (Wegner, 1993). A noção de “situação” foi importante para Guerreiro na medida em que o comportamento humano devia ser entendido como um dos elementos integrantes de circunstâncias sociais específicas (1945; 1949). As “atitudes”, para o sociólogo, podiam ser ainda decompostas em “desejos e interesses”, os móveis da ação humana. Trata-se, no entanto, de uma breve indicação do sociólogo que ainda expôs a relação dos quatro desejos fundamentais proposta por Thomas – “desejo de novas experiências; desejo de segurança; desejo de correspondência (*response*); desejo de prestígio (*recognition*)” – bem como os tipos de personalidade social deles decorrentes (Guerreiro Ramos, 1944, pp. 21 – 22).

¹⁰¹ Para Guerreiro Ramos, as duas disciplinas mantinham uma relação estreita. Enquanto a Sociologia se interessava pelos processos subjacentes à formação, manutenção e transformação dos grupos sociais, a Psicologia Social enfocava os processos de formação da pessoa mediante a interação com o outro e a elaboração de atitudes (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 316).

¹⁰² Usos semelhantes desse par conceitual se encontram em Park; Burgess (1921, pp. 55 – 56) e Pierson

A herança recebida no processo de fecundação do óvulo, denominada “biológica” ou “orgânica”, pré-determinava, na expressão do sociólogo, as características fisiológicas e somáticas da criança. O resultado deste processo era o indivíduo, entendido como unidade biológica discreta composta por “instintos, reflexos e capacidades” (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 319). O termo “capacidades”, por vezes acompanhado do termo “potencialidades”, indicava aquilo que no animal humano eram possibilidades de agir, sentir e raciocinar que só ganhavam plena determinação mediante suas experiências sociais (Guerreiro Ramos, 1944; 1944a; 1945; 1949)¹⁰³. Eram a princípio indefinidas, podendo ser “operadas dos mais variados modos” conforme o aprendizado (Idem, 1945, p. 3).

Assim, para desenvolver plenamente padrões de comportamento, a natureza plástica do indivíduo devia ser moldada conforme os costumes, normas e valores pertencentes à cultura na qual se inseria, ou ainda, em outros termos usados pelo sociólogo, o recém-nascido deveria se apropriar de uma “herança social”. Subjacente ao crescimento infantil, havia um processo social, e não apenas biológico:

O recém-nascido traz apenas as capacidades necessárias para tornar-se humano. Não é ainda um ser social. Nenhum atributo social recebe por hereditariedade. A herança orgânica, de que é portador, é o material que terá de ser manipulado pelos mecanismos do processo social. [Ela], por si só, não determina o comportamento. Todos os entes humanos têm a capacidade de sentir fome. Esta capacidade pode ser, entretanto, definida socialmente de diversos modos. Pode ser uma definição chinesa, brasileira ou francesa. A capacidade de falar também pode receber vários tipos de definição social. O que é certo é que ninguém nasce predisposto a falar português antes que francês ou inglês (Idem, 1944a, p. 319 – 320).

Ao receber a herança social dos grupos com os quais interagia, as potencialidades e capacidades do organismo individual se transformavam em “hábitos, atitudes, desejos, sentimentos e opiniões” (Idem, 1944a, p. 321). Tratava-se de “um incessante processo de aprendizagem” por meio do qual sua natureza propriamente humana se desenvolvia (Guerreiro Ramos, 1944, p. 23). A herança social constava fundamentalmente de estilos de comportamento, “folkways” e “mores”. Os “folkways” se referiam aos “usos e costumes regulares da vida social: horas de refeição, de

(1945, pp. 451/455).

¹⁰³ Em uma ocasião (1944a, p. 319), Guerreiro remeteu seus leitores a um trecho, publicado no compêndio de Park e Burgess, do livro *The Original Nature of Man*, de autoria de Edward Thorndike (Park; Burgess, 1921, pp. 73 – 76). No trecho, Thorndike se valia do exemplo da “capacidade de estudo [*capacity for scholarship*]” de cada indivíduo, que, embora contida potencialmente em sua herança orgânica, só podia se desenvolver mediante estímulos e treinamento provenientes do ambiente externo. O texto compunha uma parte dedicada à discussão sobre o papel tanto de componentes biológicos inatos quanto de fatores ambientais na formação do comportamento humano (Park; Burgess, 1921).

trabalho, de dormir, maneiras de preparar alimentos, modas, etc. [...] [podendo] ser transgredidos sem que [houvesse] forte reação do grupo” (Idem, 1944a, p. 320). Os “mores” diziam respeito aos “usos e costumes admitidos pela sociedade como sagrados, intocáveis: formas de casamento, regime de propriedade, etc.” (Idem, p. 321). Essas noções, propostas inicialmente por William Sumner (1899) em seu livro *Folkways*, também são recorrentes no livro de Park e Burgess (1921, p. 1034) e nos textos de Pierson (1945, pp. 149 – 159), constituindo parte do léxico dos cientistas sociais norte-americanos nesse período (Smith, 1988, p. 122).

3.2. Comportamento desviante, mortalidade infantil e desorganização social

A preocupação de Guerreiro com as distinções entre processos biológico e social, ou entre heranças orgânica e social, indivíduo e pessoa, etc., só pode ser bem compreendida à luz das interpretações que desenvolveu acerca do comportamento infantil “anormal” ou “desviante”. No passado, segundo o sociólogo, a falta de uma compreensão clara a respeito da diferença daquelas categorias havia gerado discussões infrutíferas sobre a determinação ora exclusivamente biológica ora exclusivamente social da natureza e do comportamento humanos (Guerreiro Ramos, 1944, p. 23; 1944a, p. 318). O sociólogo afirmou que essas explicações deterministas, ou “unilateralistas”, encontravam-se ainda “no estádio [*sic*] do pensamento científico em termos de causa e efeito” (Idem, 1944a, p. 318). Inspirado no manual *Social Pathology* (1942), do psicólogo social norte-americano Lawrence Guy Brown, Guerreiro sugeriu que a noção de interação fosse também aplicada à própria forma de se conceber o desenvolvimento do comportamento:

A sociologia esboçou uma teoria interativa do comportamento que cada vez mais se comprova. Segundo ela, o indivíduo não nasce predisposto nem a um comportamento normal, nem a um comportamento anormal. Traz, sim, uma herança biológica que contém potencialidades de natureza humana que, posta em contacto com a herança social, vai promover experiências únicas que, estas sim, decidirão do tipo de comportamento. Sem subestimar, nem superestimar a herança biológica ou a social, a sociologia vê o comportamento como um resultado de fatores interativos e não de fatores causativos ou preponderantes (Guerreiro Ramos, 1945, p. 10).

Não era possível, dessa forma, reduzir o comportamento humano ao “funcionamento glandular” (Idem, 1944a, p. 318). Se “as glândulas endócrinas” exerciam influência sobre as “reações psico-motoras” dos organismos individuais, não

tinham “importância decisiva na formação das atitudes”, “por si sós, não explica[vam] o ser alguém católico ou protestante, comunista, democrata ou fascista, criminoso ou respeitador das leis” (Idem). Do mesmo modo, o “determinismo sociológico”, ou “sociologismo” (Idem), devia ser recusado, e isto porque a criança jamais se encontrava com a herança social como tal, “mas com seguimentos desta” (Idem, 1944, p. 24). Suas primeiras experiências sociais ocorriam no grupo primário da família, da vizinhança, da escola, etc., onde aprendia os “primeiros modelos de comportamento” (Idem). A série de contatos e acontecimentos da vida do indivíduo formava um “conjunto de eventos” ou história singular, de modo que sua “experiência” ou “vivência única” desses processos era um fator decisivo na formação de suas atitudes e na definição de seu comportamento.

O conceito de “experiência única”, cuja apresentação sistemática se encontra no livro de Lawrence Guy Brown (1942, pp. 70 – 77), dizia respeito em grande medida às diferentes interpretações e reações individuais aos estilos sociais adotados pelo grupo (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 323; 1945, pp. 6 – 7). O conceito expressava uma preocupação peculiar às Ciências Sociais em Chicago com a contrapartida subjetiva da realidade social, não internalizada simplesmente e de uma vez por todas, mas, por assim dizer, retrabalhada pelos próprios atores – uma característica que, como indicado acima, remonta aos trabalhos de William Thomas (Wegner, 1993; Joas, 1999). Detendo-se neste conceito, Guerreiro observou que a “exterioridade não [era] percebida, do mesmo modo, pelas diversas pessoas. [Era] vista através dos ‘óculos coloridos’ da vivência única de cada um” (1944a, p. 323).

Note-se que, na exposição de Guerreiro, o uso do termo “interação” para tratar do jogo complexo entre fatores biológicos, psicossociais e culturais na formação do comportamento infantil não esclarece a natureza precisa dessa relação¹⁰⁴. Com efeito, mesmo não tendo trabalhado essas ideias de modo sistemático e em detalhes, um dos objetivos do sociólogo foi o de negar que fatores biológicos pudessem ser tomados como causa exclusiva do comportamento humano desviante.

¹⁰⁴ Nas palavras de Guerreiro: “[...] a psicologia social não subestima os elementos biológicos nem os sociais do processo de formação da pessoa. Apenas não os admite como causas de nenhum tipo de comportamento. Para ela, só há fatores interativos, os quais só valem na conjuntura total da personalidade” (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 318). O manual de patologia social de Lawrence Guy Brown, que se propôs a estudar esta dinâmica em “termos interativos”, sugere que a herança biológica e social só ganhavam sentido, passando a influir no comportamento da pessoa, à medida que eram experimentadas subjetivamente e integradas à organização da personalidade (Brown, 1942).

É o que se percebe em relação aos fenômenos da delinquência juvenil e do crime. Nesses casos, a importância daqueles fatores podia mesmo ser considerada marginal se comparada às influências psicossociais e sociais. Guerreiro considerou a delinquência do menor uma forma de comportamento adquirido (Guerreiro Ramos, 1944; 1944a). Em suas palavras: “A criança é imitativa, dependente dos adultos que a cercam. Não sabe que os estilos comportamentais que lhe apresentam são socialmente desaprovados” (Guerreiro Ramos, 1944, p. 41). Em termos de sua experiência ou vivência única, nenhuma criança era, portanto, anormal; aprendia, isto sim, “como naturais os modelos que lhe [eram] apresentados” (Idem, p. 25). Assim, para o sociólogo, o comportamento anormal significava, em realidade, a preponderância de “aspectos desaprovados pelo grupo sobre os socialmente aprovados” (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 323), ou ainda, dos “caracteres prejudiciais à sociedade sobre os benéficos” (Guerreiro Ramos, 1944, p.25).

Com o avanço da autonomização de seu campo disciplinar, a preocupação em relativizar a manifestação do “normal” e do “patológico” nos fenômenos sociais passou a ser uma constante nas ciências sociais norte-americanas. Afinal, para uma prática que se queria em moldes estritamente científicos, era preciso garantir a neutralidade axiológica ao menos no momento de análise do surgimento dos problemas sociais. Houve todo um esforço de cientistas sociais, inclusive de alguns filiados às perspectivas teóricas e metodológicas de Chicago, como Richard Fuller e Lawrence Guy Brown, para re-descrever esses problemas enquanto resultado de processos sociais regulares, afastando o “tom moralista” dos primeiros estudos sobre males e patologias na vida social (Gerhardt, 1997, pp. 140 – 142). O caráter de “problema” só podia ser fixado por critérios extra-científicos. No enfrentamento desta questão, Guerreiro Ramos se valeu consideravelmente do livro *Social Pathology* (1942), de Lawrence Guy Brown. Guerreiro observou que “[e]m sociologia, o normal e o anormal [eram] termos descritivos, que não encerra[vam] nenhuma idéia de valor” (1944, p.25). Dessa maneira, ambos podiam ser compreendidos como “produtos de processos naturais” (Idem). A avaliação de determinados comportamentos como problemáticos cabia aos grupos sociais. Nas súmulas das aulas de 1948, para os cursos do DNCr, o sociólogo expôs as dificuldades em se conseguir uma definição de “problema social” que se

adequasse às exigências científicas, tal era sua dependência em relação aos valores (Guerreiro Ramos, 1949a, s./n.).¹⁰⁵

Os estilos “anormais” de comportamento – isto é, aqueles em geral desaprovados socialmente – constituíam uma “verdadeira tradição moral” em algumas regiões das cidades modernas, de modo que a anormalidade era “adquirida como normalidade” (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 323). Guerreiro Ramos tinha em mente, nesse caso, os estudos de Clifford R. Shaw em parceria com Henry D. Mckay, dentre os quais *Juvenile Delinquency and Urban Areas* (1942) (Guerreiro Ramos, 1944, p. 37). Ambos haviam sido alunos de Robert Park e Ernest Burgess na Universidade de Chicago nos anos 1920. Ao término da pós-graduação, por recomendação de Burgess, Shaw passou a trabalhar no Departamento de Sociologia do *Institute of Juvenile Research*, órgão governamental (Estado de Illinois) destinado ao tratamento de jovens delinquentes. Tendo Mckay como colaborador, Shaw realizou a maior parte de suas pesquisas na instituição (Chapoulie, 2001, p. 262).

O livro de Shaw e Mckay foi resultado de diversas pesquisas realizadas em cidades norte-americanas, com base em instrumental estatístico e cartográfico, tendo em vista a análise da relação entre as diferentes condições sociais, culturais e econômicas das áreas que as compunham e a frequência de transgressões e ações criminosas perpetradas por jovens no interior de cada uma delas (Shaw; Mckay, 1942). Para os autores, não era possível ignorar, no estudo do fenômeno, a “tradição social” que se desenvolvia em torno de grupos de jovens delinquentes concentrados em algumas regiões da cidade. Tratava-se de um sistema de “valores sociais, normas e atitudes” ao qual crianças se expunham desde cedo e que destoava dos padrões comportamentais mais amplamente aceitos (Idem, p. 435). Em determinadas vizinhanças da cidade, esse sistema acabava sendo “suficientemente extensivo e dinâmico para se transformar nas forças decisivas do desenvolvimento das carreiras de

¹⁰⁵ Expôs, na ocasião, definições de “problema social” elaboradas por cientistas sociais norte-americanos, dentre eles o próprio Richard Fuller. Fuller foi o responsável pela primeira sessão do livro “An outline of the principles of Sociology”, organizada por Robert Park e intitulada “Social Problems”. Nela o autor afirmava que nenhuma situação social poderia ser realmente considerada problemática até que as pessoas envolvidas tomassem consciência dela *enquanto* problema, de modo que todo “problema social” guardava um “importante elemento subjetivo da consciência do grupo” (Fuller, 1939, p. 13). Uta Gerhardt coloca em perspectiva histórica os impasses da análise sociológica do comportamento desviante nos Estados Unidos desde os primeiros estudos sobre patologia social até as perspectivas teóricas sobre etiquetagem e estigma surgidas nos anos 1960 e associadas a Howard Becker e Erving Goffman (1997).

delinquente entre um número relativamente grande de meninos e rapazes” (Idem, p. 435 - 436).

Central para o argumento desses sociólogos era a hipótese de que a delinquência era um fenômeno inerente a áreas específicas das grandes cidades, mais em função das características sociais, econômicas e ecológicas que apresentavam – dependentes da própria dinâmica de desenvolvimento dos centros urbanos – do que em função dos grupos étnicos ou indivíduos que compunham sua população. Eram áreas especialmente atingidas pelo baixo nível econômico e pela habitação precária de sua população (Shaw; Mckay, 1942). Apoiando-se nesta perspectiva, Guerreiro Ramos afirmou que havia “grande correlação entre a delinquência e a desorganização social” (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 323). A “delinquência juvenil e o abandono de menor” eram “produtos de zonas em deteriorização [sic]”, sendo as comunidades dessas regiões favoráveis ao “desajustamento”. Eram, “por assim dizer, uma doença da comunidade” (Idem, p. 41).

A concepção de “desorganização social” havia sido formulada inicialmente por Thomas e Znanieck em seu estudo sobre a desestruturação das famílias polonesas e sobre o conflito, vivido por seus membros, entre seus antigos hábitos de ação e as novas situações representadas pela sociedade norte-americana (Faris, 1970; Chapoulie, 2001)¹⁰⁶. No entanto, o termo, tal como aparece em geral nos trabalhos de Shaw e Mckay (Chapoulie, 2001, p. 267) e naqueles de Guerreiro Ramos (1944; 1944a; 1945), parece estar mais próximo do tratamento que lhe conferiram Park e Burgess (Park *et al*, 1967 [1925]) em *The City*, livro organizado por esses dois autores em 1925 contendo “exposições teóricas e ensaios interpretativos sobre os padrões culturais da vida urbana” (Janowitz, 1967, p. viii). Note-se que Guerreiro recomendava sua leitura aos médicos puericultores (Guerreiro Ramos, 1944, p. 37).

Robert Park concebeu o ambiente urbano e, mais precisamente, a cidade de Chicago como palco privilegiado para a condução de pesquisas sociológicas. Albion Small já havia afirmado que a cidade deveria se tornar o “laboratório social” do sociólogo (Faris, 1970; Chapoulie, 2001). Park levou a imagem adiante, afirmando ser possível um tratamento científico dos fenômenos urbanos se a cidade fosse considerada como um “organismo social”, com processos naturais inerentes à sua dinâmica (Bulmer, 1984, p. 92). Em *The City* (1925), Park lançou as bases do que viria ser a

¹⁰⁶ Ver capítulo II, “Ciência e reforma social na Escola de Chicago”.

“Ecologia humana”, abordagem ora tratada como parte integrante da Sociologia ora como disciplina específica, auxiliar ou preliminar à análise sociológica (Eufrásio, 1999). Em todo o caso, tratava-se de se considerar as relações entre os homens em suas dimensões espaciais e territoriais, ou ainda, as implicações, para a vida associada, da organização e distribuição dos indivíduos em uma determinada localidade, o que envolveria sempre, em um nível involuntário e inconsciente, a competição daqueles por um lugar no solo (Eufrásio, 1999).¹⁰⁷

Para Robert Park, a noção de desorganização social sinalizava a perda de controle social sobre o comportamento dos indivíduos tradicionalmente exercida pelo grupo primário. Era um processo inerente ao crescimento das cidades, em cujo ambiente ocorria o enfraquecimento ou a substituição das relações pessoais, face a face, de natureza cooperativa, característica daquele grupo, por contatos secundários, isto é, indiretos, marcados pela impessoalidade e formalidade, com base no cálculo de interesses ou conveniência (Park, 1925a). As “antigas formas de controle social representadas pela família, pela vizinhança e pela comunidade local [havia sido] minadas e sua influencia diminu[í]do enormemente” (Idem, p. 107). Park já havia tratado de diferentes implicações das grandes cidades modernas para a vida social em *Introduction to the Science of Sociology* (1921). Observou então que esses ambientes costumavam ser verdadeiros “melting-pots” de grupos étnicos e culturas, multiplicando as oportunidades de contato e associação entre as pessoas ao mesmo tempo que tornava estes últimos “transitórios e menos estáveis” (Park; Burgess, 1921, p. 313). Partindo-se desse quadro, era possível esboçar explicações sociológicas do comportamento desviante. Nas palavras de Park:

É provavelmente a ruptura das vinculações locais e o enfraquecimento dos constrangimentos e inibições dos grupos primários, sob a influencia do ambiente urbano, que são largamente responsáveis pelo aumento dos vícios e do crime nas grandes cidades (Park, 1925, p. 25)¹⁰⁸.

Nesse caso, as gangues de jovens exerciam “uma influência consideravelmente maior na formação de caráter dos rapazes que a comp[unham] do que a igreja, a escola ou qualquer outra agencia comunal exterior às famílias e lares [daqueles]” (Park,

¹⁰⁷ Eufrásio (1999) analisa as diferentes concepções acerca da “Ecologia Humana” elaboradas por Park, Burgess e Mckenzie em diferentes contextos. Ver, nesse caso, seu capítulo VIII.

¹⁰⁸ No original: “It is probably the breaking down of local attachments and the weakening of the restraints and inhibitions of the primary group, under the influence of the urban environment, which are largely responsible for the increase of vice and crime in great cities”.

1925a, p. 112). As análises de Shaw e Mckay sobre a delinquência juvenil guardavam semelhanças com essa perspectiva na medida em que identificavam no mundo urbano, com seu “anonimato, sua maior liberdade, o caráter mais impessoal de suas relações e a gama variada de panos de fundo econômico, social e cultural de suas comunidades”, condições propícias ao desenvolvimento de comportamento desviante (Shaw; Mckay, 1942, p. 439). Na falta de um controle efetivo e abrangente sobre o comportamento infantil por meio do grupo primário e suas normas sociais, muitas crianças se viam confrontadas com sistemas de valores divergentes, o que dava margem à possibilidade de uma socialização na vida criminosa (Idem, p. 437).

No esforço de interpretar sociologicamente os problemas da infância, Guerreiro Ramos se valeu em grande medida dessas ideias. Afirmou que as mudanças sociais surgidas com o desenvolvimento da vida urbana moderna estavam na base de muitos “desajustamentos” (Guerreiro Ramos, 1944, p. 35). Em sua opinião, esses eram “menos numerosos nas sociedades primitivas”, cujo “alto grau de homogeneidade cultural [punha] o indivíduo a salvo de perplexidades” (Idem, p. 36). Sua socialização “raramente [era] desviada”, posto que “grupo só lhe apresenta[va] modelos aprovados” (Idem). Do mesmo modo, no mundo rural, “o membro da comunidade rural [era] mais socializado que o urbanita” e a família constituía “um centro de gravidade poderoso, verdadeira célula da comunidade” (Idem). Estava, portanto, marcado por relações pessoais, de proximidade, sendo relativamente pequena a quantidade de contatos que seus habitantes estabeleciam ao longo da vida. Em contraste com essas formas de sociedade, os “contatos sociais do habitante da cidade [eram] em grande maioria impessoais. Por isso, a cidade liberta[va] o homem dos laços sociais” (Idem). Nela predominava a “concorrência de modelos sociais” (Idem). Ela se diversificava em maior número de classes e ocupações, sendo “um melting-pot de teorias políticas, morais, religiosas, sociais, artísticas, econômicas” se comparada à sociedade rural, “mais estática” (Idem, p. 36). Guerreiro afirmava que “[q]uanto mais diversificados [eram] os círculos sociais que comp[unham] a comunidade, mais freqüentes se torna[vam] os casos de desajustamento” (Idem, p. 35).

A própria relevância conferida ao estabelecimento de serviços de saúde e assistência infantil só ganhava pleno sentido quando se entendiam as condições produzidas pelas sociedades contemporâneas, em processo crescente de urbanização e industrialização, que “não ofereciam mais à criança estilos uniformes de comportamento” (Guerreiro Ramos, 1945, p. 7). Nas palavras de Guerreiro Ramos:

Vivemos numa época [...] em que a unidade social está inteiramente esfacelada. Não podemos confiar a criança a uma aculturação espontânea e informal, porque a sociedade presente é um sincretismo de sistemas culturais, os mais contraditórios./ Numa sociedade culturalmente una, em que todos os membros aderem a um mesmo complexo de valores, não há necessidade da puericultura. Os perigos de malformações psíquicas são diminutos. A puericultura vem reparar a incapacidade da sociedade industrial de oferecer padrões estáveis de comportamento infantil. Por esta razão, a puericultura tende a tornar-se uma função crônica de agências especializadas (Guerreiro Ramos, 1945, p. 7).

Ainda sob o impacto da leitura dos estudos sociológicos norte-americanos, Guerreiro Ramos observou que o fenômeno da desorganização social tendia a se concentrar em regiões específicas da cidade, e que, portanto, era fundamental a compreensão daquelas como parte integrante da dinâmica ecológica e social desta (Guerreiro Ramos, 1944). Do ponto de vista da Ecologia Humana elaborada por Park e Burgess, a cidade podia ser estudada enquanto um organismo vivo no qual suas diferentes regiões se articulavam intimamente, ou ainda, enquanto objeto sujeito a processos naturais que resultavam na movimentação, distribuição e fixação da população ao longo de seu território de acordo com padrões mais ou menos determinados (Eufrásio, 1999). Em dois artigos publicados em *The City* (Burgess, 1925; 1925a), Ernest Burgess havia esboçado um esquema da expansão e crescimento para o qual tendiam as cidades industriais modernas notadamente nos Estados Unidos, partindo de observações sobre o desenvolvimento de Chicago.

No livro de 1944, ao tratar da “sociologia da cidade” que vinha sendo desenvolvida por aqueles pesquisadores, Guerreiro Ramos expôs a hipótese de Burgess segundo a qual a cidade, a partir de sua região central, crescia de modo radial, em zonas que assumiam a forma de círculos concêntricos, “à maneira do que se passa quando se derrama água sobre uma superfície perfeitamente horizontal ou quando se joga pedra sobre a água em repouso” (Guerreiro Ramos, 1944, pp. 38 – 39). Com o crescimento populacional, as diferentes zonas da cidade tendiam a se expandir em um processo de “invasão” da zona seguinte marcado pela mudança de residência de suas populações. Essas transformações em grande medida escapavam à deliberação e ao artifício dos sujeitos humanos, sendo resultado, isto sim, de um processo de competição na busca pelas áreas detentoras dos melhores recursos, que acabavam

sendo as mais valorizadas economicamente¹⁰⁹. Ao apontar os principais processos envolvidos no crescimento da cidade, Guerreiro apresentou a classificação do espaço urbano da seguinte forma:

Zona I – constituída pelo Loop, distrito central de negócios, onde se localizam, de preferência, os estabelecimentos de vendas a grosso, centros de transporte, administração, finanças, hotéis, teatros e edifícios municipais, as terras de mais alto preço, etc. A segunda, Zona II - de transição, provisória, pois está sendo invadida pela anterior, localizando-se aí, ainda, terras de alto preço, casas deterioradas, pequena manufatura, o vício comercializado, a pobreza, famílias desorganizadas e outras anomalias que justificam a presença de reformatórios e agências policiais. A terceira, Zona III - mais estável que a precedente, onde habitam os trabalhadores qualificados, a pequena burguesia, advogados, médicos, engenheiros, artistas, a terceira geração de imigrantes. A quarta - Zona IV - de residência da alta classe, onde se localizam de preferência os apartamentos, as famílias pequenas, grande número de casas próprias, com teatros e diversões locais, de aspecto aristocrático, distante 15 a 20 minutos do centro. E finalmente, a quinta - Zona V - suburbana, diversificada em cidades satélites, distante 30 a 60 minutos da Zona I (Guerreiro Ramos, 1944, p. 38).

Em linhas gerais, esta caracterização social e espacial de cada zona acompanhou o próprio esquema de Burgess (1925, 1925a). A região central, denominada “Loop” em Chicago, continha as terras de mais alto valor. À sua volta, a segunda zona apresentava construções e terrenos em deterioração, alugados a preços módicos para famílias de baixo poder aquisitivo e mantidos para fins especulativos, já que se localizavam na região em direção à qual a indústria e o comércio da primeira zona tendiam a se expandir. É possível observar, no entanto, algumas diferenças entre os textos de Burgess e Guerreiro, o que possivelmente indica adaptações introduzidas por este último. No esquema de Burgess a terceira zona era ocupada predominantemente por trabalhadores de fábrica mais habilidosos ou qualificados se comparados à mão-de-obra da segunda zona (Burgess, 1925, p. 56). Os profissionais liberais, ou a “pequena burguesia” dessa região, referidos por Guerreiro, parecem estar ausentes da caracterização de Burgess. Para este último, somente na quarta zona, a das “melhores residências”, observava-se uma “grande classe média dos americanos natos (profissionais, homens de negócio, etc..)” (Eufrásio, 1999, p. 170)¹¹⁰.

¹⁰⁹ É o que torna inteligível a insistência de Park em manter este tipo de análise no campo da “ecologia humana”, cujo escopo era precisamente uma espécie de interação competitiva entre os atores por um espaço favorável no solo sem que houvesse sua consciência ou reconhecimento mútuo (Eufrásio, 1999).

¹¹⁰ Cf. Burgess (1925, p. 54; 1925a, p. 148). Uma análise dos elementos presentes no esquema de zonas concêntricas de Burgess, desenvolvido ao longo dos anos 1920, está em Eufrásio (1999, pp. 153 – 183).

Note-se que Burgess imaginou que sua explicação fosse válida ao menos de forma aproximada para as grandes cidades norte-americanas. O sociólogo também esteve atento ao fato de que particularidades geográficas, culturais e históricas perturbavam o padrão de crescimento urbano concêntrico, de modo que este devia ser encarado mais como um “esquema ideal” do que uma descrição exata (Burgess, 1925, p. 52)¹¹¹. Não há dúvida de que a experiência histórica norte-americana tenha marcado sobremaneira o esquema de Burgess. Afinal, um dos grandes motores do desenvolvimento urbano, conforme sua própria indicação (Burgess, 1925, p. 57), havia sido o aumento vertiginoso e abrupto do número de habitantes das grandes cidades, não de modo “natural”, a partir de seus elementos nativos, mas pela chegada frequente de massas de imigrantes europeus, notadamente da zona rural, que afluíam para o país no contexto de guerra, e de segmentos da população negra oriundos do Sul (Faris, 1970). Ambos os grupos atendiam a demanda por mão-de-obra surgida com o crescente desenvolvimento industrial (Idem). Esses contingentes, em sua maioria desprovidos de recursos, acabavam por se instalar na zona de transição, no entorno da região central, formada por vizinhanças com habitações de baixo custo e em franca decadência. Conforme conseguissem se estabelecer social e economicamente, tendiam a migrar para as zonas seguintes, que em geral apresentavam um padrão de vida superior. O efeito era uma redistribuição de parte da população pelo ambiente urbano, acompanhada de uma maior integração desses grupos à vida e à cultura norte-americanas (Burgess, 1925).

Guerreiro Ramos esteve atento às limitações do modelo de Burgess em termos de aplicação a outras cidades. Afirmou que, “se nem sempre o padrão concêntrico [era] verificado”, parecia “indiscutível [...] a existência das zonas” (Guerreiro Ramos, 1944, p. 39). Elas existiam “em Chicago, Londres, Tóquio, Santiago, Rio de Janeiro, por exemplo, podendo variar a disposição espacial” (Idem). Guerreiro observou de passagem que, na cidade do Rio de Janeiro, a disposição das áreas urbanas não obedecia ao padrão concêntrico (Idem).

Desse modo, o delineamento da diferentes regiões que compunham as cidades brasileiras, seguindo critérios estritamente sociológicos¹¹², era etapa preliminar na

¹¹¹ Shaw e Mckay se apoiaram em sua classificação das diferentes áreas urbanas e pretenderam ter estabelecido padrões semelhantes de distribuição espacial de fenômenos sociais como a delinquência juvenil para outras cidades dos Estados Unidos (Faris, 1970; Chapoulie, 2001).

¹¹² Guerreiro se apoiou em observações de Pierson sobre o estudo da cidade para indicar os critérios de classificação de suas diferentes áreas: “a) caráter e densidade da população; b) caráter dos edifícios; c)

atuação dos médicos puericultores e demais profissionais ligados à proteção materno-infantil, uma vez que indicavam os locais onde os problemas da criança tendiam a se concentrar:

No Rio de Janeiro, como em qualquer centro urbano, o traçado das áreas é medida importante para o tratamento do menor. Os distritos policiais e sanitários são meras entidades administrativas. Em qualquer dêles, ruas socialmente heterogêneas são agrupadas: O 1º Distrito Sanitário do Rio de Janeiro, por exemplo, inclui: centro urbano (Zona I) parte do Mangue, Lapa (Zona II) e Ilha do Governador (Zona III) (Guerreiro Ramos, 1944, p. 44).

O fenômeno da “delinquência juvenil” bem como a “vadiagem” ocorriam com frequência na segunda zona, de transição, favorável à desorganização social (Idem, p. 39). Nessas áreas, predominavam “cortiços, pardieiros, vielas onde a população se adensa em espaços insuficientes (Idem, p. 41). Como indicado no primeiro capítulo, os médicos puericultores também procuraram estabelecer nexos entre o abandono de crianças, a delinquência e aqueles ambientes sociais, tidos como degradantes tanto do ponto de vista moral quanto do ponto de vista sanitário. Também associaram por vezes tais condições a processos mais amplos, como a urbanização ou o crescimento das cidades. Nesse caso, Guerreiro buscava indicar que a Sociologia era capaz de elevar a compreensão desses problemas a um patamar científico, lançando luzes sobre os processos naturais que estavam em sua raiz.

A mortalidade infantil também foi apontada como característica de “áreas desorganizadas” (Guerreiro Ramos, 1944, p. 39), ou ainda, enquanto “efeito da desorganização social” (Idem, 1945, p. 11) estando, por isso mesmo, intimamente relacionada a condições ambientais. Neste caso, as características econômicas e o padrão de vida das populações que ocupavam esses espaços foram postas em evidência: a mortalidade infantil e a mortalidade materna se concentravam “nas classes de baixo nível econômico” (Guerreiro Ramos, 1944, p. 40). Segundo o sociólogo, a “desnutrição materna, o trabalho materno, a falta de assistência médica, a habitação em comum em ambientes anti-higiênicos, decorrentes do baixo padrão de vida [eram] causas importantíssimas daqueles males” (Idem). É possível notar que Guerreiro Ramos não divergiu das avaliações dos médicos puericultores neste ponto. Contudo,

solidariedade social; d) fixação do imigrante da 1a, 2a, e 3a gerações; e) tipo de organização familiar; f) propriedade da moradia; g) nível educacional; h) concentração de fenômenos sociais, como: delinquência juvenil, crime, divórcio, deserção, mania de entropocentes [sic], prostituição, etc.” (Guerreiro Ramos, 1944, p. 39). Cf. Pierson (1943a).

enquanto os médicos se valeram genericamente do binômio ignorância – miséria para explicar o fenômeno da mortalidade infantil, o sociólogo destacou sua relação direta com o “problema da desigualdade econômica” e da insuficiência da renda nacional (Idem, 1945, p. 12). Assim, a “causa última da mortalidade infantil [era] de natureza econômica” (Idem, 1945, p. 11).

Pesquisas que indicassem a distribuição espacial da mortalidade infantil, englobando “pelo menos as capitais e as principais cidades do Brasil”, deviam ser levadas a cabo (Idem, 1945, p. 15). Em 1950, em artigo intitulado “Áreas de Mortalidade Infantil”, o sociólogo tornou a insistir no estabelecimento de “áreas de mortalidade infantil em nosso país, numa acepção mais ampla”, isto é, “áreas regionais”, capazes de indicar as variações na frequência do fenômeno entre as zonas rurais e as grandes cidades (Guerreiro Ramos, 1950). Tratava-se, nesse caso, de uma preocupação – cada vez mais evidente nos textos de Guerreiro a partir do final dos anos 1940 – em relacionar a mortalidade infantil à estrutura sócio-econômica do país como um todo e às classes sociais que a compunham (Guerreiro Ramos, 1949). Note-se que a sociologia de Chicago se mostrava útil na medida em que fornecia instrumental conceitual e metodológico para a determinação da distribuição espacial da mortalidade. Ao final dos anos 1940, Guerreiro sugeria, no entanto, que o escopo deste não se restringisse a esta ou aquela localidade, como era habitual nos estudos urbanos de Chicago mas, sim, compreendesse as diferentes regiões do território brasileiro (Guerreiro Ramos, 1950). A abordagem ecológica poderia, assim, fornecer um retrato da nação, questão que passou a ocupar cada vez mais o sociólogo neste período.

3.3. Um inquérito sobre quinhentos menores

A pedido do médico Flammarion Costa, então diretor da Divisão de Proteção Social da Infância, Guerreiro Ramos participou da apuração de dados reunidos por meio de inquéritos aplicados pelo DNCr em várias regiões do país em 1943, tendo em vista “a sondagem da situação em que se encontravam os menores desajustados” (Guerreiro Ramos, 1946, p. 9). Aproveitou a ocasião para selecionar um dentre os grupos de menores pesquisados e realizar uma descrição mais pormenorizada de sua situação, “por estarem estes ainda à [sua] disposição, naquela época” (Idem, pp. 9 – 10). O resultado desse trabalho foi publicado em livro intitulado *Um inquérito sobre quinhentos menores* (1946). Nele se evidencia o esforço de Guerreiro em estabelecer,

mediante pesquisa empírica, um quadro dos problemas da criança que enfocasse seus aspectos sociais e psicossociais.

As crianças em questão eram assistidas por uma instituição filantrópica no Rio de Janeiro, o Serviço de Obras Sociais (S.O.S.), fundado em 1934 por iniciativa de enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública cujo trabalho as punha em contato regular com segmentos pobres da população. A instituição prestava diferentes serviços de assistência, saúde e educação social, fornecendo itens de primeira necessidade a indivíduos e famílias carentes, ao mesmo tempo que buscava reintegrá-los ao mercado de trabalho. Também dispunha de um abrigo onde acolhia geralmente crianças, mulheres e idosos em condições degradantes de vida (Guerreiro Ramos, 1946).

O trabalho do sociólogo consistiu em supervisionar a apuração de dados estatísticos sobre a vida das crianças frequentadoras do abrigo bem como em realizar entrevistas junto a duas de suas famílias. Tratava-se, mais especificamente, da história de vida de duas mães que visava complementar a caracterização geral do “espaço social” desse grupo (Idem, p. 10). E isto na medida em que revelava parte de sua dimensão subjetiva, o universo compartilhado de significados a partir do qual compreendiam e enfrentavam situações. O estudo biográfico desta ou daquela pessoa também lançava luzes sobre processos culturais e sociais mais amplo. Ou, nas palavras de Guerreiro, servia como “uma espécie de corte da sociedade, destinado a mostrar os mecanismos sociais em funcionamento” (Idem). Assim, tinha-se a descrição da situação das crianças do “ponto de vista coletivo ou macroscópico” e do “ponto de vista psicológico ou microscópico” (Idem).

Os dados sobre as crianças, coletados em 1943, eram referentes, dentre outros aspectos, a: sexo; idade; espécie de assistência que recebiam (alimentar, recreativa e/ou educacional); cor; local de origem; filiação; registro civil; instrução (número de crianças que freqüentava a escola); situação econômica; horário de atividades rotineiras. Guerreiro observou que “muitas crianças para ali [abrigo da S.O.S.] se [dirigiam] em busca de alimentação, recreação no parque infantil” (Idem, p. 44). No caso da espécie de assistência, as crianças solicitavam invariavelmente refeição, “por onde se depreend[ia] o seu estado de necessidade” (Idem, p. 41). Havia ainda informação sobre os pais envolvendo instrução, profissão, religião, salário e número de filhos por família (Idem, pp. 55 – 70). Guerreiro observou que a maioria das famílias pesquisadas residiam em favelas da cidade do Rio de Janeiro e descreveu, com certo

detalhamento, suas condições de habitação: eram “pequenos barracões compostos, geralmente, de um só cômodo que serve, ao mesmo tempo, de quarto, sala e ainda de cozinha” (Idem, p. 71). Em geral esses eram feitos de “latas velhas, pedaços de madeira ou estruque (barro socado colocado entre grades de ripas)” (Idem). A infraestrutura sanitária era inexistente. A maior parte dos dados foi apresentado na forma de gráficos, tabelas e quadros.

As histórias de vida compunham a segunda parte do livro. O primeiro caso (“história social de uma viúva”) apresenta a trajetória de uma mulher que, após o falecimento do marido, um pequeno comerciante, contraiu dívidas e, diante do agravamento da situação financeira, foi obrigada a se desfazer da casa onde morava com os filhos. O segundo caso (“história social de uma mãe solteira”) narra como uma jovem do interior de Minas Gerais, em visita à cidade do Rio de Janeiro, acabou se envolvendo e vivendo junto a um oficial de baixa patente – em sua residência, numa favela – sem oficializar a relação e à revelia da família. O comportamento agressivo do rapaz, tornando-se rotineiro, acabou por fazer com que a jovem partisse junto com os filhos.

As histórias foram narradas em terceira pessoa, o que sugere tratar-se da leitura de Guerreiro Ramos sobre o resultado das entrevistas. Como era importante apreender a compreensão que as próprias entrevistadas apresentavam de sua biografia, surgiam com frequência expressões entre aspas no texto, sinalizando seu uso por parte dos próprios atores. Ambas as histórias foram estruturadas de modo semelhante: experiências de infância e contatos no âmbito familiar; início da relação conjugal ou amorosa e a constituição do grupo familiar; eventos e ações que haviam conduzido à situação crítica ou problemática, ameaçando a estabilidade das relações no grupo; assistência e suporte que as mulheres junto aos filhos passaram a receber na entidade filantrópica e, finalmente, recursos e despesas que ambas as mulheres apresentavam no presente, tarefas ou atividades que desempenhavam e expectativas em relação ao futuro.

Nota-se, ao longo do texto, o registro das reações das entrevistadas diante de suas recordações, das suas interpretações sobre situações vividas, de definições sobre si mesmas e os outros; de hábitos, interesses, desejos, angústias, situações e acontecimentos passados tidos como significativos¹¹³. No primeiro caso, da mulher

¹¹³ Não se tem acesso, no entanto, ao depoimento ou à fala das entrevistadas na íntegra, nem é possível tomar conhecimento das possíveis questões que estruturaram as entrevistas. Isto torna difícil precisar até que ponto o material apresentado reproduzia a narrativa que aquelas haviam oferecido ao sociólogo. Apenas em alguns pontos do texto é possível entrever observações envolvendo características comportamentais e condições de vida das moças que seguramente partiam de Guerreiro Ramos (1946, pp. 127 – 8).

viúva, o sociólogo ainda tratou brevemente do desempenho escolar, hábitos e estilos de comportamento dos filhos. Anexou também uma carta de um amigo da família endereçada à moça, expediente metodológico que se tornou comum entre pesquisadores de Chicago a partir de William Thomas (Bulmer, 1984; Chapoulie, 2001). Ao final do segundo caso, o sociólogo expôs duas entrevistas: uma com o rapaz que havia se envolvido com a “mãe solteira” e outra com o pai deste (Guerreiro Ramos, 1946, pp. 75 – 134). Buscava-se, nesse caso, uma complementação ou aprofundamento da história de vida sob o prisma de outros atores relevantes na trajetória da moça.

Guerreiro Ramos não travou nenhuma discussão sistemática sobre as histórias de vida apresentadas, nem buscou articular explicitamente seu conteúdo ou os achados estatísticos a qualquer esquema interpretativo ou categoria analítica. A ausência de reflexão teórica para além do plano descritivo foi observada por Florestan Fernandes em breve nota sobre o livro publicada na revista *Sociologia*: “O trabalho, no fundo, não passou de etapa preliminar, em que os problemas de pesquisa foram apenas evidenciados através de ampla aplicação do método estatístico” (Fernandes, 1946, p. 226). À falta de “elaboração sociológica” sobre o material, o livro devia ser classificado como “estudo sociográfico” (Idem).

Note-se que, na introdução de seu trabalho, Guerreiro havia buscado adiantar possíveis críticas nesse sentido. Afirmou que não havia pretendido levar a cabo uma pesquisa científica propriamente dita, no sentido de “submeter uma teoria à comprovação” (Guerreiro Ramos, 1946, p. 9). Definiu seu trabalho como um “levantamento”, investigação de tipo exploratório capaz de “expor fatos relativos a um grupo de pessoas”, fatos que apontavam para “a natureza das dificuldades sociais que ameaçam os seres humanos neles comprometidos e os meios para a sua solução” (Idem, p. 9). Assim, seu objetivo era descrever “uma situação de desajustamento social” (Idem). A “leitura dos quadros [estatísticos]” era “bastante eloqüente” para indicar que os menores estavam “em perigo, isto é, bloqueados na satisfação de suas necessidades básicas” e “sob a influência de pressões ambientais que os impel[iam] para estilos socialmente desaprovados” (Idem, p. 13).

As histórias de vida auxiliavam a composição do retrato da situação de “desajustamento social” daquelas crianças. Forneciam elementos para a “compreensão simpatética” de crianças e famílias vivendo em meio à desorganização social, isto é, possibilitavam o acesso às perspectivas e pontos de vista que lançavam sobre as

próprias experiências (Guerreiro Ramos, 1946, p. 10). Como indicado anteriormente, a história de vida foi um recurso metodológico fundamental em obras que marcaram a produção sociológica norte-americana, especialmente aquelas ligadas à Universidade de Chicago. Assim, em *The Polish Peasant*, Thomas e Znanieck apresentaram a autobiografia de um jovem polonês recém-chegado aos Estados Unidos a fim de compreender suas reações às novas situações vividas nesse país. Os estudos de caso de jovens delinquentes realizados por Clifford Shaw também se destacaram neste campo. Lançavam mão, em suas análises, do prisma dos atores investigados sobre sua própria trajetória (Bulmer, 1984; Chapoulie, 2001). Este recurso também se revelava útil, como será visto a seguir, no tratamento dos “desvios comportamentais”, o que evidenciava o potencial a um só tempo cognitivo e instrumental da sociologia norte-americana (Guerreiro Ramos, 1946, p. 11).

3.4. Profilaxia e clínica do comportamento

Uma puericultura sociologicamente orientada deveria se desdobrar, segundo Guerreiro Ramos, em duas frentes de ação: uma que englobasse medidas preventivas, de intervenção sobre os ambientes, situações e grupos sociais dentro dos quais as crianças estavam inseridas e a partir dos quais estruturavam ou organizavam sua vida; outra de caráter curativo ou terapêutico, que enfocasse este ou aquele caso particular de comportamento desviante, a fim de reabilitar o jovem mediante sua reeducação.

O início da ação profilática sobre o comportamento desviante residia na reestruturação de ambientes ou áreas em deterioração. Como indicado anteriormente, o mapeamento das cidades conforme critérios sociológicos constituía etapa preliminar da intervenção. Esta consistia, mais precisamente, na “organização das vizinhanças” e de “comunidades desorganizadas” que compunham as cidades, tarefa a ser executada, segundo sugeriu o sociólogo, pelos próprios serviços de proteção materno-infantil (Guerreiro Ramos, 1944, p. 43). Tratava-se de promover a “reabilitação [*sic*] simultânea do indivíduo e do grupo” (Idem). Guerreiro Ramos se valeu das sugestões de Ernest Burgess¹¹⁴ ao indicar os principais pontos que deviam estar contemplados em um programa como este:

¹¹⁴ Cf. Burgess (1942, p. xii).

1. Uma área de suficiente tamanho para a população, que permita a manutenção de uma escola elementar - tipicamente, uma área de um quarto de milha./ 2. Ruas de tráfego localizadas ao redor e não através da área de modo a salvaguardar o seu caráter residencial./ 3. Casas de negócios situadas, não dentro da vizinhança, mas nas ruas de trânsito, em torno dela./ 4. Um pequeno jardim ou parque infantil no centro da vizinhança, em torno do qual devem ser localizadas as instituições vicinais: a escola, a igreja, o centro da comunidade, etc. (Guerreiro Ramos, 1944, pp. 43 – 44).

Note-se que Burgess foi participante ativo do *Chicago Area Project*, verdadeiro projeto de engenharia social cuja direção, a partir de 1934, coube a Clifford Shaw¹¹⁵. Financiado em parte pelo Estado de Illinois, o projeto buscava favorecer, nas áreas de Chicago que apresentavam as taxas mais elevadas de delinquência juvenil, a reorganização das comunidades por meio da mobilização de seus habitantes. Buscava-se influir sobre diferentes aspectos da comunidade de modo a melhorar suas condições de vida, tais como as atividades de lazer, a escola, a infra-estrutura sanitária, etc. (Chapoulie, 2001, p. 272 – 273).

Para Guerreiro Ramos, a própria conformação física dos bairros devia ser favorável à organização das comunidades que neles viviam, de modo que estes pudessem, reunindo esforços, exercer maior controle sobre as formas de interação de crianças e grupos de jovens (Idem, pp. 42 – 43). Guerreiro afirmou ser possível, mediante a “manipulação prévia” dos ambientes e das situações em que a criança travava os primeiros contatos com o grupo, como a escola e os parques recreativos, “influir indiretamente no [seu] desenvolvimento psíquico [...]” (Guerreiro Ramos, 1945, p. 13). As “atividades de ócio da criança e do jovem” podiam ser “dirigidas para compor situações consideradas estimulantes de ajustamentos sociais” (Idem, p. 11).

Em relação à mortalidade infantil, enquanto medidas mais fundamentais não fossem tomadas¹¹⁶, não era possível “ficar de braços cruzados”: um programa de intervenção sobre as áreas de desorganização social também devia incluir a construção de habitações higiênicas, postos de puericultura, creches, casas maternais, restaurantes populares, “cada um destes aspectos devendo ser considerado em todos os seus

¹¹⁵ Burgess também investiu no tratamento quantitativo de fenômenos como o divórcio e a delinquência, temas de sua predileção compreendidos na chave da “patologia social” (Bulmer, 1984, p. 94). Nos anos 1920, suas pesquisas pretendiam gerar previsões, em bases estatísticas, em torno do êxito do matrimônio e da liberdade condicional, o que indica seu esforço em dotar a Sociologia de poder preditivo (Chapoulie, 2001, p. 126).

¹¹⁶ Se a “causa última da mortalidade infantil [era] econômica”, isto é, ligada ao baixo padrão de vida das massas, a solução definitiva do problema viria com a promoção, mediante o aumento da renda nacional, da “democracia econômica”, isto é, a garantia, por parte do Estado, de que “a cada homem [fosse] dada a oportunidade de manter um nível de vida correspondente às suas necessidades fundamentais” (Guerreiro Ramos, 1945, p. 12).

detalhes e minúcias [*sic*]” (Idem, p. 13). Desse modo, em termos de orientações normativas e práticas, Guerreiro Ramos não se afastou consideravelmente da perspectiva dos médicos puericultores, cujo programa previa a instalação daqueles serviços como forma de ação sanitária e assistencial, de caráter preventivo.

Guerreiro Ramos propôs ainda a profilaxia do comportamento infantil por meio de “escalas sociométricas” capazes de “sondar atitudes” e identificar crianças com desvios comportamentais potenciais (Guerreiro Ramos, 1944a; 1945). Esses instrumentos podiam ser aplicados no âmbito da clínica, pelo puericultor, e mesmo nas escolas, cabendo à Divisão de Proteção Social da Infância do DNCr o desenvolvimento de escalas convenientes à criança brasileira (Guerreiro Ramos, 1944a). Guerreiro Ramos se referia aos esforços de previsão sobre o comportamento infantil levados a cabo pelo sociólogo norte-americano Lowell Juilliard Carr, professor da Universidade de Michigan e diretor do *Michigan Child Guidance Institute*, agência governamental dedicada ao estudo da delinquência (Carr, 1941). Carr sugeriu a combinação de instrumentos de mensuração do grau de ajustamento ou equilíbrio emocional da criança com outros que pudessem atribuir valor numérico às “pressões desviantes”, termo que incluía tanto a frustração da satisfação de suas necessidades básicas quanto a exposição a estilos socialmente desaprovados (Carr, 1941, pp. 108 – 114). Buscava-se, dessa forma, aferir a probabilidade de determinado indivíduo vir a desenvolver comportamentos desviantes, antecipando medidas preventivas em casos potenciais.

A *terapêutica* dos desajustamentos psicossociais também fazia parte de um programa de proteção social da infância e da juventude. Tendo como referência trabalhos, como *Social Pathology* (1942), de Lawrence Guy Brown, e *The Jack-Roller: A delinquent boy's own story* (1942), de Clifford Shaw, Guerreiro propôs o estabelecimento de “Clínicas Sociológicas do Comportamento”, termo pelo qual designava a ação sobre o caso individual em bases sociológicas e sócio-psicológicas. Isto implicava a mobilização do instrumental teórico e metodológico das modernas Ciências Sociais, mediante o qual era possível “intervir no funcionamento do processo de formação da pessoa, no sentido de corrigir os seus desvios” (Guerreiro Ramos, 1944b, p. 7)¹¹⁷. O estudo de caso, com base na história de vida, era o recurso clínico

¹¹⁷ Guerreiro relacionou, em uma ocasião, alguns aspectos do comportamento que podiam ser tratados clinicamente: “a) Desvios comportamentais da criança, tais como: fobias, rebeldia, inclinações psíquicas anormais, etc.; b) Reeducação de pais; c) Delinquência juvenil e de adultos; d) Evasão (Toxicomanias - Suicídio - Masturbação); e) Preparação para o casamento; f) Desajustamentos conjugais; g)

por excelência. Elaborada a partir de relatos do jovem “desajustado”, de dados de sua vida cotidiana reunidos por meio de cartas, diários, depoimentos de amigos, de familiares, etc., ela fornecia um quadro de sua “vivência típica” ou “experiência única”, de modo que o puericultor pudesse aplicar medidas de reajustamento que se coadunavam às especificidades de cada criança (Guerreiro Ramos, 1944a, p. 324). O processo terapêutico punha “em funcionamento as reservas comportamentais de normalidade” presentes em todo indivíduo, conforme a ideia de que as noções de “normalidade” e “anormalidade” não diziam respeito a grupos de indivíduos radicalmente distintos, mas se distribuíam em maior ou menor grau em cada um (Guerreiro Ramos, 1944, p. 43)¹¹⁸. O tratamento do menor delinquente devia ser, portanto, mais educativo do que punitivo, no sentido de contribuir para seu ajustamento em padrões de comportamento socialmente aprovados (Idem, p. 42).

A tendência “clínica” das Ciências Sociais nos Estados Unidos pode ser bem ilustrada pelo livro de Clifford Shaw, *The Jack-Roller: a delinquent boy's own story*, referência importante para Guerreiro Ramos no assunto (1944, p. 43; 1944b, p. 7). A partir de estudo pormenorizado da inserção de um jovem nas atividades criminosas de um dos distritos mais violentos de Chicago, considerando inclusive sua experiência em casas de correção, Shaw buscou estimular-lhe o desenvolvimento de novos interesses e valores. Em um plano de tratamento adaptado às particularidades de sua personalidade, temperamento e atitudes, o sociólogo introduziu o jovem em novas situações sociais, pondo-o em contato com grupos portadores de padrões culturais “convencionais” (Shaw, 1966 [1930], pp. 164 - 167)¹¹⁹.

A puericultura devia promover o ajustamento social de jovens e crianças, isto é, garantir certo grau de conformação às normas e padrões de comportamento predominantes. No entanto, isto não significava, para Guerreiro, o constrangimento ou anulação total das necessidades e inclinações próprias de cada criança. Uma puericultura com orientação sociológica, em face do “processo penoso de aculturação”, devia “reduzir, tanto quanto possível, as circunstâncias coercitivas”, “demasiadamente inibitivas da expressão dos impulsos internos mais específicos do indivíduo”, aumentando “o número daquelas que [eram] favoráveis a um desenvolvimento integral

Desajustamentos profissionais; h) Complexo de inferioridade; i) Mania de perseguição; j) Desvios sexuais; k) Prostituição; l) Reabilitação moral” (Guerreiro Ramos, 1944c, p.33).

¹¹⁸ Ver, neste capítulo, pp. 11 – 12.

¹¹⁹ Grande parte do livro é dedicada à autobiografia do jovem em questão. Seu reajustamento envolveu a inserção em uma nova família e a obtenção de um emprego que seria “adequado” à sua personalidade (Shaw, 1966 [1930]).

de ser infantil” (Guerreiro Ramos, 1945, pp. 8 – 9). Estas observações faziam da relação entre indivíduo e sociedade no processo de socialização algo mais complexa; sua natureza não sendo completamente harmônica ou livre de tensões e conflitos.

3.5. Sociologia e perspectiva médica

No intuito de firmar a pertinência do conhecimento sociológico na puericultura, Guerreiro Ramos contestou a validade de concepções estritamente biológicas da ação individual, tendentes a encarar o comportamento como resultado exclusivo de instintos ou disposições fixas e inatas. Sua recusa em reduzir o comportamento humano a processos biológicos pode ser mais bem compreendida como recurso interno à sua argumentação em prol da necessidade de uma abordagem sociológica. Como indicado no capítulo I, os médicos puericultores não só mantiveram à vista como também exploraram, a seu modo, diferentes circunstâncias sociais, econômicas e ambientais que favoreciam o comportamento delinquente, dentre as quais as condições de habitação das famílias e o abandono do menor, em geral proveniente dos estratos sociais inferiores, assumiam destaque. Guerreiro se esforçou por indicar que a Sociologia, dedicada a um conjunto particular de fenômenos sociais e psicossociais que fugia da alçada de outras disciplinas, poderia conferir tratamento objetivo, mediante pesquisa, aos males sociais identificados pelos puericultores.

Nesse sentido, Guerreiro buscou lançar mão de categorias que se pretendiam ou puramente descritivas ou puramente analíticas – de todo modo, axiologicamente neutras. A delinquência juvenil deveria ser traduzida em termos sociológicos, estudando-se as forças e processos sociais subjacentes que a produziam, mas sua definição enquanto *problema social*, ou mesmo enquanto anormalidade e desvio, dependia dos padrões morais e dos valores assumidos por determinada sociedade. Se o crescimento urbano e o desenvolvimento industrial foram vistos pelos puericultores como circunstâncias propícias aos desajustamentos, as categorias mobilizadas por Guerreiro visavam transpor para uma problemática especificamente sociológica as conexões entre esses elementos.

De acordo com o sociólogo, tanto os contatos e interações sociais que marcavam a trajetória de cada indivíduo, quanto as experiências e reações próprias que moldavam sua vida eram elementos fundamentais na compreensão dos desajustamentos. Em um plano mais geral, as mudanças sociais representadas pelo advento do mundo urbano e industrial exigiam atenção especial sobre o processo de desorganização social dos

grupos. Este punha em xeque as formas tradicionais de socialização de crianças e jovens. Demandava, portanto, a intervenção de agências especializadas a fim de assegurar um ambiente sócio-cultural no qual o indivíduo se conformasse aos estilos de comportamento socialmente aprovados sem contudo sofrer coerções extremadas sobre suas manifestações espontâneas.

Cabe se perguntar se o esquema conceitual introduzido por Guerreiro Ramos para dar conta do problema dos desajustamentos sociais não guardava semelhanças, em termos de suas repercussões práticas, com algumas ações e políticas que vinham sendo elaboradas pelos médicos puericultores. Note-se que estes últimos também estiveram atentos à necessidade de intervenção sobre determinadas regiões do ambiente urbano vistas como degradantes, como “favelas”, “cortiços” e “malocas”. Guerreiro Ramos seguiu os passos dos puericultores ao destacar a importância da distribuição de postos de puericultura, serviços de saúde e assistência social nas áreas onde se concentravam as populações em situação crítica. A abordagem ecológica de Chicago de algum modo convergia com o enfoque sanitaria dos puericultores, atentos à ação reformadora sobre os ambientes urbanos. Ao que tudo indica, Guerreiro se serviu de ambas as perspectivas, mesclando por vezes suas linguagens. Assim, afirmava que “como um pântano, uma poça d’água [*sic*], as áreas de desorganização social ter[iam] de ser sanadas” (Guerreiro Ramos, 1944, p. 43). Nas diferentes “áreas naturais” que compunham a cidade, era preciso identificar os “focos de sociopatia”, locais onde se concentravam o desajustamento familiar, a mortalidade infantil e materna, a delinquência juvenil, etc., de modo a planejar a distribuição adequada dos serviços de puericultura.

Tais medidas de caráter preventivo ou profilático deveriam ser ainda conjugadas com ações terapêuticas tópicas sobre os desajustamentos comportamentais, centradas na análise do caso individual mediante recursos metodológicos como a “história de vida”. Também nesse caso, Guerreiro Ramos mobilizou a Sociologia norte-americana ao propor uma Clínica do Comportamento, atividade certamente inspirada nos trabalhos de Clifford Shaw, Henry Mckay, Lawrence Guy Brown e Lowell Juilliard Carr.

Considerações Finais

Em 2012 completam-se trinta anos da morte de Alberto Guerreiro Ramos. Desde então, estudiosos em Ciências Sociais e História têm investigado as peculiaridades e repercussões de sua produção intelectual, que se estende à Sociologia, à Análise Política, à Literatura, à Administração, à Epistemologia, à Filosofia das Ciências Sociais, etc.. Seu papel e sua atuação no próprio desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil vêm se tornando objeto de análise nos últimos vinte anos.

Este trabalho enfocou um momento ainda hoje pouco explorado de sua trajetória, que diz respeito às suas atividades no Departamento Nacional da Criança (DNCR), enquanto professor do Curso de Puericultura e Administração (1943 – 1948). Foi patente, nesse caso, o esforço de Guerreiro Ramos em torno da legitimação da Sociologia enquanto saber científico ou campo específico de investigação. Neste período, padrões de produção sociológica calcados na pesquisa empírica ganhavam relevo crescente, principalmente com a atuação de cientistas sociais como Donald Pierson, formado na Universidade de Chicago. Verificou-se, nesse caso, como Guerreiro Ramos se apropriou das abordagens sociológicas norte-americanas provenientes daquela tradição, postas em circulação no período por pesquisadores como Pierson, a fim de elaborar uma sociologia que servisse ao médico puericultor enquanto “instrumento de ação”. O arcabouço conceitual e metodológico gestado em Chicago foi valorizado por Guerreiro sobretudo enquanto via para que os cientistas sociais e puericultores travassem contato com a realidade social do país com vista à solução de seus problemas.

No primeiro capítulo tornou-se clara a perspectiva dos médicos puericultores em relação aos problemas da criança no Brasil e ao papel que atribuíram ao estudo dos fenômenos sociais em sua própria formação de técnicos a serviço do Estado. A mortalidade infantil foi atribuída, dentre outros, aos problemas de má alimentação e carência alimentar do recém-nascido bem como a práticas tradicionais de cura e cuidados com os filhos disseminadas nos estratos sociais inferiores. Esses problemas foram sintetizados na fórmula “ignorância – pobreza”, que acentuava de forma drástica o cenário socioeconômico brasileiro. Tratava-se, nesse caso, de representações sobre o país postas em circulação ao menos desde o movimento sanitário da Primeira

República. Segundo tais interpretações, os males da população residiam sobretudo em suas condições precárias de vida e saúde, notadamente no vasto interior rural. Da mesma forma, os médicos puericultores associaram a delinquência juvenil ao problema do abandono de menores e à desestruturação familiar, e, em um plano mais geral, a condições ambientais e sociais, tais como a vida nas ruas das grandes cidades e as formas precárias de habitação em favelas, cortiços, malocas, etc.. Fatores de ordem sócio-econômica, nesse caso, foram por vezes articulados a questões de ordem biológica e psíquica, que demandavam ações médicas e educativas. Uma vez que os problemas da criança eram de natureza complexa, as ações em Puericultura deveriam se pautar por diferentes saberes científicos. Nesse caso, os sociólogos foram compreendidos como analistas envolvidos com as questões que afligiam à nação e a suas populações, podendo auxiliar na compreensão de seus “problemas econômicos e sociais”.

Note-se que foi no primeiro governo de Vargas, principalmente a partir do Estado Novo, que os puericultores encontraram condições institucionais e ideológicas propícias ao desenvolvimento de ações de proteção materno-infantil de escopo nacional. Alçado à categoria de políticas de Estado, o combate à mortalidade infantil e ao abandono de jovens e crianças, inclusive como medida preventiva contra a delinquência juvenil, deveria lançar mão de um amplo leque de ações em assistência social, educação e saúde. Os Postos de Puericultura, que deveriam ser instalados nas diferentes regiões do país, seriam os espaços reservados a formas de medicina preventiva, com acompanhamento médico regular, distribuição de leite, educação de mães e gestantes nos princípios básicos de puericultura, etc.. Em relação ao abandono de menores e à delinquência juvenil, também se apostava em ações de caráter preventivo

A fim de se compreender os padrões de produção sociológica propugnados por Guerreiro Ramos nos cursos do DNCr, o segundo capítulo analisou o contexto de consolidação das Ciências Sociais no Brasil, considerando-se mormente suas experiências universitárias em São Paulo e no Rio de Janeiro nos anos 1930 e 1940. Atentou-se, nesse caso, para a atuação de Donald Pierson a partir da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), marcada por seu envolvimento em diversas atividades, como condução de pesquisas, publicação de artigos, organização de livros e periódicos, estruturação de cursos, lições e palestras pelo país.

A análise do processo de institucionalização das Ciências Sociais na Universidade de Chicago nas primeiras décadas do século XX e, mais especificamente, dos esforços de William Thomas, Robert Park e Ernest Burgess no sentido de consolidação da Sociologia enquanto prática científica, lançou luzes sobre a própria forma como Pierson buscou estabelecer as demarcações deste campo no Brasil. Interessados em atestar a validade científica de seu saber, aqueles sociólogos afirmavam não ser possível estabelecer, mediante critérios objetivos, quais fenômenos vinham a ser constituir como *problema social*. Esta definição ocorria externamente ao campo da ciência, por conta da própria sociedade, tarefa que cabia ao filósofo moral, ao reformador, ao assistente ou trabalhador social, ao político, etc.. Esta era uma das formas de se garantir que a ciência social se limitasse ao reino do empiricamente observável. Também nesse caso a condução de pesquisas e investigações de campo foi valorizada em detrimento da “especulação” ou “reflexão de gabinete”, mais afeita ao filósofo. Nesse sentido, houve investimentos na construção de um arcabouço conceitual e metodológico.

Certamente, como se indicou no segundo capítulo, o espírito da reforma social, por assim dizer, esteve na origem da Sociologia que se desenvolveu em Chicago a partir dos anos 1920 e 1930. E, mesmo com a gradativa formalização de uma linguagem própria e com o estabelecimento de determinados esquemas de compreensão da realidade social no campo da Sociologia, seus pesquisadores não perderam de vista os fins práticos a que ela deveria responder. Foram os casos de William Thomas, Ernest Burgess, Clifford Shaw e Henry Mckay, dentre outros que desenvolveram suas pesquisas sociológicas a partir de problemas sociais específicos. Ainda que se apontasse para o critério pragmático da validação última do saber sociológico por meio de sua aplicação eficaz, argumentava-se que a compreensão dos fenômenos sociais precisava ser, em um primeiro momento, bem estabelecida.

Ao se fixar no Brasil, a delimitação das fronteiras disciplinares da “Ciência da Sociologia” foi um dos objetivos perseguidos por Pierson. Acompanhando aquelas tendências em Chicago, para o professor da ELSP, a profissionalização do sociólogo implicava o envolvimento com pesquisa empírica sistemática. Tratava-se de investir na construção de um *corpus* de ideias “verificadas” ou “verificáveis”, para usar seus termos. Nesse caso, o Brasil oferecia certamente material empírico para o avanço dos elementos tanto teóricos quanto metodológicos das Ciências Sociais. Note-se que Pierson compartilhava com seus pares da Universidade de Chicago uma concepção de

ciência que previa sua aplicabilidade. No entanto, em face do desenvolvimento incipiente do saber sociológico, esta última foi vista como limitada e modesta no presente. A manipulação bem-sucedida das forças e processos sociais se colocava mais no campo das expectativas, de modo que prescrições práticas deveriam ser feitas com reserva pelos sociólogos.

As lições de Donald Pierson e das abordagens sociológicas norte-americanas que vinham sendo divulgadas no país neste período repercutiram positivamente entre cientistas sociais atuantes no Rio de Janeiro, como Luiz de Aguiar Costa Pinto e José Arthur Rio. A ênfase na pesquisa empírica como parte do ofício do sociólogo acenava para a possibilidade de se produzir conhecimento efetivo sobre a vida social brasileira, revelando também a expectativa de se conferir bases científicas ao enfrentamento de seus problemas.

As possibilidades de aplicação prática no tempo presente da sociologia científica e moderna oriunda de Chicago foram destacadas por Guerreiro Ramos em suas aulas para os médicos puericultores. O saber-fazer da pesquisa empírica que Pierson vinha divulgando deveria ser valorizado enquanto recurso de exploração da realidade social brasileira, de modo a equacionar os problemas da infância enfrentados pelos médicos puericultores. Nesse sentido, as instituições de pesquisa poderiam, inclusive, atuar em estreita colaboração com as agências do Estado. Tensionando as fronteiras disciplinares da Sociologia Científica em um sentido mais ambicioso de intervenção, Guerreiro Ramos sugeriu que as vias para a constituição deste campo no país ocorresse mediante a confluência entre investigações sociológicas e demandas da sociedade inscritas na agenda política nacional. A “Ciência da Sociologia”, no caso de Guerreiro, implicava o envolvimento com a esfera da ação prática.

Este processo de redefinição de fronteiras também se evidenciou no terceiro capítulo. Como se indicou, Guerreiro Ramos buscou traduzir os problemas da criança nos termos de uma problemática propriamente sociológica, em um movimento de legitimação da disciplina frente aos puericultores que confirma, ao mesmo tempo, qual critério realmente estava em jogo na validação desta forma de conhecimento: a possibilidade de se transmutar em ação eficaz sobre a própria realidade social. Em sua explicação do desenvolvimento do comportamento infantil, Guerreiro se valeu de esquemas interpretativos e conceituais presentes nas obras de William Thomas, Robert Park e Ernest Burgess, em relação aos quais se destacaram, entre outras, as noções de “interação”, “situação”, “desorganização social” e “área natural”.

Ao enfatizar a ideia de que o comportamento infantil desviante não repousava sobre bases exclusivamente biológicas, o sociólogo não confrontou exatamente as perspectivas dos médicos puericultores, dispostos a reconhecer condicionantes ou determinantes sociais. Ele reforçava, isto sim, a importância de uma ciência já constituída que se debruçava precisamente sobre essas questões: a Sociologia. Assim, ela se encontraria na base do mapeamento das áreas de desorganização social das cidades, de modo que a intervenção dos puericultores se concentrasse realmente nos “focos de sociopatia”; na aplicação de “escalas sociométricas”, capazes de identificar desvios comportamentais em potencial nas crianças, e na ação terapêutica das clínicas do comportamento sobre menores infratores. Afinal, o homem havia elaborado conceitos científicos para “conjurar situações problemáticas. Se o mundo não oferecesse problemas ao homem, não teria êle estímulos para pensar cientificamente” (Guerreiro Ramos, 1947a, p. 122).

As interpretações sociológicas desenvolvidas por Guerreiro Ramos sobre a delinquência juvenil e sobre a mortalidade infantil conduziram o sociólogo à intervenção e à ação prática. As expectativas em relação a uma ciência social com esse tipo de rendimento foi um fator importante nas escolhas teóricas e metodológicas que o sociólogo realizou. Guerreiro mobilizou amplamente o repertório conceitual e os esquemas interpretativos das Ciências Sociais norte-americanas. Em sua perspectiva, elas se prestavam à operacionalização do saber acumulado, à sua instrumentalização na forma de prevenção e tratamento dos problemas da infância no Brasil. Ao conquistar seu ingresso definitivo no mundo das Ciências, a Sociologia não poderia descuidar dos desafios postos pela nação.

Referências

Fontes Primárias

1. Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV)

- Microfilmagem: rolo 61: Fot. 01 – 171

- Microfilmagem: rolo 61: Fot. 192 – 747

2. Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson (UNICAMP)

COSTA PINTO, L.A. (1943), [Carta] 8 ago. 1943, Rio de Janeiro [para] PIERSON, D. São Paulo. 2f. Arq. Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson, pasta 03.

PIERSON, Donald. (1943), [Carta] 11 jun. 1943, São Paulo [para] COSTA PINTO, L.A. Rio de Janeiro. 1f. Arq. Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson, pasta 03.

_____. (1943b), [Carta] 18 ago. 1943, São Paulo [para] CUNHA, Simão. Belo Horizonte. 1f. Arq. Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson, pasta 02.

_____. (1943c), [Carta] 13 set. 1943, Belo Horizonte [para] PIAZZA, Joseph. Rio de Janeiro. 1f. Arq. Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson, pasta 02.

_____. (1944), [Carta] 14 fev. 1944, São Paulo [para] Lourenço Filho. Rio de Janeiro. 3f. Arq. Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson, pasta 06.

_____. (s./d.), “Bibliografia de Donald Pierson”. Arq. Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson, pasta 02.

_____. (1949), “Our work in Brazil”. São Paulo, mar. 1949. 5f. Arq. Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson, pasta 06.

RIOS, José Arthur. (1945), [Carta] 30 set. 1945, Rio de Janeiro [para] PIERSON, D. São Paulo. 2f. Arq. Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson, pasta 03.

3. Arquivo Faculdade Nacional de Filosofia (PROEDES/ UFRJ)

ARAÚJO, Milton. (1957), “Relatório das atividades da Divisão de Ensino, durante o ano de 1956”. Divisão de Ensino da Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro, 18 de março de 1957. Arquivo FNFi/ PROEDES, pasta 218.

BITTENCOURT, Raul Jobim (1949), “Na Solenidade que celebrou o décimo aniversário da Fundação da Faculdade Nacional de Filosofia – 27 de setembro de

1949”. *Palestras e discursos por ocasião do decenário da FNFfi*. Rio de Janeiro. Arquivo FNFfi/ PROEDES, pasta 172.

BYÉ, Maurice. (1940), *Diário de Classe – Disciplina: Economia Política e História das Doutrinas Econômicas*. Rio de Janeiro. Arquivo FNFfi/ PROEDES.

_____. (1941), “Relatório ao reitor da FNFfi”. Teresópolis, 10 de janeiro. Arquivo FNFfi/ PROEDES, pasta 166.

_____. (1942), *Diário de Classe – Disciplina: Economia Política e História das Doutrinas Econômicas*. Rio de Janeiro. Arquivo FNFfi/ PROEDES.

_____. (s./d.), “Relatório endereçado ao reitor”. Arquivo FNFfi/ PROEDES, pasta 166.

CATÁLOGO TOPOGRÁFICO – BIBLIOTECA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, Universidade do Brasil, 1940 – 1943. Arquivo FNFfi/PROEDES.

GROS, André. (1939), *Diário de Classe – Disciplina: Política*. Rio de Janeiro. Arquivo FNFfi/ PROEDES.

LAMBERT, Jacques. (1940), *Diário de Classe – Disciplina: Sociologia*. Rio de Janeiro. Arquivo FNFfi/ PROEDES.

_____. (1942), *Diário de Classe – Disciplina: Sociologia*. Rio de Janeiro. Arquivo FNFfi/ PROEDES.

4. Legislação

- BRASIL. Decreto-lei n. 2.024 de 17 de Fevereiro de 1940. Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 23 fev. 1940, Seção 1, p. 3125.

- BRASIL. Decreto-lei n. 3.775 de 30 de Outubro de 1941. Dispõe sobre a organização do Departamento Nacional da Criança e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 01 nov. 1941, Seção 1, p. 20888.

- BRASIL. Decreto-lei n. 13.701 de 25 de Outubro de 1943. Aprova o regulamento dos Cursos do Departamento Nacional da Criança a que se refere o Decreto-Lei nº 5.912, de 25 de outubro de 1943. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 29 out. 1943, Seção 1, p. 15922.

- BRASIL. Decreto n. 27.160 de 8 de Setembro de 1949. Altera o regimento do Departamento Nacional da Criança. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 10 set. 1949, Seção 1, p.2.

5. Artigos e livros de autoria de Alberto Guerreiro Ramos

GUERREIRO RAMOS, Alberto. (1944), *Aspectos Sociológicos da Puericultura*. Coleção D.N.C., nº109, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944.

_____. (1944a), Uma Concepção Multidimensional da Criança. *Jornal de Pediatria*. Rio de Janeiro, julho de 1944.

_____. (1944b), Clínica do Comportamento. *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 17, jun. 1944. p.7.

_____. (1944c), Clínica do Comportamento – II. *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 19, dez. 1944. p. 33.

_____. (1945) As implicações sociológicas da puericultura. Separata de: *Revista Pediatria e Puericultura*, Salvador, ano XV, n.1, setembro.

_____. (1946), *Um inquérito sobre Quinhentos Menores*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946.

_____. (1946a), A hipótese da demora cultural. *A Manhã*, Rio de Janeiro,

_____. (1947), As ciências sociais em transição. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, julho e agosto de 1947, pp. 141-3.

_____. (1947a), Novos rumos das ciências sociais na América Latina. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1/2, p. 122-124.

_____. (1948), W. I. Thomas (1863-1947). *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v.2, n.1/2, pp. 159-160.

_____. (1948a), *Curso de Sociologia – IV Secção*. Cursos de Administração, Divisão de Seleção e aperfeiçoamento. Rio de Janeiro: DASP. Mimeografado.

_____. (1949), *Problemas Econômicos e Sociais do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Criança.

_____. (1950), Áreas de mortalidade infantil. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1950, p. 2.

GUERREIRO RAMOS, Alberto; GARCIA, Evaldo da Silva. (1949) *Notícia sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940 – 1949)*. Conselho de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, 1949.

6. Artigos e livros

BROWN, Lawrence Guy (1942), *Social pathology: personal and social disorganization*. New York : F. S. Crofts.

BURGESS, Ernest. (1925), “The Growth of The City: An Introduction to a Research Project”, in: PARK, R.; BURGESS, E.; McKENZIE, R., *The City*, The University of Chicago Press: Chicago and London, 1967 [1925], pp. 47 – 62.

_____. (1925a), “Can Neighborhood Work Have a Scientific Basis?”, in: PARK, R.; BURGESS, E.; McKENZIE, R., *The City*, The University of Chicago Press: Chicago and London, 1967 [1925], pp.142 – 155.

_____. (1942), “Introduction”, in: SHAW, C.; McKAY, H., *Juvenile Delinquency and Urban Areas: a study of rates of delinquents in relation to differential characteristics of local communities*. The University of Chicago Press: Chicago, Illinois, pp. ix – xiii.

CARR, Lowell J. (1941), *Delinquency Control*. Londres, Nova Iorque: Harpers & Brothers.

COSTA, Dante. (1941), “Serviços de Proteção Alimentar à Infância”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. II, n. 5, 6 e 7, junho – dezembro de 1941, pp. 10 – 11.

COSTA, Flammarion. (1940), “O Ensino da Puericultura”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. I, n. III, dezembro de 1940, pp. 15 – 16.

FERNANDES, Florestan. (1946), “Resenha bibliográfica sobre o livro ‘Inquérito sobre quinhentos menores’, o artigo ‘Administração e Política à luz da Sociologia’ e o artigo ‘Sociologia de Max Weber’”. *Sociologia: revista didática e científica*. Imprensa Comercial - São Paulo, v.8, n.3: 226.

FIGUEIREDO, Gastão de. (1941), “A primeira conferência nacional de saúde e a criança brasileira”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. II, n. 5, 6 e 7, junho – dezembro de 1941, pp. 5 – 6.

_____. (1941a), “Por que morrem as criancinhas?”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol.II, n. 4, pp. 8 – 11.

_____. (1942), “Fundo Nacional de Proteção à Criança”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. II, n. 9, junho de 1942, pp. 34 – 35.

_____. (1943), “A criança é o melhor imigrante”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. III, n. 12, março de 1943, pp. 21 – 23.

FULLER, Richard. (1939), “Social Problems”, in: PARK, Robert E. (org.) (1939), *An Outline of The Principles of Sociology*. New York: Barnes & Noble, pp. 3 – 61.

GUIMARÃES RAMOS, Mario. (1943), “Pelos Lares Adotivos”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. III, n. 15, dezembro de 1943, pp. 22 – 23.

LESSA, Gustavo. (1941), “Assistência social à infância”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. II, n. 5, 6 e 7, junho – dezembro de 1941, pp. 3 – 4.

LIMA, Sabóia. (1943), “Discurso do Desembargador Sabóia Lima, presidente do Patronato de Menores”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. III, n. 14, outubro de 1943, pp. 36 – 47.

LOPES, Orlando Seabra. (1942), “Assistência Infantil ‘Prof. Olinto de Oliveira’”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. II, n. 10, setembro de 1942, pp. 52 – 54.

_____. (1942a), “A obra do Presidente Vargas no campo social – O que representa para a Sociedade Brasileira o Departamento Nacional da Criança”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. II, n. 8, março de 1942, pp. 35 – 38.

_____. (1944), “O Menor Abandonado”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. IV, dezembro de 1944, vol. IV, n. 19, pp. 29 – 32.

MELO, Osmar Cunha. (1943), “Dr. Osmar Cunha Melo, do Juízo de Menores”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol.III, n. 15, dezembro de 1943, pp. 43 – 44.

NETO, Meton de Alencar. (1943), “Conferência do Dr. Meton de Alencar Neto”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol.III, n. 15, dezembro de 1943, pp. 3 – 12.

OLIVEIRA, Olinto de. (1940), “O novo departamento nacional da criança”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. I, n. I, junho de 1940, pp. 7 – 9.

_____. (1941), “Sobre Mortalidade Infantil”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. II, n. 5, 6, 7, junho – dezembro de 1941.

_____. (1942), “Apelo aos srs. Prefeitos municipais. A assistência à infância pelo município”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. II, n. 9, junho de 1942, pp. 8 – 9.

_____. (1942a), “Aos srs. Interventores dos Estados”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. II, n. 8, março de 1942, pp. 5 – 6 .

_____. (1942b), “O Departamento Nacional da Criança e seu programa de ação”, in in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. II, n. 10, março de 1942, pp. 2 – 6 .

_____. (1943), “Discurso do Prof. Olinto de Oliveira, diretor do Departamento Nacional da Criança, lido pelo Prof. Mário Olinto, diretor do Instituto Nacional de Puericultura”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol.III, n. 14, outubro de 1943, pp. 14 – 16.

PARK, Robert. (1925), “The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment”, in: PARK, R.; BURGESS, E.; McKENZIE, R., *The City*, The University of Chicago Press: Chicago and London, 1967 [1925], pp. 1 – 46.

_____. (1925a), “Community Organization and Juvenile Delinquency”, in: PARK, R.; BURGESS, E.; McKENZIE, R., *The City*, The University of Chicago Press: Chicago and London, 1967 [1925], pp. 99 – 112.

_____. (org.) (1939), *An Outline of The Principles of Sociology*. New York: Barnes & Noble.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest.W.. (1921), *Introduction to the Science of Sociology*. Illinois: The University of Chicago Press.

PARK, R.; BURGESS, E.; MCKENZIE, R.. (1967 [1925]), *The City*, The University of Chicago Press: Chicago and London.

PIERSON, Donald. (1941), Um ‘sistema de referência’ para o estudo dos contatos raciais e culturais. *Sociologia: revista didática e científica*. Imprensa Comercial - São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1 – 17.

_____. (1942), Habitações de São Paulo: estudo comparativo. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, ano VII, vol. LXXXI, pp. 199 – 238.

_____. (1943a), O estudo da cidade. *Sociologia: revista didática e científica*. Imprensa Comercial – São Paulo, v. 5, n. 4, p. 305 - 316, out.

_____. (1948), “Como descobrir o que é ‘classe’”. *Sociologia*. São Paulo, vol. X, n. 2-3, pp. 71-5.

_____. (1962 [1945]), *Teoria e pesquisa em sociologia*. 6ªed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 334p.

REZENDE, Adauto de. (1943), “O ensino de puericultura nas escolas primárias”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. III, n. 13, junho de 1943, pp. 25 – 27.

_____. (1943a), “Direitos da Criança”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. III, n. 15, dezembro de 1943, pp. 20 – 22.

SAMPAIO, Silveira (1942), “Civilização e Enriquecimento”, in *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, vol. II, n. 8, março de 1942, pp. 43 – 44.

SHAW, C.; MCKAY, H. (1942), *Juvenile Delinquency and Urban Areas: a study of rates of delinquents in relation to differential characteristics of local communities*. The University of Chicago Press: Chicago, Illinois.

SHAW, Clifford R. (1966 [1930]), *The jack-roller: a delinquent boy's own story*. Chicago : University of Chicago Press.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian (1958 [1918]). “Methodological Note”, in: *The Polish Peasant in Europe and America*. New York: Dover Publications, vol. I, pp. 1-86.

Fontes Secundárias

ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. (2006), “As influências da psicanálise na educação brasileira no início do século XX”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, vol. 22, n. 2,

mai./ago. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200013. Acesso em: 2 Maio 2012.

ABRANCHES, Aparecida Maria. (1997), *Os percalços da crítica; o ISEB e a conjuntura pré-64*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

_____. (2006), *Nacionalismo e democracia no Pensamento de Guerreiro Ramos*. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Maria H. T.. (2001 [1989]), “Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro” in: MICELI S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 1., 2 ed., São Paulo, Idesp/ Sumaré/ Fapesp.

ARRUDA, Maria A. N.. (1995), “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista””, in: MICELI S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 2. São Paulo, Idesp/ Sumaré/ Fapesp.

AZEVÊDO, Ariston. (2006), *A Sociologia antropológica de Alberto Guerreiro Ramos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

BARBOSA, Muryatan S. (2004), *Guerreiro Ramos e o personalismo negro*. São Paulo. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia, FFLCH, USP.

BARBOSA, Rosângela N.C. (1996), *O Projeto da UDF e a formação de intelectuais na década de 30*. 110f. Tese: Mestre em Sociologia. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BARIANI JUNIOR, Edison. (2003), *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

_____. (2008), *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

BARIANI JUNIOR, E.; SEGATTO, J.A. (2009), “Ciências Sociais no Brasil: Ideologia e História”. Especial para *Gramsci e o Brasil*. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1149>. Acesso em: 27 Julho 2010.

- BOMENY, Helena. (2001), *Darcy Ribeiro: Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 284p.
- BOTELHO, André. (2010), “Passado e futuro das interpretações do país”. *Tempo social*, São Paulo, v. 22, n. 1. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702010000100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 abr. 2011.
- BULMER, Martin. (1984), *The Chicago School of Sociology – Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research*. Chicago: The University of Chicago Press.
- CAMPOS, A. L. V. (2006), *Políticas Internacionais de Saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942 – 1960*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. (1999), “‘O aspecto humano de nossos dados’: a relação Pierson/ Nogueira, a etnografia e a abordagem das relações raciais”, in M. C. MAIO; G. VILLAS BÔAS (org.), *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: Ensaio sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- _____. (2001), “A contemporaneidade da tradição intelectual da Escola Livre de Sociologia e Política. A obra de Oracy Nogueira”, in IRIS KANTOR; DÉBORA A. MACIEL, e col (org.), *A Escola livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953: depoimentos*. São Paulo: Escuta.
- CANDIDO, Antonio. (1998 [1967]), “O significado de Raízes do Brasil”, in: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.
- CHAPOULIE, Jean Michel. (2001), *La tradition sociologique de Chicago (1892-1961)*. Paris: Éditions du Seuil.
- CONNIF, Michael L. (2006), *Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925 – 1945*. Rio de Janeiro: Relume Dumaré.
- CORRÊA, Mariza. (1987), *História da antropologia no Brasil: 1930-1960. Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; (Campinas, SP); Editora da UEC.
- COULON, Alain. (1995), *A Escola de Chicago*. São Paulo: Papirus.
- CRUZ, José Saraiva. (2002), *Guerreiro Ramos e a Construção Ideológica do Nacionalismo Desenvolvimentista*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 175f.

DEL VECCHIO, A; DIÉGUEZ, C.. (2009). “A Sociologia Aplicada no Brasil: a importância da ELSP e das pesquisas de padrão de vida em São Paulo”. Comunicação ao 33.o Encontro Anual da ANPOCS. GT 30 – Pensamento Social no Brasil.

EDUARDO, Octávio da Costa. (2001), “O processo de construção institucional”, in I. Kantor. D. Maciel, J. Simões (org), *A Escola livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953: depoimentos*. São Paulo: Escuta.

SCOREL, Sarah e TEIXEIRA, Luiz Antonio. (2008), “História das políticas de saúde no Brasil – 1822 a 1963: do Império ao desenvolvimentismo populista”, in: GIOVANELLA, Lígia et al (org.). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz e Cebes, pp. 333-383.

EUFRÁSIO, Mário (1999), *Estrutura Urbana e Ecologia Humana: A escola sociológica de Chicago (1915 – 1940)*. São Paulo: PPGS-USP/Ed. 34.

FARIA, Lina. (2007), *Saúde e Política: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Coleção História e Saúde, cap. II, pp. 47-76.

FARIS, Robert E.L. (1970), *Chicago Sociology*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. (coord.) (1989), *Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária?* V. 1, INEP/FE/UFRJ, Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1989, 99 p.

_____. (1989a), *Faculdade Nacional de Filosofia: o corpo docente – matizes de uma proposta autoritária*. V. 2, INEP/FE/UFRJ. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1989, 136 p.

_____. (1989b), *Faculdade Nacional de Filosofia: os cursos – começando a desenrolar um novelo*. V. 4, INEP/FE/UFRJ. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1989, 79p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (1999), “Os professores franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro nos anos 30”, in: MAIO, M. C.; VILLAS BÔAS, G. (org.), *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, pp. 277 – 300.

FONSECA, Cristina M.O. (1990), *Modelando a Cera Virgem: A saúde da criança na Política Social de Vargas*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, UFF.

_____. (2007), *Saúde no Governo Vargas (1930 – 1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

GERHARDT, Uta. (1997), “The Dilemma of Social Pathology”, in: PORTER, Dorothy (org.), *Social Medicine and Medical Sociology in the Twentieth Century*, Rodopi: Amsterdam – Atlanta, pp. 137 – 164.

_____. (2000), “Ambivalent Interactionist: Anselm Strauss and the ‘Schools’ of Chicago Sociology”. *American Sociologist*, vol. 31, n. 4, pp. 34 – 64.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. (1995), “Entrevista com Guerreiro Ramos”, in L. L. Oliveira, *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

HOCHMAN, Gilberto (1998), *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs.

_____. (2005), “Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930 – 1945)”. *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 127-141.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia; MAIO, Marcos Chor. (2010), “The path of eugenics in Brazil: Dilemmas of miscegenation”. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa (editors). *The Oxford Handbook of the History of Eugenics*. Oxford University Press, pp.493-510.

WADSWORTH, James E; MARKO, Tamera L.. (2001), “Children of the Patria: Representations of Childhood and Welfare State Ideologies at the 1922 Rio de Janeiro International Centennial Exhibition”. *The Americas*, vol. 58, n.1, 65-90.

JOAS, Hans. (1999), “Interacionismo simbólico”, in: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.), *Teoria social hoje*, São Paulo: Ed. UNESP, pp. 127 – 174.

JANOWITZ, Morris. (1967), “Introduction”, in: PARK, R.; BURGESS, E.; MCKENZIE, R., *The City*, The University of Chicago Press: Chicago and London, 1967 [1925], pp. vii – x.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. (1996), “Condenados pela raça Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina; o Brasil Descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República”, in MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (org.), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ.

LIMA, Nísia Trindade. (1998), *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Tese de Doutorado. IUPERJ. Rio de Janeiro.

_____. (2009), “Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.229-248.

LIMONGI, Fernando. (2001 [1989]), “A Escola Livre de Sociologia e Política”, in:

MICELI, S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1. São Paulo, Sumaré/Fapesp.

MAES, Cari Williams. (2011), *Progeny of Progress: child-centered policymaking and national identity construction in Brazil, 1922 – 1954*. Tese de Doutorado. Departamento de História. Faculty of the James T. Laney School of Graduate Studies of Emory University.

MAIO, Marcos Chor (1996). “A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos”, in MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (org), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ.

_____. (1997). *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ.

_____. (1997a). “Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais”. *Dados*, v. 40, n. 1, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Outubro 2009.

_____. (2010). “Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo”. *Cadernos Pagu* (35), julho-dezembro de 2010, pp. 309-355.

MAIO, M. C.; LIMA, N. T. (2009), “Tradutores, intérpretes ou promotores de mudança? Cientistas Sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-60)”. *Sociedade e Estado*, vol. 24, n.2.

MAIO, Marcos Chor.; LOPES, Thiago da Costa (2012), “Da Escola de Chicago ao Nacional-desenvolvimentismo: Saúde e Nação no pensamento de Alberto Guerreiro Ramos”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 30, mai./ago., pp. 290 – 329.

MARTINS, Tatiana Gomes. (2008), *Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo.

MEUCCI, Simone. (2006), *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

_____. (2011), *A Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo: Hucitec: FAPESP. 169p.

MICELI, Sergio. (2001 [1989]), “Por uma Sociologia das Ciências Sociais”, in: MICELI, S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1., 2 ed., São Paulo,

Sumaré/ Fapesp.

_____. (2001^a [1989]), “Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais”, in: MICELI, S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1, 2 ed., São Paulo, Sumaré/ Fapesp.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1995), *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.

_____. (1995a), “As Ciências no Rio de Janeiro”, in: MICELI, S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo, Idesp/ Sumaré/ Fapesp.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva. (2010), *Estudos de comunidade, ciências sociais e saúde: o ciclo de pesquisas no Vale do São Francisco na década de 1950*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro.

PALTI, Elías José. (2006). *The Problem of "Misplaced Ideas" Revisited: Beyond the "History of Ideas"*, in *Latin America Journal of the History of Ideas* - Volume 67, Number 1, January 2006, pp. 149-1.

PÉCAUT, Daniel. (1989), *Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris: Ed. de la Maison des sciences de l’homme, XI.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. (2001 [1989]), “Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras, 1930-1960”, in: MICELI S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1., 2 ed., São Paulo, Sumaré/ Fapesp.

PENN, UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. William Rex Crawford (1898-1976). Penn Biographies, Philadelphia, s/d. Disponível em: < http://www.archives.upenn.edu/people/1800s/crawford_wm_rex.html >. Acesso em: 15 Novembro 2011.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. (1989), O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros: Ensaio Metodológico. Comunicação ao 13.o Encontro Anual da ANPOCS. GT: Sociologia da Cultura Brasileira, 23 a 27 de outubro de 1989.

PEREIRA, André R. (1992), *As Políticas Sociais e Corporativismo no Brasil: O Departamento Nacional da Criança no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFF.

PIERSON, Donald. (1987), “Depoimento”, in: CORRÊA, Mariza. (1987), *História da antropologia no Brasil: 1930-1960. Testemunhos: Emílio Willems e Donald Pierson*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; (Campinas, SP); Editora da UEC, pp. 29 – 116.

RAJ, Kapil. (2007), *Relocating Modern Science: circulation and construction of knowledge in South Asia and Europe 1650-1900*. New York: Palgrave Macmillan, p.1-

26.

RIBEIRO, Lidiane Monteiro. (2011), *Filantropia e assistência à saúde da infância na Bahia: a Liga Baiana contra a mortalidade infantil, 1923-1935*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 138 f.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978), “Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira”, in: *Ordem burguesa e liberalismo político*. Duas Cidades, São Paulo.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. (2010), “Médicos e filantropos: a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Varia História*, v. 26, n. 44, jul.-dez. 2010, pp. 437-459.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. (1984), *Tempos de Capanema*. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit1.htm>. Acesso em: 04 Maio 2012.

SHAPIN, Steven. (1992), “Discipline and bounding: the history and sociology of science as seen through the externalism-internalism debate”. *History of Science*, XXX, part. 4, n.90.

SHIOTA, Ricardo Ramos. (2010), *Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira?* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

SILVA, Renato da (2003), *“Abandonados e Delinquentes”: A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 135f.

_____. (2011) “O Laboratório de Biologia Infantil, 1935-1941: da medicina legal à assistência social”. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2011, vol.18, n.4, pp. 1111-1130. ISSN 0104-5970. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702011000400009>>. Acesso em: 10 abril 2012.

SIMÕES, J. A. (2001). “Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política”, in IRIS KANTOR; DÉBORA A MACIEL, e col (org.). *A Escola Livre de*

Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953): depoimentos. São Paulo: Escuta, 2001. pp.13-18.

SMITH, Dennis (1988), *The Chicago School: A Liberal Critique of Capitalism*. New York: St. Martin's Press.

SOUZA, Cynthia P. (2000), "Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas", in GOMES, A.C. (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 276p.

STEPAN, Nancy. (1991), *The Hour of Eugenics: Race, Gender, and Nation in Latin America*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

VALLADARES, Licia do Prado (org.). (2005), *A Escola de Chicago – Impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

_____. (2005a), *A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

_____. (2010), "A visita do Robert Park ao Brasil, o 'homem marginal' e a Bahia como laboratório". *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, pp. 35 – 49. Jan./ Abr.

VIANNA, Luiz Werneck. (1997), *A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

VILA NOVA, Sebastião. (1998), *Donald Pierson e a Escola de Chicago na Sociologia Brasileira: Entre humanistas e messiânicos*. Lisboa: Coleção Vega Universidade. 214p.

VILHENA, Luis Rodolfo. (1997), *Projeto e Missão. O Movimento Folclórico Brasileira, 1947 – 1964*. Rio de Janeiro: Funarte/ Fundação Getulio Vargas. 332p.

VILLAS BÔAS, Glauca. (2006), *A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks.

_____. (2006a), *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

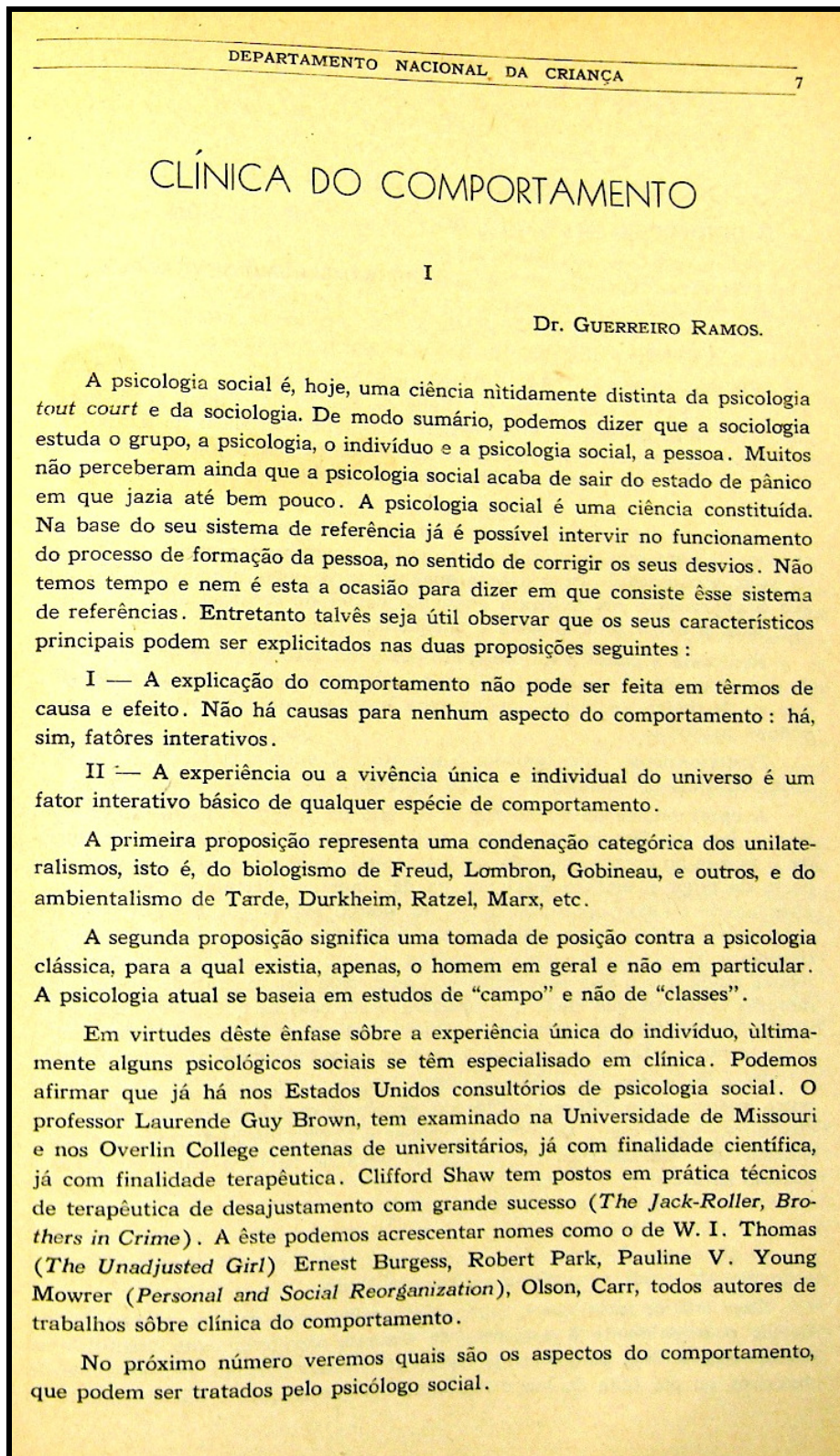
_____. (2007), *A Vocação das Ciências Sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional, 1945 – 1966*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

WARLICH, Beatriz. (1983), *Reforma Administrativa na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

WEGNER, Robert. (1993), *Teoria Sociológica na Escola de Chicago: a obra de William Isaac Thomas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ.

WEINSTEIN, Barbara. (2000), *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920 – 1964*. São Paulo: Cortez: CPDAH – IFAN – Universidade São Francisco.

Anexo 1 – Artigos de Guerreiro Ramos no Boletim do DNCr



Fonte: *Boletim Trimensal do Departamento Nacional da Criança*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 17, jun. 1944. p.7.

Clínica do comportamento

DR. GUERREIRO RAMOS.

II

O progresso das ciências sociais veio pôr em evidência a falácia da concepção mística do comportamento. A psicologia e a psicologia social revelaram que toda anormalidade comportamental é natural. O diabo não entra no corpo de ninguém ou se entra não pode resistir às terapêuticas apropriadas. Dar um patrocínio demoníaco aos devios do comportamento é um vêzo característico de uma época em que as ciências psicológicas não se tinham ainda constituído. Os termos "destino", "sorte", "fado", "sina", "estrêla", vão se tornando já mais pitorescos do que sérios. O sucesso com que se têm aplicado as terapêuticas psico-sociais nos autorizam a afirmar que, dentro em pouco, ser à obrigatória nos currículos de medicina a psicologia social e a sociologia. Bem como, muitas pessoas se habituarão a consultar o psicólogo social tão freqüentemente como o médico.

Isto não importará em nenhum desprestígio do médico. Ao contrário, a função dêste tornada mais poderosa e eficaz com a mobilização das técnicas da psicologia social, crescerá de importância e relêvo.

O Departamento Nacional da Criança assumiu no Brasil uma atitude de pioneiro ao introduzir em seu curso de formação de médicos puericultores, uma cadeia de assuntos sociológicos, onde se versam demoradamente temas de psicologia social aplicada à criança.

No número 17 dêste "Boletim", dissemos que iríamos mencionar os aspectos do comportamento que podem ser tratados pelo psicólogo social. Antes de expor quais sejam tais aspectos devemos observar que a palavra "comportamento" tem uma significação mais inclusiva que o vocábulo "conduta". A conduta se refere às atitudes conscientes. O comportamento se refere a estas e às inconscientes.

Os aspectos do comportamento que podem ser tratados pelo psicólogo social podem ser sumariamente discriminados do seguinte modo:

- a) Desvios comportamentais da criança, tais como: fobias, rebeldia, inclinações psíquicas anormais, etc.
- b) Reeducação de pais.
- c) Delinqüência juvenil e de adultos.
- d) Evasão (Toxicomanias — Suicídio — Masturbação).
- e) Preparação para o casamento.
- f) Desajustamentos conjugais.
- g) Desajustamentos profissionais.
- h) Complexo de inferioridade.
- i) Mania de perseguição.
- j) Desvios sexuais.
- k) Prostituição.
- l) Reabilitação moral.

Voltaremos ao assunto no próximo número.

Anexo 2 – Curso de Donald Pierson no DASP (1942)

Divisão de Aperfeiçoamento

Sr. presidente do DASP: — Havendo vossa Excia. aprovado a exposição, datada de 18-9-42 sobre a criação, nos Cursos de Administração, de um curso avulso constituído de conferências sobre ciências sociais, venho submeter à consideração as instruções elaboradas para seu funcionamento.

Ainda de acordo com o que consta da referida exposição proponho a nome do professor Donald Pierson, doutor em filosofia pela Universidade de Chicago e professor de Sociologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, para ministrar as aulas do referido curso. — *Mário P. de Brito*, diretor da Divisão de Aperfeiçoamento. Aprovado. Em 6-10-42. — *Luis Simões Lopes*.

PORTARIA N. 2.187

O presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1.º do artigo 1.º do decreto-lei n. 2.804, de 21 de novembro de 1940, combinado com o disposto no art. 22 do decreto n. 9.294, de 27 de abril de 1942, resolve:

- a) organizar, no D.A.S.P., um Curso de Sociologia;
- b) aprovar as instruções elaboradas para o seu funcionamento;
- c) fixar em 50 o número de matrículas.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1942. — *Luis Simões Lopes*.

Instruções para funcionamento do Curso de Sociologia a que se refere a portaria n. 2.187, de 5 de outubro de 1942, do Sr. presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

O Curso de Sociologia a que se refere a Portaria n. 2.187, de 5 de outubro de 1942, do Senhor Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público é destinado a funcionários e extranumerários do Serviço Público Federal e a pessoas estranhas ao serviço público, obedecida, para efeito de matrícula, a ordem preferencial fixada nas presentes instruções.

Portaria n. 2.187, de 5 de outubro de 1942. Instruções para funcionamento do Curso de Sociologia no DASP. Portaria 2. 188, de 5 de outubro de 1942. Designação de Donald Pierson para professor do Curso de Sociologia. Fonte: "Conferências fora de São Paulo", Arquivo Edgard Leuenroth – Fundo Donald Pierson, pasta 02.

2. Ministrada em caráter de extensão, em 11 conferências, o curso se subordinará ao programa abaixo discriminado:

a) Teoria:

- 1.º As ciências sociais no mundo de hoje;
- 2.º O estudo da Sociedade;
- 3.º Associação;
- 4.º Isolamento e Contacto;
- 5.º A Cidade.

b) Pesquisas:

- 1.º Métodos e técnicas nas Ciências Sociais;
- 2.º As inter-relações da teoria e pesquisa;
- 3.º Desenvolvimento de uma atitude científica;
- 4.º O crescimento da cidade grande;
- 5.º O questionário e o formulário.

3. Para efeito de matrícula se observará a seguinte ordem preferencial:

1 — Funcionários públicos federais:

- a) Chefes de Serviço Públicos Federais;
- b) Professores;
- c) Técnicos de Educação;
- d) Técnicos de Administração;
- e) Outras carreiras.

II — Extranumerários:

- a) Assistentes das divisões do D. A. S. P.;
- b) Professores contratados;
- c) Outras séries.

III — Estranhos aos Serviços Públicos:

- a) Pessoal das instituições parastatais e autárquicas;
- b) Professores e Educadores;
- c) Chefes de Serviço industriais.

4. O curso será ministrado por um especialista da matéria, designado pelo Presidente do D. A. S. P., que, além das aulas, estará diariamente, em horário a ser fixado, a disposição dos alunos para orientação de trabalhos de pesquisa.

5. O Diretor dos Cursos de Administração expedirá instruções complementares fixando o regime dos trabalhos.

D. A. do D. A. S. P., em 5 de outubro de 1942. — *Mário P. de Brito*, diretor da Divisão de Aperfeiçoamento.

PORTARIA N. 2.188

O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo decreto-lei número 2.804, de 21 de novembro de 1940, resolve designar o Sr. Donald Pierson para professor do curso de Sociologia dos Cursos de Administração.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1942. —
Luiz Simões Lopes.

Anexo 3 – Fotografias



Foto 1: “Homenagem ao prof. Alberto Guerreiro Ramos” (s./d.). Fonte não identificada.



Foto 2: “Conferência em Salvador” [Alberto Guerreiro Ramos ao lado do antropólogo Thales de Azevedo] (8 de agosto de 1952). Fonte: AZEVÊDO, Ariston. (2006), *A Sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

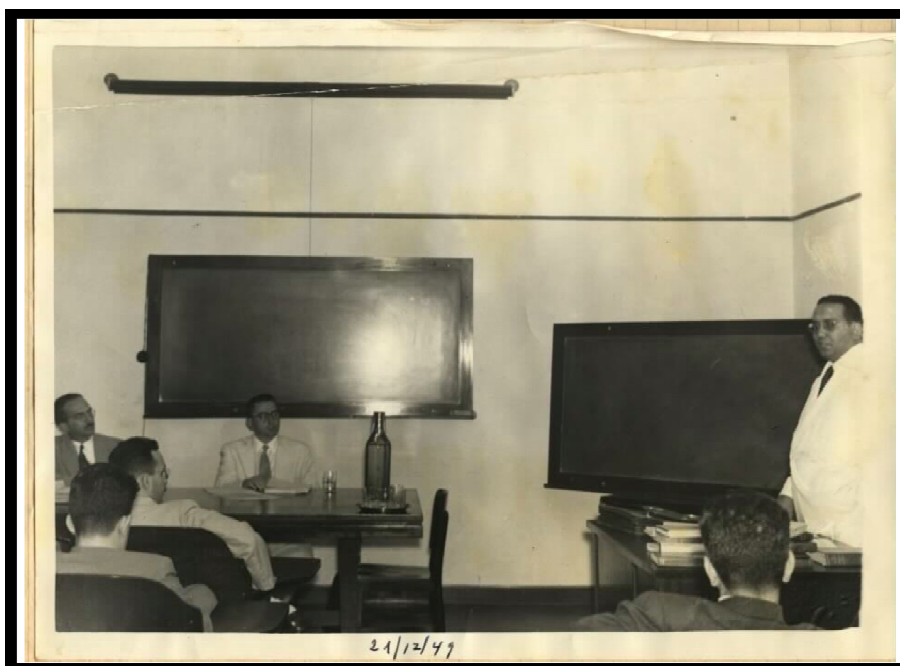


Foto 3: Sem descrição. (21 de dezembro de 1949). Fonte: AZEVÊDO, Ariston. (2006), *A Sociologia antropológica de Alberto Guerreiro Ramos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.



Foto 4: “Conferência em Salvador” (8 de agosto de 1952). Fonte: AZEVÊDO, Ariston. (2006), *A Sociologia antropológica de Alberto Guerreiro Ramos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.



Foto 5: “Esq./ dir.: (3o) Gustavo Capanema, Olinto de Oliveira e Mário Olinto”. Cerimônia de colação de grau da primeira turma de médicos puericultores do Departamento Nacional da Criança (Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1944). Fonte: CPDOC/ FGV. Arq. Gustavo Capanema, GC Foto 317.



Foto 6: “Gustavo Capanema (esquerda)”. Cerimônia de colação de grau da primeira turma de médicos puericultores do Departamento Nacional da Criança (Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1944). Fonte: CPDOC/ FGV. Arq. Gustavo Capanema, GC Foto 317.